

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em 2025, assistimos a uma escalada de instabilidade global, marcada pela maior fragmentação de blocos econômicos, pela ampliação de barreiras comerciais e pela adoção de tarifas que aumentaram a volatilidade dos fluxos de comércio e reduziram a previsibilidade do ambiente de negócios. Esse movimento ocorreu em um contexto de crescente complexidade geopolítica e de redução do papel das instituições multilaterais.

Esse cenário trouxe desafios inéditos para a Suzano ao longo do ano, mas também evidenciou a resiliência do nosso modelo de negócio e reforçou o foco estratégico da companhia para os próximos anos. Com mais de 100 anos de existência, aprendemos que, em momentos de menor previsibilidade local ou global, precisamos intensificar a atuação nos aspectos sob nosso controle. Assim, em 2025, ajustamos nossa estratégia — antes estruturada em cinco avenidas — para dois pilares fundamentais: **ampliação da competitividade estrutural** e **crescimento com disciplina**. Em convergência a essa estratégia, nossa política financeira conservadora e nosso compromisso de cuidar das pessoas e do planeta seguem sustentando nossa visão de longo prazo.

Ao longo do ano, avançamos na ampliação da competitividade com a conclusão de projetos relevantes em nossos ativos industriais, como os realizados em Limeira e Aracruz, que irão proporcionar maior eficiência energética e redução de consumos. A nova fábrica de Ribas do Rio Pardo, cuja curva de aprendizado foi concluída em dezembro de 2024, operou acima do previsto, ampliando a competitividade e beneficiando o custo caixa de produção de celulose. Entre outras iniciativas, destacamos a permuta de 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé no Mato Grosso do Sul, que gera ganhos operacionais, reduz a necessidade futura de investimentos em plantios e aumenta a idade média da base florestal no estado.

Ainda no âmbito estratégico, o crescimento com disciplina teve como destaque o movimento de internacionalização do negócio de tissue, com a assinatura do acordo para aquisição de 51% de uma *joint venture* global com a Kimberly-Clark. A *joint venture* reunirá operações em diversos continentes e combina competências complementares que fortalecerão o desempenho do negócio. A conclusão da transação está prevista para meados de 2026. Os ativos de papelcartão adquiridos nos Estados Unidos no final de 2024 evoluíram conforme o planejado, registrando EBITDA positivo no ano de 2025.

Com forte desempenho operacional, o EBITDA Ajustado da Suzano totalizou R\$ 21,7 bilhões em 2025, ainda impactado pelo cenário adverso de preços de celulose. A geração operacional de caixa alcançou R\$ 13,9 bilhões, apoiada na redução gradual de custos e na evolução das operações industriais no Brasil e no exterior. Encerramos o período com dívida líquida de US\$ 12,6 bilhões e alavancagem de 3,2x em dólares. Reforçamos a robustez do balanço ao ampliar o prazo médio da dívida para 78 meses, sem aumento de custo, por meio de iniciativas bem-sucedidas de liability management. A solidez financeira também se refletiu em nossa posição de liquidez, que encerrou o ano em R\$ 32,4 bilhões, incluindo caixa e linha de crédito rotativo disponível.

Os investimentos de capital em manutenção, modernização e expansão de nosso portfólio totalizaram R\$ 13,3 bilhões em 2025, demonstrando a confiança que temos no futuro do nosso negócio. Entramos em 2026 acreditando no fortalecimento contínuo de nossa cultura organizacional, na capacidade transformadora da inovação e da tecnologia em toda a cadeia de valor, na expansão do uso de celulose de fibra curta e na busca permanente de ampliar nossa competitividade estrutural. Seguimos plenamente comprometidos em capturar valor das decisões de alocação de capital já realizadas, ao mesmo tempo em que fortalecemos ainda mais o nosso balanço.

Engajados em nossa ambição de promover geração de valor compartilhado com toda a sociedade, agradecemos especialmente aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, credores e parceiros pelas importantes contribuições ao longo de 2025.

A Diretoria.

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 100 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. As operações contemplam dezesseis fábricas, incluindo a joint operation Veracel, com capacidade instalada de 13,4 milhões de toneladas de celulose de mercado, 1,7 milhão de toneladas de papéis e 340 mil toneladas de bens de consumo por ano.

Ao final de 2025 a Companhia possuía mais de 53 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 100 anos em soluções inovadoras e sustentáveis a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2025, o grupo de pesquisa da Companhia intensificou o desenvolvimento de novos clones de eucalipto com foco em crescimento, teor de celulose e qualidade da madeira, utilizando técnicas avançadas como a recombinação genética por polinização controlada. Para 2026, o número de clones recomendados para plantio operacional passou de 51 para 70, ampliando a diversidade genética e os ganhos nos indicadores IMACel (incremento médio anual da celulose) e IMA (incremento médio anual), conforme estimativas do sistema Tetrys, sistema de otimização de alocação clonal.

O Viveiro de Transição consolidou-se em 2025 com a produção de mais de 5 milhões de mudas, ampliando a oferta de materiais genéticos de alto desempenho. A área de Genética e Melhoramento Florestal expandiu a aplicação da técnica de Speed Breeding, que tem acelerado o ciclo de melhoramento clonal, reduzindo o ciclo de desenvolvimento clonal de 21 para 7 anos.

No manejo florestal, observaram-se avanços consistentes nas recomendações técnicas e no uso de ferramentas de otimização e na utilização de biocontroladores para a proteção florestal, gerando maior estabilidade operacional, produtividade e reforçando eficiência, competitividade e sustentabilidade.

Em 2025, a FuturaGene tornou-se a primeira empresa a submeter uma carta consulta à CTNBio para um eucalipto geneticamente editado, direcionado à produção de madeira mais eficiente para o processamento industrial. Caso seja aprovada como equivalente às variedades convencionais, essa variedade de eucalipto não estará sujeita a avaliações adicionais de biossegurança no Brasil. A empresa manteve-se como referência global ao avançar em um pipeline de variedades mais resilientes e voltadas à sustentabilidade.

Na indústria, os desenvolvimentos em celulose continuam a impulsionar a estratégia Fiber-to-Fiber, representando um acréscimo de 700 mil toneladas em 2025. Novos serviços técnicos foram estruturados para apoiar clientes na transição para maior uso de fibras de eucalipto. Foram mais de 70 clientes contemplados e 100 fábricas atendidas por nossas iniciativas.

A celulose Fluff de eucalipto consolidou-se como inovação relevante, com nova capacidade produtiva, aumentando a produção total para 340 mil toneladas. Em Papel e Embalagens, destacaram-se o lançamento do Verto Plus, papelcartão Duplex de alto desempenho, e do LIN Design, com maior resistência e qualidade de impressão.

Conectando todas as frentes, a Cooperação Tecnológica, com a prospecção orientada de instrumentos de fomento reembolsável e não reembolsável, resultou na captação de valor superior a R\$ 143 milhões, considerando a renúncia fiscal via Lei do Bem, projetos de P&D contratados com fomento EMBRAPII, FUNDECT-MS e SENAI, além de financiamento por meio do BNDES Mais Inovação.

A área de Propriedade Intelectual avançou na elaboração de pedidos de patentes, oposições e na revisão do portfólio estratégico de ativos. Em segurança de produto, foram emitidas 12 novas RIS (*Regulatory Information Sheet*) e estruturado o sistema de conformidade regulatória para Packaging.

No âmbito digital, houve evolução no uso de inteligência artificial aplicada à gestão do conhecimento e ao ERP (*Enterprise Resource Planning*) de pesquisa, ampliação do datalake e desenvolvimento do sistema SFO (*Suzano Furnish Optimization*), ferramenta desenvolvida na Suzano para otimizar a condição de refino e a quantidade de fibras (Suzano e concorrentes) nas fábricas de papel dos clientes, utilizada para acelerar o processo de planejamento de testes industriais e viabilizar o avanço da estratégia Fiber-to-Fiber. Em 2025, foi anunciada a descontinuidade da Suzano Ventures, mantendo apoio às empresas conectadas ao negócio principal.

Como reconhecimento, a Companhia conquistou pelo quinto ano consecutivo o 1º lugar na categoria Papel e Celulose do Prêmio Valor Inovação Brasil e recebeu o prêmio Empresa Mais do Estadão, figurando entre as cinco organizações mais inovadoras do país.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de tensões geopolíticas e cenário macroeconômico desafiador. Nesse contexto, o mercado de celulose foi impactado, principalmente no primeiro semestre devido as incertezas relacionadas à política tarifária dos Estados Unidos. Tal cenário afetou o sentimento de mercado, gerando cautela por parte dos compradores e impactando nos preços de celulose. Ao longo do segundo semestre, a maior visibilidade quanto aos efeitos dessas medidas aliada à exclusão da celulose do escopo da tarifa contribuiu para uma melhora gradual do sentimento da indústria e, juntamente com outros fatores, sustentou a recuperação do preço de celulose de fibra curta.

Na China, o mercado apresentou comportamentos distintos ao longo do ano. No início de 2025, os preços mantiveram uma trajetória positiva, refletindo os efeitos da saída temporária de um importante produtor integrado de papel. A partir do segundo trimestre, o preço da fibra curta atingiu patamares próximos de US\$ 500/t, em decorrência da hesitação dos compradores diante das incertezas macroeconômicas e do aumento do consumo dos estoques, o que levou à postergação de novas entrada de pedidos, com retomada gradual dos volumes à medida que os preços se ajustaram. A partir do terceiro trimestre, com uma maior clareza em relação às políticas regulatórias, a demanda apresentou sinais de reaquecimento, acompanhados pelo aumento das exportações brasileiras de fibra curta para o país em comparação ao ano anterior. O quarto trimestre foi marcado por fatores sazonais associados à preparação para o Ano Novo Chinês, que resultaram na redução de estoque de celulose nos portos, além do crescimento na produção de papel em relação ao trimestre anterior, com destaque para os segmentos de papelcartão e de imprimir escrever.

Na Europa, conforme dados anuais da Utipulp, o consumo de celulose de fibra curta manteve-se em linha com o observado no ano anterior, enquanto o de fibra longa apresentou queda de 10%, evidenciando o movimento de substituição de fibras que foi impulsionado pelo protagonismo da Suzano e aumento na diferença de preços entre as duas fibras. O segmento de papéis sanitários demonstrou maior resiliência ao longo do ano, enquanto os papéis de imprimir e escrever permaneceram pressionados. No segundo semestre, a valorização do euro frente ao dólar intensificou a pressão de custos sobre os produtores europeus, influenciando decisões de paradas de produção e contribuindo para ajustes graduais na oferta. Na América do Norte, o mercado de papéis sanitários permaneceu saudável ao longo de todo o ano de 2025 apesar das incertezas devido as políticas tarifárias.

Em relação à oferta, o ano foi caracterizado por um processo gradual de ajuste. O mercado enfrentou paradas não planejadas devido ao cenário de mercado, campanhas de swing para dissolving pulp por produtor relevante com operações no Brasil e anúncios de redução de produção por parte da Suzano. Essas reduções na oferta ainda foram inferiores ao esperado diante dos elevados custos de produção em comparação aos patamares de preços praticados ao longo do ano.

Para 2026, a expectativa é de continuidade do processo de adaptação do mercado continue em relação à entrada das novas capacidades acompanhada por um gradual reequilíbrio da oferta devido a paradas e fechamentos. Para a Suzano, a prioridade será continuar focando no alto nível de serviço a seus clientes globalmente, bem como o estímulo e protagonismo no movimento de substituição de fibras junto aos clientes, em linha com a estratégia comercial.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 2% nos onze primeiros meses de 2025 na comparação com o mesmo período de 2024.

As vendas de papel da Suzano em 2025, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.712 mil toneladas, crescimento de 19% em relação ao volume vendido em 2024. Já as vendas de papel de Imprimir & Escrever ficaram estáveis, pois o bom desempenho das linhas de papel gráficos não revestidos compensou a redução de vendas nas linhas de papel revestido, já que não houve o impulso extra das eleições na demanda brasileira, conforme o ano anterior.

Na linha de papelcartão, as vendas no Brasil tiveram um leve crescimento, apesar do desempenho aquém do esperado na demanda doméstica. Nos mercados fora do Brasil, o crescimento significativo das vendas é resultado da incorporação dos volumes da fábrica de Pine Bluff, adquirida em outubro de 2024. O segmento de papéis sanitários também teve desempenho positivo.

Em 2025, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R\$ 12.300 milhões, 25% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 3% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo teve crescimento de 128% vs. 2024, devido à incorporação dos ativos nos Estados Unidos. Da receita total, 61% foram provenientes das vendas no mercado brasileiro e 39% de mercados internacionais. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2025 foram o Brasil e América Latina (69%) seguido pela América do Norte (27%), tendo as demais regiões uma menor participação (4%). O preço líquido médio de papel em 2025 foi de R\$ 7.186/ton, 5% superior ao preço em 2024.

Para 2026, a Companhia planeja um sólido desempenho operacional nas linhas de papel e bens de consumo, com demanda consistente no mercado interno para suas linhas de produtos, enquanto, no mercado externo, nas linhas de papel Imprimir & Escrever, o excesso de capacidade deve pressionar o desempenho. Por outro lado, para papelcartão nos Estados Unidos, mercado em que nossa presença cresceu com os novos ativos, a projeção de performance é positiva.

Dessa forma, a Companhia segue em sua estratégia de aumentar sua presença em mercados mais rentáveis, além de seguir investindo em seu portfólio de produtos de inovação no Brasil, utilizando ativos existentes, voltados para os segmentos de embalagens e substituição de plásticos de uso único. Nos mercados tradicionais de Imprimir & Escrever, o foco segue na evolução do modelo exclusivo de go-to-market visando expansão da base de clientes e regiões atendidas, bem como a competitividade de custos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 50.116 milhões em 2025, crescimento de 6% em relação aos R\$ 47.403 milhões registrados em 2024. Esse aumento foi impulsionado pela incorporação das receitas da Suzano Packaging, maior volume vendido de celulose e valorização do US\$ médio frente ao R\$, que compensou parcialmente o menor preço líquido.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2025 totalizou R\$ 33.890 milhões, 24% superior ao registrado em 2024, de R\$ 27.402 milhões, em função principalmente do maior volume vendido, parcialmente compensado pela redução no custo caixa de produção da celulose e valorização do US\$ médio frente ao R\$.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 16.226 milhões em 2025, redução de 19% em relação aos R\$ 20.002 milhões registrados em 2024. A queda é explicada principalmente pelo menor preço médio líquido da celulose, parcialmente compensado pelo aumento do volume de vendas e pela valorização do US\$ médio frente ao R\$.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 3.313 milhões em 2025, 13% superiores ao valor registrado em 2024 de R\$ 2.939 milhões. Este aumento deve-se, principalmente, ao maior volume de vendas.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 2.790 milhões em 2025, 7% superior ao montante registrado em 2024 de R\$ 2.620 milhões. O aumento é explicado pela entrada em operação da Suzano Packaging US, que em 2024 compôs apenas dois meses do resultado.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2025 totalizou R\$ 21.736 milhões, 9% inferior ao valor de R\$ 23.849 milhões em 2024, em função principalmente do menor preço da celulose em US\$, parcialmente compensado pelo maior volume de vendas e pela valorização do US\$ médio frente ao R\$.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 9.762 milhões em 2025, em comparação ao resultado negativo de R\$ 28.802 milhões em 2024. O desempenho de 2025 reflete a desvalorização do US\$ frente ao R\$ (câmbio de fechamento), impactando diretamente o resultado de variações cambiais e derivativos.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2025 positivamente em R\$ 7.551 milhões, versus o impacto negativo de R\$ 15.885 milhões em 2024. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e fluxo de caixa) foi positivo em R\$ 7.329 milhões em 2025 versus o resultado negativo de R\$ 9.113 milhões em 2024, em função principalmente da desvalorização do US\$ frente ao R\$ (câmbio de fechamento).

Resultado Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 13.438 milhões em 2025, revertendo o prejuízo de R\$ 7.045 milhões apurado no ano anterior, explicado principalmente pelo resultado financeiro positivo no período, parcialmente compensado pela maior despesa de imposto de renda e contribuição social.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2025, o total da dívida bruta era de R\$ 94.801 milhões, sendo 97% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 3% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 74% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 87%.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de hedge natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio total da dívida era de 5,0% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado) em linha com o custo médio em dólar observado no encerramento de 2024 também de 5,0% a.a. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2025 era de 78 meses versus 73 meses no final de 2024.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 25.432 milhões, dos quais 49% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira. O percentual remanescente de 51% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía também uma linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) no valor total de US\$ 1.275 milhões (correspondente a R\$ 7.016 milhões) e com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R\$ 25.432 milhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2025 uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 32.448 milhões. Adicionalmente, a Companhia tinha um contrato de financiamento com a Finnvera (US\$ 736 milhões) relacionado ao Projeto Cerrado, que foi válido até 12 de janeiro de 2026 e não sacado.

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida líquida era de R\$ 69.369 milhões (US\$ 12.607 milhões) versus R\$ 79.053 milhões (US\$ 12.766 milhões) observados em 31 de dezembro de 2024.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 3,2x em 31 de dezembro de 2025 (3,3x em 2024). Esse mesmo indicador, apurado em US\$ (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 3,2x em 31 de dezembro de 2025 (2,9x em 2024).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R\$ 13.856 milhões em 2025, uma queda de 15% quando comparada ao ano de 2024, em função do menor EBITDA Ajustado e maior Capex de Manutenção.

Geração de caixa operacional	2025	2024
(R\$ milhões)		
EBITDA Ajustado ¹	21.736	23.849
Capex Manutenção ²	(7.880)	(7.610)
Geração de Caixa Operacional	13.856	16.240
Geração de Caixa Operacional	976	1.320
(R\$/ton)		

¹Desconsidera itens não recorrentes. ²Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo GCO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção.

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R\$ 1.380.000.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta milhões de reais), à razão de R\$ 1,11658725 por ação, com pagamento realizado em 04 de fevereiro de 2026. Os dividendos foram apurados com base no balanço encerrado em 30 de setembro de 2025 e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 2025, a Companhia deu seguimento ao seu quinto programa ("Programa Agosto/2024") consecutivo de recompra. Foram adquiridas 14.820.500 (quatorze milhões, oitocentos e vinte mil e quinhentas) ações em pregão regular da bolsa de valores, ao preço médio de R\$ 54,33/ação, perfazendo R\$ 805 milhões na execução do programa até 31 de dezembro de 2025.

Em 9 de fevereiro de 2026 a Companhia encerrou seu quinto programa de recompra de ações e anunciou em 10 de fevereiro de 2026 um novo programa de recompra ("Programa Fevereiro/2026"). A Companhia poderá adquirir, no âmbito do novo programa, até o máximo de 40.000.000 ações ordinárias de sua própria emissão.

Com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía: (a) 612.918.471 ações de sua emissão em circulação, de acordo com a definição dada pelo artigo 67 da Resolução CVM n.º 80/22; e (b) 28.208.827 ações de sua emissão em tesouraria, representativas de, aproximadamente, 4,6% do total de suas ações em circulação.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R\$ 13.299 milhões em 2025, sendo R\$ 7.880 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R\$ 2.859 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R\$ 1.553 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade das unidades industriais. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R\$ 1.006 milhões.

Para 2026, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 10,9 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal, R\$ 2,6 bilhões de investimentos em Terras e Florestas, e R\$ 1,0 bilhão para outros projetos.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 28.208.827 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R\$ 51,45/ação (SUZB3) e US\$ 9,34/ação (SUZ).

RATING

Ao longo do ano de 2025, a agência de rating Moody's confirmou a nota Baa3 com perspectiva Positiva para a Suzano, enquanto as agências Fitch e S&P confirmaram o rating BBB- e elevaram a perspectiva de Estável para Positiva (em fevereiro e junho, respectivamente). A perspectiva positiva está ligada à expectativa de fortalecimento do perfil de crédito da Companhia, impulsionado pela forte geração de caixa após a conclusão da unidade de Ribas do Rio Pardo em 2024 e esperada redução gradual da alavancagem. Também contribuem para essa visão a diversificação geográfica e a menor volatilidade do fluxo de caixa, que deverão resultar da *joint venture* com a Kimberly-Clark, anunciada em 2025, envolvendo ativos de tissue em diversas regiões do mundo.

SUSTENTABILIDADE

Em 2025, a Companhia revisou sua estratégia de sustentabilidade, em alinhamento ao redirecionamento estratégico baseado em Competitividade e Crescimento com Disciplina. A abordagem evoluiu priorizando os temas materiais em que possui maior capacidade de contribuição — Clima, Água, Biodiversidade e Comunidades — fortalecendo a interseccionalidade entre esses temas e os Compromissos para Renovar a Vida (CPRV), reforçando a ambição de gerar impacto positivo mensurável e garantir resiliência do negócio em um contexto de mudanças globais aceleradas.

Em linha com seu compromisso com a agenda climática global, a Suzano anunciou novas metas de descarbonização validadas pela Science Based Targets initiative (SBTi), incluindo a redução absoluta de 50,4% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) dos escopos 1 e 2 até 2032 (base 2022), e o engajamento de 80% de seus fornecedores e clientes, definidos com base nos volumes de gastos e receita, a estabelecerem metas baseadas na ciência até 2028, relacionada ao escopo 3 em relação ao compromisso anterior e evoluindo para objetivos mais ambiciosos e alinhados às melhores práticas globais. Essa mudança não impacta os instrumentos de finanças sustentáveis da companhia, como SLLs (*Sustainability-Linked Loans*) e SLBs (*Sustainability-Linked Bonds*). Para dar concretude a essas ambições, foi divulgado, em 2025, o Plano de Ação para Transição Climática (CTAP), que orienta a estratégia de descarbonização em toda a operação e cadeia de valor.

Com o foco em Biodiversidade, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou parceria com a Suzano para restaurar 24 mil hectares de áreas degradadas em regiões de preservação permanente e de reserva legal nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia. O acordo inclui o financiamento de R\$ 250 milhões, o maior volume de recursos já aprovados no âmbito do Fundo Clima para a recuperação de mata nativa degradada no Brasil. Os investimentos serão geridos por meio do Programa de Restauração Ecológica da Suzano. Houve, ainda, um avanço relevante no Compromisso para Renovar a Vida – Conservar a Biodiversidade, que tem como objetivo conectar 500 mil hectares de fragmentos de vegetação nativa nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, por meio da implantação de corredores ecológicos

Em 2025, a Suzano avançou no compromisso de ampliar a disponibilidade hídrica em 44 bacias hidrográficas críticas por meio do manejo florestal em 88 mil ha de plantios florestais. No mesmo ano, o uso de inteligência artificial representou um importante avanço no monitoramento de nascentes, ampliando a capacidade de qualificação e a efetividade das ações de preservação das bacias hidrográficas que a companhia está presente.

Além disso, no combate à pobreza, a companhia investiu cerca de R\$ 20 milhões em 44 projetos de geração de renda voltados principalmente a mulheres (64%) e populações negras (70%) em territórios próximos às operações. A partir de 2026, essa frente passa a integrar formalmente a estratégia de Redução da Pobreza, combinando o fortalecimento de políticas públicas com ações voltadas às juventudes.

A Suzano também consolidou sua liderança em direitos humanos e trabalho decente na cadeia florestal ao coordenar, em parceria com o Pacto Global da ONU – Rede Brasil – e com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Grupo de Trabalho (GT) Florestal em Direitos Humanos. A iniciativa fortaleceu a devida diligência, os mecanismos de reclamação e a cooperação setorial, em alinhamento às novas exigências regulatórias europeias (CSDDD). Também ampliou sua atuação em relacionamento social ao estar presente em 1.675 localidades de mais de 220 municípios prioritários ao negócio, fortalecendo o trabalho com povos originários e comunidades tradicionais. No total, 345 comunidades foram priorizadas para relacionamento, incluindo indígenas, quilombolas, pesqueiras e extrativistas, com processos estruturados de consulta e engajamento comunitário que apoiam o desenvolvimento territorial.

Em relação à cadeia de valor da Companhia, é realizado o acompanhamento constante do Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), que avalia fornecedores críticos, em especial com relação a requisitos sociais, ambientais e de segurança, com uma média de aprovação de 99% (31% na zona de excelência). Para aqueles que ficam abaixo do índice desejado, são definidos planos de ação buscando a recuperação desse índice. Além da realização de processos incluindo a análise socioambiental são avaliadas também questões econômico-financeiras e de qualidade.

Em 2025, foi dada continuidade ao programa Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor, tendo sido convidados 200 fornecedores, dos quais 75% participaram voluntariamente desse quarto ciclo do programa, com um engajamento superior à média de 67% quando comparado com as demais empresas que também utilizam a plataforma do CDP (*Carbon Disclosure Project*) Supply Chain. Ativo também foi o programa Cuidar da Água, conduzido desde 2022 em parceria com o CDP que selecionou 100 fornecedores estratégicos para o ciclo de 2025, para responder ao questionário Água, com adesão de 86%.

Nesse ano, a Suzano realizou três captações sustainability-linked loans, totalizando US\$ 2,0 bilhões. As dívidas foram captadas tendo como lastro a meta de biodiversidade de "Conectar 500 mil hectares de áreas prioritárias para a conservação até 2030". Com isso, a Suzano fechou o ano de 2025 com 38% de sua dívida total atrelada a instrumentos de dívida ESG.

A Suzano tem consolidado uma tendência de melhoria contínua no rating MSCI nos últimos anos, alcançando um aumento em sua pontuação de 4,6 para 4,8 em 2025, mantendo-se na classificação "BB". A Suzano entende que seu atual score no MSCI não reflete adequadamente as práticas e o desempenho da companhia em sustentabilidade, que na sua avaliação está dentre as mais avançadas no setor de papel & celulose no mundo. A empresa também manteve sua posição na categoria "Low Risk" no rating da Sustainalytics em 2025, com score de 16,8.

No CDP, a Suzano alcançou pela primeira vez em 2025, a melhor classificação possível (A list) na temática de florestas, posicionando a empresa entre os líderes globais que demonstram uma divulgação abrangente, uma governança ambiental madura e um progresso significativo em direção à resiliência ambiental. Também houve evolução nas temáticas de Segurança Hídrica (A-) e Clima (B).

Adicionalmente, pelo terceiro ano consecutivo, a Suzano recebeu o selo Platinum no EcoVadis Sustainability Rating 2025, que avalia a qualidade da gestão de Responsabilidade Social Empresarial de empresas globalmente. Com 89 pontos – dois a mais que em 2024 –, a Suzano segue entre as 1% melhores empresas avaliadas no mundo.

Informações detalhadas sobre estratégias, metas, indicadores e resultados relacionados à sustentabilidade estarão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2025 e na Central de Sustentabilidade da Companhia.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo as do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.

A Suzano apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.

Em dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou revisões relevantes na Política Anticorrupção e no Código de Ética e Conduta da Suzano, reforçando padrões de integridade, alinhamento com as melhores práticas internacionais e fortalecimento dos mecanismos de compliance e controles internos.

No mesmo mês, a Companhia informou ao mercado que recebeu comunicação da Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding") sobre a celebração de dois novos acordos de acionistas, sendo eles (i) o Acordo de Acionistas que estabelece regras de governança e para reorganização da estrutura de capital da Suzano Holding; e (ii) Acordo de Acionistas da Companhia, entre a Suzano Holding que estabelece regras de governança e restrições à transferência de ações da Companhia, dentre outras matérias. A celebração de tais acordos busca fortalecer a sucessão da Suzano S.A e o alinhamento entre os controladores da Companhia.

O Conselho de Administração atua com visão estratégica integrada, apoiado pela Assembleia Geral de Acionistas, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal, Auditorias Externa e Interna, além de comitês de assessoramento não estatutário nas áreas de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, e de Nomeação e Remuneração. O Conselho de Administração ainda conta com diversas ferramentas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Ética e Conduta. O modelo de governança é complementado, ainda, por um conjunto abrangente de políticas corporativas alinhadas ao Estatuto Social, que consolidam os princípios de governança da Companhia e orientem sua aplicação prática. Entre elas destacam-se as Políticas de Governança Corporativa, Partes Relacionadas, Gestão Integrada de Riscos, Anticorrupção, Divulgação de Ato ou Fato Relevante, Negociação de Valores Mobiliários, Endividamento Financeiro e Gestão de Derivativos.

Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do *disclosure* e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante suas partes interessadas e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

Em 2025, o programa de governança em privacidade e proteção de dados pessoais (P&PD) da Companhia buscou evoluir o seu nível de maturidade quanto aos requisitos legais e critérios do NIST Privacy (*National Institute of Standards and Technology*) através das seguintes atividades: (i) monitoramento das atividades que envolvem tratamento de dados pessoais em mais de 200 processos espalhados pelo Brasil, Áustria, China e Estados Unidos; (ii) revisão de processos e controles adotados pela área para gerenciar riscos de fornecedores, processos e contratos; (iii) adequação de mais de 180 projetos que envolvem dados pessoais para atendimento da legislação de P&PD desde a sua concepção (Privacy by Design); (iv) avaliação da maturidade de mais de 100 fornecedores quanto aos riscos de P&PD; (v) revisão de mais 170 contratos originários tanto do Brasil quanto de outros países de atuação da Suzano, para atendimento à legislação aplicável e mitigação de riscos regulatórios e operacionais de P&PD; (vi) reformulação do treinamento obrigatório, que já foi realizado por mais de 8900 colaboradores (aproximadamente 42,5% do público elegível); (vii) atendimento tempestivo e diligente de 12 requisições de titulares de dados pessoais enviadas ao Data Protection Officer (DPO); (viii) adequação à legislação de P&PD de projetos estratégicos para a Companhia; (ix) implementação de solução contra vazamento de dados (Data Loss Prevention); (x) implementação de software para aumentar a governança de todas as atividades de P&PD.

Dessa forma, o conjunto de iniciativas implementadas ao longo do ano reforça o compromisso contínuo da Companhia com a evolução da sua governança em privacidade e proteção de dados, garantindo maior conformidade regulatória, eficiência operacional e segurança aos titulares de dados pessoais

Em 2025 seguimos com a vigência dos planos de incentivo de longo prazo da companhia, que foram aprovados em 2024 (Plano de Outorga de Ações Restritas e Plano de Outorga de Ações Fantasma), visando dar continuidade e reforçar o alinhamento entre os interesses da administração aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia (denominadas de Compromissos para Renovar a Vida) se mantiveram como parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão também se mantido como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.

Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os controles são continuamente revisados, e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência.

Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx e nos processos de negócio. São realizados continuamente os treinamentos online, revisando sempre que pertinente, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis Sarbanes-Oxley (SOx) e nas regras específicas às FPIs (*Foreign Private Issuers*), considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.

Além do fluxo do CSA, a Companhia mantém rotina estruturada de avaliação conduzida pela área de Gestão de Controles Internos, responsável pela execução de ciclos anuais de testes sobre os controles internos chave, contribuindo para a asseguração da qualidade e da efetividade do ambiente de controles e para a aderência à realidade dos processos da Companhia. Adicionalmente, a Auditoria Interna realiza testes de controles internos em linha com seu planejamento anual, fortalecendo a maturidade do sistema de controles internos, a consistência na sua execução e a mitigação dos riscos relevantes ao negócio.

Com o objetivo de dar mais agilidade e assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, são monitorados e reportados tempestivamente o status à Alta Administração dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, através de uma ferramenta desenvolvida internamente que corrobora com uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.

Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e testados pela área de Controles Internos, testados de forma independente tanto pela Auditoria Interna Suzano, como pela Auditoria Externa, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agendas periódicas estabelecidas com estes órgãos de governança. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.

Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC PricewaterhouseCoopers, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia. Com isso, a Companhia mantém um histórico consistente de inexistência de deficiências significativas e/ou materiais em suas Demonstrações Financeiras.

PESSOAS

A Suzano atua não apenas para promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e plural. Ela também busca construir uma jornada de cultura que valorize todos esses preceitos, com base na legislação vigente, em normas convencionais coletivas e no Código de Conduta.

Em 2025, a pesquisa completa de engajamento de 2025 teve participação de 84% dos colaboradores da empresa. O resultado geral de favorabilidade da Suzano, ou seja, a percepção positiva das pessoas em relação às perguntas, foi de 81%. Entre os destaques do ciclo, Ambiente Inclusivo alcançou 90% de favorabilidade, Cultura registrou 89% e Autonomia e Empoderamento atingiu 88%. Além disso, a Suzano apresentou evolução de dez pontos percentuais no tema Desenvolvimento de Pessoas, de três pontos em Simplificação de Processos e de seis pontos em Ambiente Inclusivo, que se consolidou como a dimensão mais bem avaliada do ciclo. Esses indicadores colocam a Suzano acima das médias do mercado Brasil e Global, conforme dados de referência da Consultoria Korn Ferry.

Em 2025, a Escola de Liderança seguiu com o desenvolvimento da liderança com 731 líderes participando de turmas presenciais e mais de 1.500 em eventos online. A Escola trabalhou com 3 principais competências dentro das suas academias, sendo estas: Competitividade e Senso de Dono; Conversas necessárias e Erro como aprendizado e Internacionalização. A Escola de Liderança também entregou o módulo Primeira Liderança para 402 líderes e talentos mapeados para primeira liderança, focando no desenvolvimento de novos líderes e em competências de Gestão, com módulos obrigatórios e opcionais com auto inscrição.

Na Suzano, a promoção da diversidade, equidade e inclusão é um imperativo ético e uma estratégia de negócio alinhada ao direcionador de cultura: “só é bom para nós se for bom para o mundo”. Ambientes diversos e inclusivos impulsionam o engajamento das pessoas, a inovação e a atração e retenção de talentos. Com base nesse entendimento, a Companhia atua de forma consistente para fortalecer um ambiente que valorize e acolha as diversidades de raça, gênero, deficiência, orientação sexual, idade, cultura e religião.

No âmbito dos Compromissos para Renovar a Vida, a Suzano assumiu metas públicas para 2025, incluindo alcançar 30% de mulheres e 30% de pessoas negras em posições de gerência e acima, garantir ambiente 100% inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+ e com deficiência e assegurar 100% de acessibilidade. Ao longo do ano, a Companhia manteve esforços estruturantes voltados ao cumprimento desses compromissos, cujos resultados consolidados serão divulgados no Relatório da Sustentabilidade.

Como parte da execução da estratégia, a Suzano implementa iniciativas como o programa D+, voltado ao desenvolvimento de carreira de mulheres e pessoas negras, que em 2025, impactou cerca de 123 talentos em uma jornada de aprendizado focada na resolução de desafios do negócio e fortalecimento de competências de liderança. O fortalecimento de um ambiente inclusivo é apoiado pelo Plural, entidade interna que acolhe demandas e fortalece redes de afinidade por meio de grupos com autonomia para implementar ações alinhadas às especificidades de cada localidade. O Plural conta também com um comitê formado por lideranças executivas e representativas, responsável por deliberar temas institucionais relevantes para o avanço da agenda de diversidade, equidade e inclusão.

A Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia (“Política”) foi aprovada em 26 de dezembro de 2019 e atualizada em 14 de novembro de 2025 pela Vice-Presidência de Gente e Gestão e reafirma o compromisso da Companhia em promover, valorizar e gerir a diversidade em todas as suas operações e países de atuação. A Política reflete a responsabilidade social da Companhia em contribuir para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em alinhamento com a agenda global de direitos humanos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A estratégia de diversidade da Companhia está estruturada em quatro pilares de atuação: representatividade, experiência, cultura inclusiva e cadeia de valor. Esses pilares orientam ações que ampliam a presença de grupos historicamente minorizados, fortalecem uma cultura organizacional inclusiva e expandem práticas de equidade para fornecedores, parceiros e comunidades. Os compromissos são acompanhados por indicadores, revisados periodicamente em fóruns de decisão e reportados anualmente no Relatório de Sustentabilidade, reforçando a diversidade, equidade e inclusão como alavancas de inovação, competitividade e impacto positivo duradouro na sociedade.

Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76.

Quadro 1: Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

As informações referentes à quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaboradores de cada nível, considerado como 100%.

CATEGORIA	2025	2024
Gerente Executivo e acima	21% (47)	20% (47)
Gerente Funcional	33% (154)	32% (147)
Coordenadores/consultores/supervisores/ Especialistas	33% (792)	31% (753)
Analistas	50% (1.439)	51% (1.460)
Auxiliares/assistentes/ Administrativos	48% (376)	47% (408)
Técnicos	25% (288)	26% (318)
Operacional	12% (1.790)	12% (1.911)

Considera operações e escritórios no Brasil e exterior.

Quadro 2: participação feminina na administração da companhia e evolução comparativa

No que se refere aos cargos da administração, o total de posições estatutárias e de governança será considerado como base de 100%.

CATEGORIA	2025	2024
Conselho De Administração	22% (2)	22% (2)
Diretoria Estatutária	16,7% (1)	16,7% (1)

Quadro 3: Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

CATEGORIA	2025	2024
Gerente Executivo e acima	102%	91%
Gerente Funcional	96%	99%
Coordenadores/consultores/supervisores/ Especialistas	90%	94%
Analistas	93%	93%
Auxiliares/assistentes/ Administrativos	92%	96%
Técnicos	77%	80%
Operacional	73%	74%

Considera apenas operações e escritórios do Brasil.

Observa-se, em praticamente todos os níveis, uma diferença salarial média inferior para o público feminino em comparação ao masculino. Esse resultado decorre da predominância masculina nos quadros da organização, sobretudo nas áreas operacionais e técnicas, cujos profissionais, em geral, possuem mais tempo na função e na empresa — critérios diferenciadores previstos no art. 461, §1º da CLT.

Reforçamos que, conforme estabelecido em nossa Política Interna de Remuneração Fixa, seguimos rigorosamente o princípio da equidade. A política é aplicada de forma isonômica, sem qualquer tipo de discriminação ou privilégio, independentemente de gênero, raça, idade, cor, religião, estado civil ou quaisquer outras características pessoais.

Volume de vendas recorde e nova redução do custo caixa. Alavancagem atinge 3,2x.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026. Suzano S.A. (B3: SUZB3 | NYSE: SUZ), uma das maiores produtoras de celulose e integradas de papel do mundo, anuncia hoje os resultados consolidados do 4º trimestre de 2025 (4T25).

DESTAQUES

- Vendas de celulose de 3.406 mil t (+4% vs. 4T24).
- Vendas de papel¹ de 474 mil t (+10% vs. 4T24).
- EBITDA Ajustado² e Geração de caixa operacional³: R\$ 5,6 bilhões e R\$ 3,7 bilhões, respectivamente.
- EBITDA Ajustado²/t de celulose em R\$ 1.409/t (-19% vs. 4T24).
- EBITDA Ajustado²/t de papel em R\$ 1.655/t (-5% vs. 4T24).
- Preço médio líquido de celulose – mercado externo: US\$ 538/t (-8% vs. 4T24).
- Preço médio líquido de papel¹ de R\$ 6.845/t (-1% vs. 4T24).
- Custo caixa de produção de celulose sem paradas de R\$ 778/t (-4% vs. 4T24).
- Alavancagem em 3,2x em US\$ e em R\$.
- *Free Cash Flow Yield* ("FCF Yield" - UDM) de 16,7% (+1,7 p.p. vs. 4T24).
- ROIC ("Return on Invested Capital" - UDM) de 11,5% (-1,8 p.p. vs. 4T24).

Dados Financeiros Consolidados (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Receita Líquida	13.114	12.153	8%	14.177	-8%	50.116	47.403	6%
EBITDA Ajustado ²	5.583	5.200	7%	6.481	-14%	21.736	23.849	-9%
Margem EBITDA Ajustado ²	43%	43%	— p.p.	46%	-3 p.p.	43%	50%	-7 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.411)	1.052	—	(15.556)	-78%	9.762	(28.802)	—
Resultado Líquido	116	1.961	-94%	(6.737)	—	13.438	(7.045)	—
Geração de Caixa Operacional ³	3.667	3.416	7%	4.843	-24%	13.856	16.239	-15%
Dívida Líq./EBITDA Ajustado ² (x) (R\$)	3,2 x	3,1 x	0,1 x	3,3 x	-0,1 x	3,2 x	3,3 x	-0,1 x
Dívida Líq./EBITDA Ajustado ² (x) (US\$)	3,2 x	3,3 x	-0,1 x	2,9 x	0,3 x	3,2 x	2,9 x	0,3 x

Dados Operacionais (mil t)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Vendas	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
Celulose	3.406	3.165	8%	3.284	4%	12.490	10.865	15%
Papel ¹	474	436	9%	430	10%	1.712	1.436	19%

(1) Considera os resultados da Unidade Bens de Consumo (*tissue*) e o resultado da operação da Unidade Suzano Packaging US (Pine Bluff e Waynesville).

(2) Desconsidera itens não recorrentes.

(3) Considera o EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (regime caixa).

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE	4
VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE	4
CUSTO CAIXA DE CELULOSE	7
EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE	10
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE	12
DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL	12
VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL	12
EBITDA DO SEGMENTO PAPEL	16
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL	17
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
RECEITA LÍQUIDA	18
CALENDÁRIO DE PARADAS PROGRAMADAS PARA MANUTENÇÃO	19
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO	19
DESPESAS DE VENDAS	20
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	21
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	21
EBITDA AJUSTADO	22
RESULTADO FINANCEIRO	23
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	24
RESULTADO LÍQUIDO	27
ENDIVIDAMENTO	28
INVESTIMENTOS DE CAPITAL	30
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL	31
FLUXO DE CAIXA LIVRE	33
ROIC ("RETURN ON INVESTED CAPITAL")	34
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA	34
ESG	35
DESEMBOLSO TOTAL OPERACIONAL – CELULOSE	35
MERCADO DE CAPITAIS	35
RENDA FIXA	37
RATING	37
PRÓXIMOS EVENTOS	38
ANEXOS	39
ANEXO 1 – Dados Operacionais	39
ANEXO 2 – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia	41
ANEXO 3 – Balanço Patrimonial Consolidado	42
ANEXO 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado	43
ANEXO 5 – EBITDA	44
ANEXO 6 – Demonstração de Resultado Segmentado	45
Afirmarções sobre Expectativas Futuras	47

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2025 foi marcado pela continuidade na execução da estratégia da Companhia, com foco em ampliar sua competitividade estrutural, o crescimento do seu negócio com disciplina e fortalecer ainda mais seu balanço. Avançamos em competitividade com projetos industriais relevantes, em especial a operação de Ribas do Rio Pardo que após concluir sua curva de aprendizado em janeiro de 2025, vem contribuindo forma relevante para um menor custo caixa no segmento da celulose. Na frente de crescimento com disciplina, cabe destaque ao acordo para aquisição de 51% da *joint venture* global com a Kimberly-Clark, promovendo a internacionalização do negócio de tissue, com conclusão prevista para meados de 2026. Os ativos de papelcartão adquiridos nos EUA no fim de 2024 também evoluíram conforme o planejado, registrando seu primeiro EBITDA positivo no segundo semestre de 2025.

Após um longo período de incertezas nos fluxos comerciais internacionais com a política tarifária dos Estados Unidos, o último trimestre de 2025 foi caracterizado pela continuidade da recuperação dos preços da celulose de fibra curta. Esse avanço refletiu uma melhora do sentimento de mercado, amparada pela sazonalidade e a perspectiva de menor disponibilidade de oferta no curto-prazo, além do preço da madeira mais elevado na China.

Nesse contexto, observou-se no 4T25 uma melhora no resultado do negócio de celulose na Companhia, explicado pelo maior volume vendido e pelo maior preço médio líquido, apesar da depreciação do US\$ em relação ao R\$ médio. O custo caixa de produção ex-paradas continuou sua trajetória de queda, atingindo o seu menor valor nominal desde o 4T21. Essa combinação de fatores resultou no aumento do EBITDA ajustado da celulose em comparação ao período anterior. Na unidade de negócios de papel, foi observada uma elevação do EBITDA ajustado principalmente em função do maior volume vendido, em boa parte compensado pelos menores preços nos mercados interno e externo. Como resultado, o EBITDA ajustado consolidado no trimestre totalizou R\$ 5,6 bilhões, um aumento de 7% em relação ao 3T25 e redução de 14% quando comparado ao mesmo período de 2024. A geração de caixa operacional atingiu R\$ 3,7 bilhões no trimestre, representando uma elevação de 7% vs. o 3T25 e uma queda de 24% na comparação anual. No ano de 2025, o EBITDA ajustado consolidado foi de R\$ 21,7 bilhões, enquanto a Geração de Caixa Operacional totalizou R\$ 13,9 bilhões.

Em relação à gestão financeira no 4T25, a dívida líquida medida em US\$ ficou em US\$ 12,6 bilhões, uma queda de 3% em relação ao trimestre anterior, resultando na redução da alavancagem em US\$ para 3,2x. A política de hedge cambial seguiu cumprindo sua função, com *strikes* médios das operações de *Zero Cost Collar* contratados em 5,83 (put) e 6,73 (call) e valor nocional de US\$ 6,2 bilhões.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE CELULOSE

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE CELULOSE

O quarto trimestre de 2025 foi marcado pela continuidade da recuperação dos preços da celulose de fibra curta, após um período de forte deterioração do ambiente de preços iniciado em abril com o *Liberation Day* anunciado pelos EUA e que se estendeu até o mês de agosto. Esse movimento de evolução de preços foi sustentado por uma melhora do sentimento de mercado, impulsionada principalmente pelo aumento da produção de papel, em função da sazonalidade chinesa, pela elevação no preço de madeira doméstica na China e pela perspectiva de redução da oferta de celulose de fibra curta em função do volume de paradas programadas da indústria nos próximos meses.

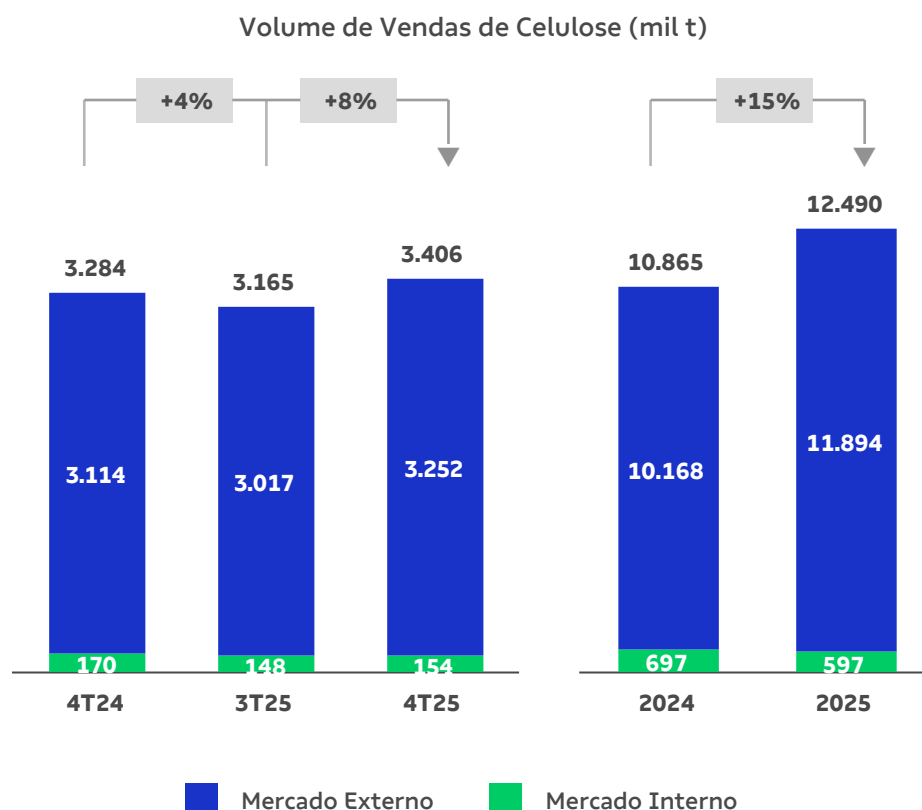
Na China, o trimestre foi caracterizado pelo aumento do custo de produção da celulose doméstica, em função da elevação dos preços de cavaco de madeira local, o que favoreceu a implementação bem-sucedida de reajustes de preços na região. Pelo lado da demanda, observou-se o comportamento sazonal típico de preparação para o Ano Novo Chinês, refletido na redução do estoque de celulose nos portos para os níveis mais baixos desde janeiro de 2025, segundo a SCI. Adicionalmente, houve crescimento da produção de papel de todos os segmentos na comparação com o terceiro trimestre de 2025, com destaque para o papelcartão, que apresentou aumento de 8,4% e tissue, com crescimento de 3,5%. Na visão anual, a produção chinesa de papel cresceu 3,1% em 2025 em relação a 2024, com destaque para os mesmos segmentos de papelcartão, que registrou alta de 8,0%, e tissue, com expansão de 6,1%.

Na Europa, de acordo com dados da Utipulp, o consumo de celulose de fibra curta no 4T25 aumentou 3,8% na comparação trimestral e teve uma variação de -0,8% na comparação anual, enquanto o consumo de fibra longa apresentou retração de -2,0% no trimestre e -9,9% no ano. Comparando-se a média mensal do trimestre anterior, de acordo com a CEPI (*Confederation of European Paper Industries*), a produção europeia de papel apresentou crescimento na média de outubro e novembro, com destaque para o segmento de embalagens, que registrou alta de 3,5% e para papéis de imprimir e escrever, com expansão de 6,8%. Na América do Norte, o mercado de papéis sanitários permaneceu estável, mantendo-se como um vetor relevante a demanda por celulose na região.

No que se refere à oferta de fibras, o trimestre foi marcado pelo anúncio de reduções de produção não programadas de fibra longa e curta, concentradas sobretudo em produtores europeus, além do anúncio de uma nova campanha de produção de *dissolving pulp* (*swing*) por um relevante produtor da indústria com operações no Brasil. Tais movimentos contribuíram para a redução da oferta e suporte dos anúncios de reajustes de preços. Ainda assim, ao final de 2025 uma parcela significativa da capacidade instalada da indústria operava com margens inadequadas, em função do desequilíbrio entre os atuais níveis de custo de produção – especialmente no hemisfério norte – e os preços praticados no mercado.

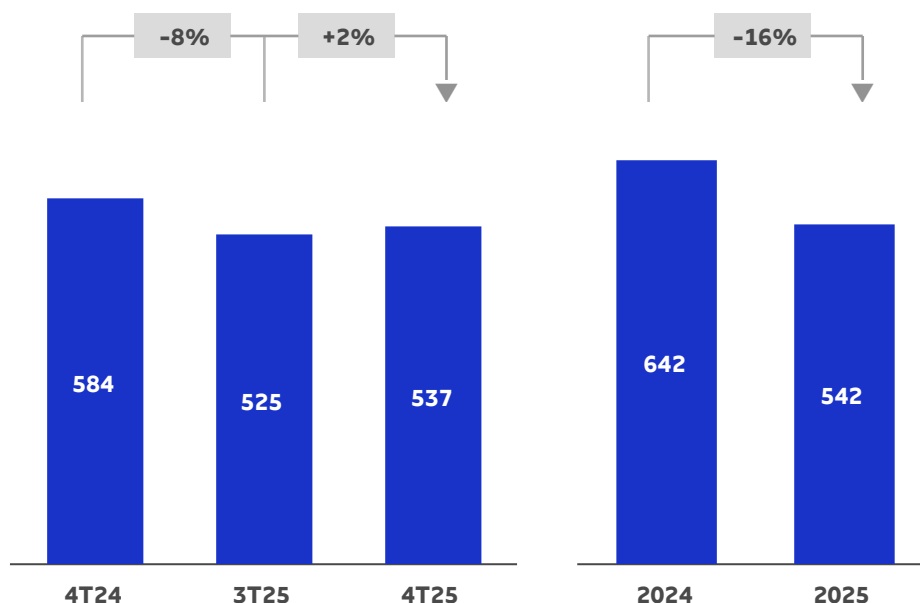
Os índices médios trimestrais PIX/FOEX para a celulose de fibra curta registraram aumento de 6% na China e 4% na Europa em relação ao 3T25. No período, a diferença de preço PIX médio entre as fibras longa e curta foi de USD 136/t na China e USD 422/t na Europa, o que continuou a sustentar o movimento de substituição da fibra longa para fibra curta.

As **vendas de celulose** da Suzano foram 8% superiores na comparação com o trimestre anterior, principalmente em função do aumento dos volumes destinados à América do Norte, Europa e Ásia. Em relação ao 4T24, a elevação foi de 4%, com destaque para os aumentos observados na Europa e América do Norte.



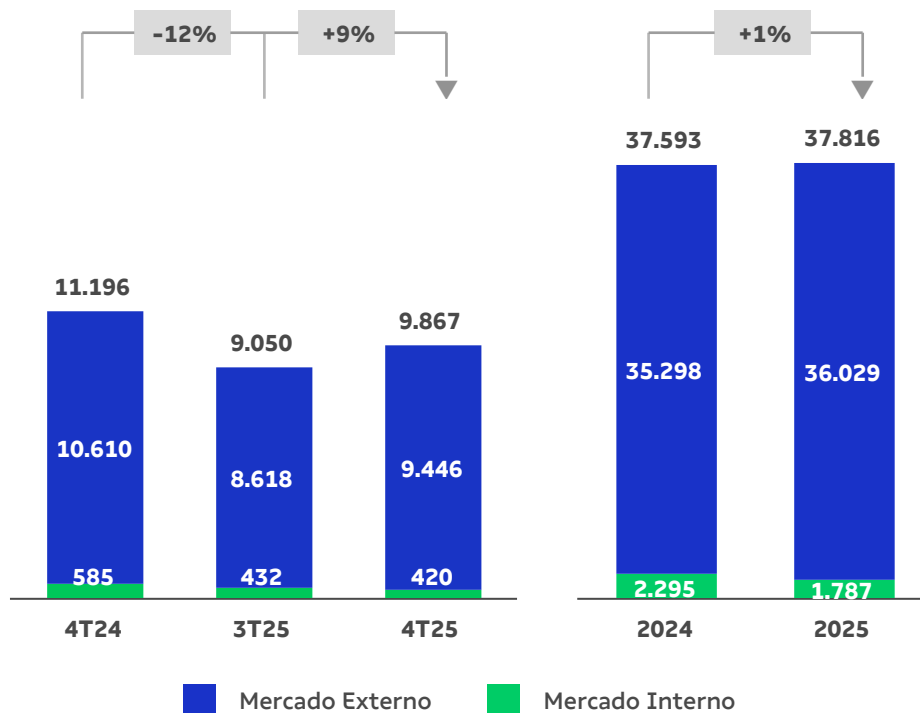
O **preço líquido médio em US\$** da celulose comercializada pela Suzano foi de US\$ 537/t, 2% superior ao 3T25 e uma redução de 8% em relação ao 4T24. No mercado externo, o preço médio líquido realizado pela Companhia ficou em US\$ 538/t, apresentando um crescimento de 3% em relação ao 3T25 e uma queda de 8% em relação ao 4T24. O **preço líquido médio em R\$** foi de R\$ 2.897/t no 4T25, 1% acima do 3T25, em função do aumento do preço médio líquido em US\$, parcialmente compensado pela desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-1%). Em relação ao 4T24, a redução de 15% ocorreu em função da queda do preço médio em US\$ e da desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-8%).

Preço Médio Líquido (US\$/t)



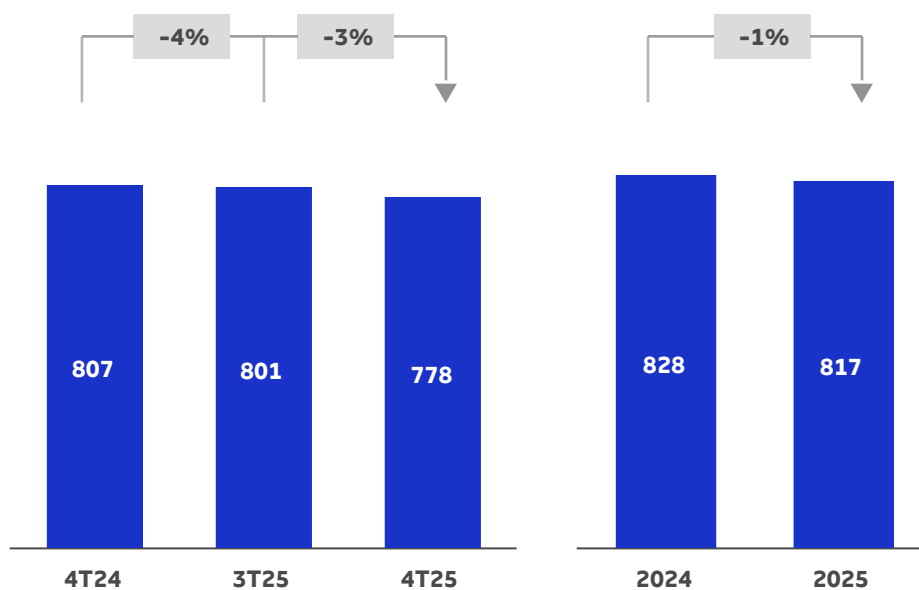
A **receita líquida de celulose** teve um aumento de 9% em relação ao 3T25, em função do maior volume vendido (+8%) e do maior preço médio líquido em US\$ (+2%), parcialmente compensados pela desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-1%). Na comparação com o 4T24, a redução de 12% é explicada pelo menor preço médio líquido em US\$ (-8%) e pela desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-8%), parcialmente compensados pelo maior volume vendido (+4%).

Receita líquida de Celulose (R\$ milhões)

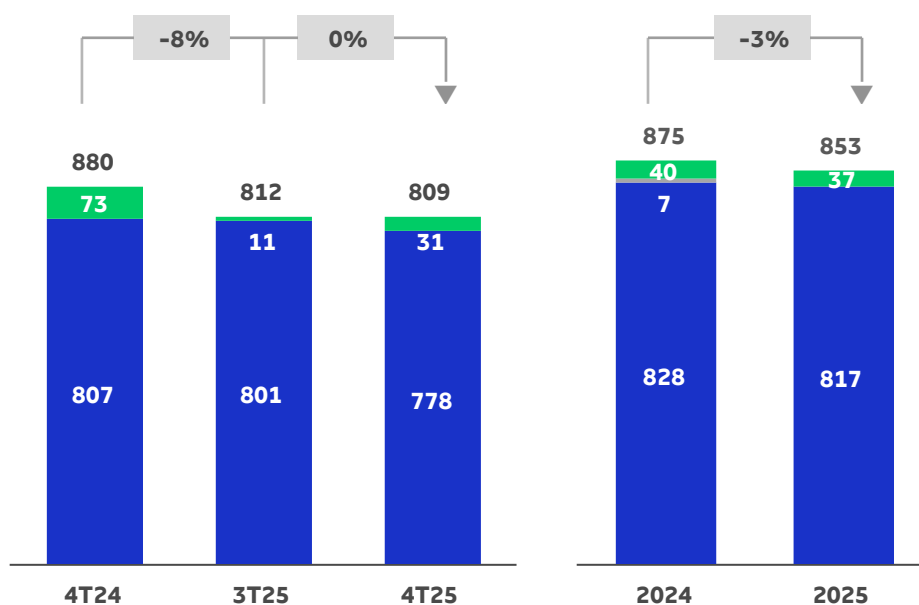


CUSTO CAIXA DE CELULOSE

Custo Caixa de Celulose Consolidado
sem parada (R\$/t)



Custo Caixa de Celulose
(R\$/t)



■ Custo Caixa (sem parada)
 ■ Start-up Ribas
 ■ Efeito parada

O **custo caixa sem paradas** do 4T25 foi de R\$ 778/t, uma queda de 3% em relação ao 3T25, em função de: i) menor gasto com insumos devido a maior estabilidade operacional, sobretudo pelo menor consumo de óleo, cal e dióxido de cloro, bem como menor preço de energéticos e químicos (ex-efeito câmbio), principalmente com gás natural e soda; ii) redução de custo fixo por menor custo com pessoal; iii) menor custo da madeira, por sua vez explicado principalmente pelo menor raio médio e menor consumo específico (decorrente da melhor qualidade da madeira); iv) melhor resultado de utilidades principalmente por maior volume de energia exportado; e v) desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-1%), impactando no menor preço em R\$, sobretudo da soda cáustica e do gás natural.

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹



(1) Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O **custo caixa sem paradas** do 4T25 apresentou uma redução de 4% frente ao 4T24, em função de: i) menor custo com insumos, explicado pelo menor consumo principalmente de óleo combustível e soda cáustica em função do *start-up* da unidade de Ribas e do projeto de conversão dos fornos de cal de óleo combustível para gás natural nas unidades de Imperatriz e Ribas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do consumo de gás natural e maior preço (ex-efeito câmbio) de soda cáustica; ii) desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio, beneficiando sobretudo o preço de insumos, como soda cáustica, gás natural e dióxido de cloro. Os efeitos positivos no custo caixa foram parcialmente compensados pelo maior custo fixo, por sua vez em função de maiores gastos com manutenção no período e de maiores custos com mão-de-obra (acordos coletivos), além do menor resultado de utilidades devido à queda do PLD parcialmente compensado pelo maior volume exportado. O custo de madeira ficou estável no período, em função do menor preço do diesel, menor raio médio e maior diluição de custos indiretos pelo maior volume da unidade de Ribas, compensados sobretudo pelo maior custo de colheita.

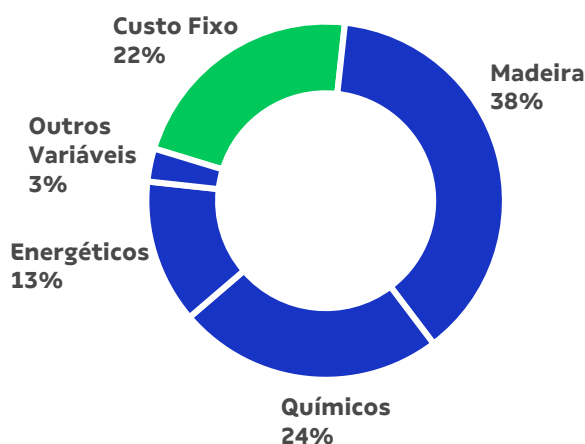
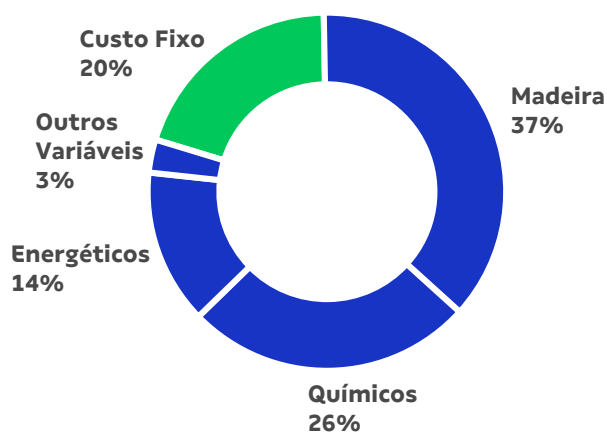
Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹

(1) Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

O **custo caixa sem paradas** de 2025 apresentou uma redução de 1% frente a 2024, em função de: i) menor custo com insumos, explicado pelo menor consumo, principalmente de óleo combustível e soda cáustica em função do *start-up* da unidade de Ribas e do projeto de conversão dos fornos de cal de óleo combustível para gás natural nas unidades de Imperatriz e Ribas, bem como pela redução do consumo de gás natural, parcialmente compensado pelo maior preço (ex-efeito câmbio) de soda cáustica e ácido sulfúrico; ii) maior resultado de utilidades pelo desempenho operacional da unidade de Ribas; iii) menor custo de madeira explicado pelo menor raio médio no período e iv) menor custo fixo, por maior diluição pela entrada do volume da unidade de Ribas, parcialmente compensado por maiores gastos com manutenção. Os efeitos positivos no custo caixa foram parcialmente compensados pela desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (4%).

Custo Caixa de Celulose consolidado sem parada (R\$/t)¹

(1) Exclui o efeito de paradas gerais para manutenção e paradas administrativas.

Custo Caixa 4T25¹Custo Caixa 4T24¹

(1) Considera o custo caixa sem paradas. Não considera venda de energia.

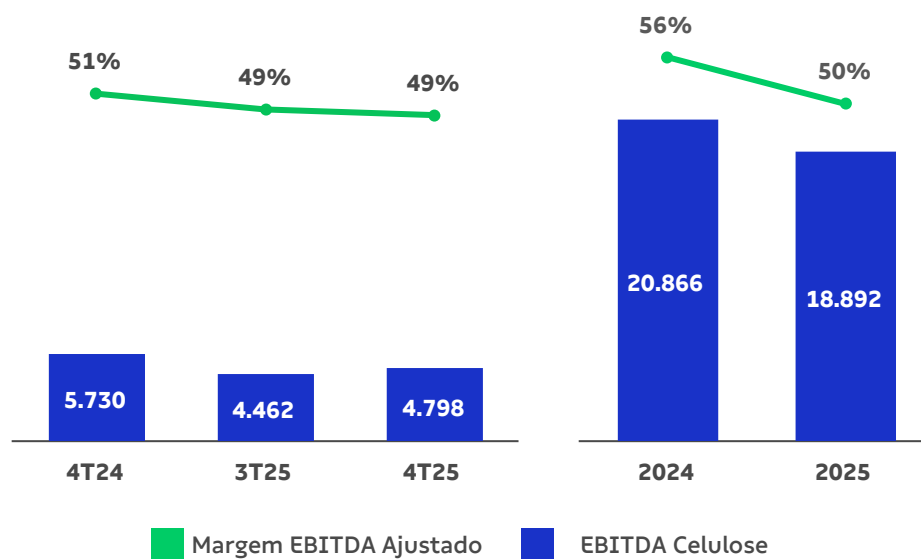
EBITDA DO SEGMENTO CELULOSE

Segmento Celulose	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	4.798	4.462	8%	5.730	-16%	18.892	20.866	-9%
Volume Vendido (mil t)	3.406	3.165	8%	3.284	4%	12.490	10.865	15%
EBITDA Ajustado ¹ Celulose (R\$/t)	1.409	1.410	0%	1.745	-19%	1.513	1.921	-21%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

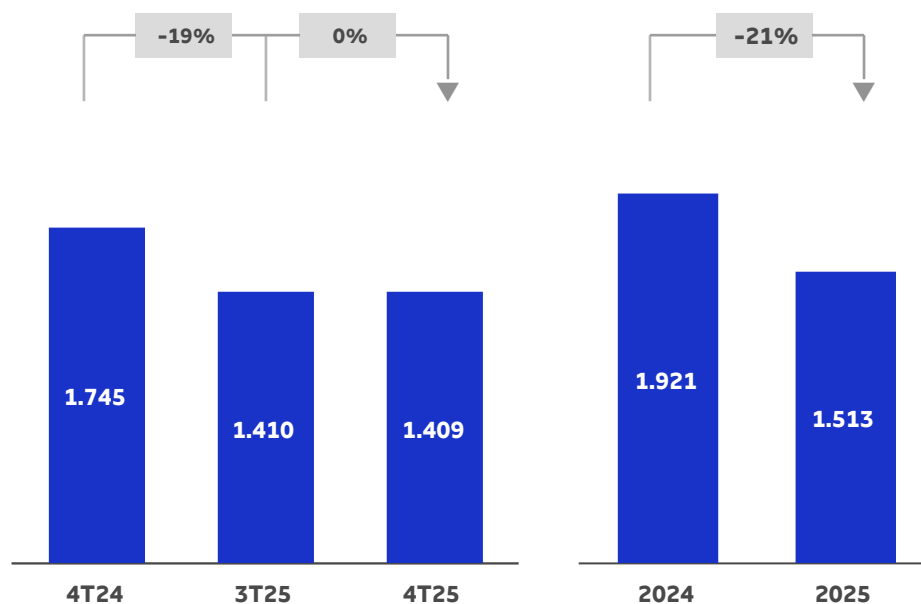
O **EBITDA Ajustado da celulose** foi 8% superior ao 3T25, em função principalmente do maior volume de vendas (+8%), maior preço médio líquido em US\$ (+2%) e menor custo caixa de produção sem paradas (-3%). Tais fatores foram parcialmente compensados pelo maior SG&A, por sua vez explicado principalmente pelo maior gasto com mão de obra, relacionados à remuneração variável e reestruturações referente ao Programa de Aceleração de Competitividade, além do maior impacto das paradas programadas para manutenção. O EBITDA Ajustado por tonelada ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior, explicado pelos mesmos efeitos, exceto volume.

Quando comparado ao 4T24, a redução de 16% do **EBITDA Ajustado da celulose** é devido: i) à queda no preço médio líquido em US\$ (-8%); e ii) a desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-8%). Tais fatores foram parcialmente compensados pelo maior volume de vendas (+4%), menor CPV base caixa (por sua vez beneficiado pela redução do custo caixa de produção e pelo menor impacto de paradas programadas para manutenção) e menor SG&A, em função principalmente de menores despesas com pessoal, relacionadas à remuneração variável. Na análise do EBITDA ajustado por tonelada, a redução de 19% do indicador ocorreu em função dos mesmos fatores, ex-volumes.

EBITDA Ajustado¹ (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustado (%) de Celulose


(1) Desconsidera itens não recorrentes.

EBITDA Ajustado Celulose por tonelada (R\$/t)



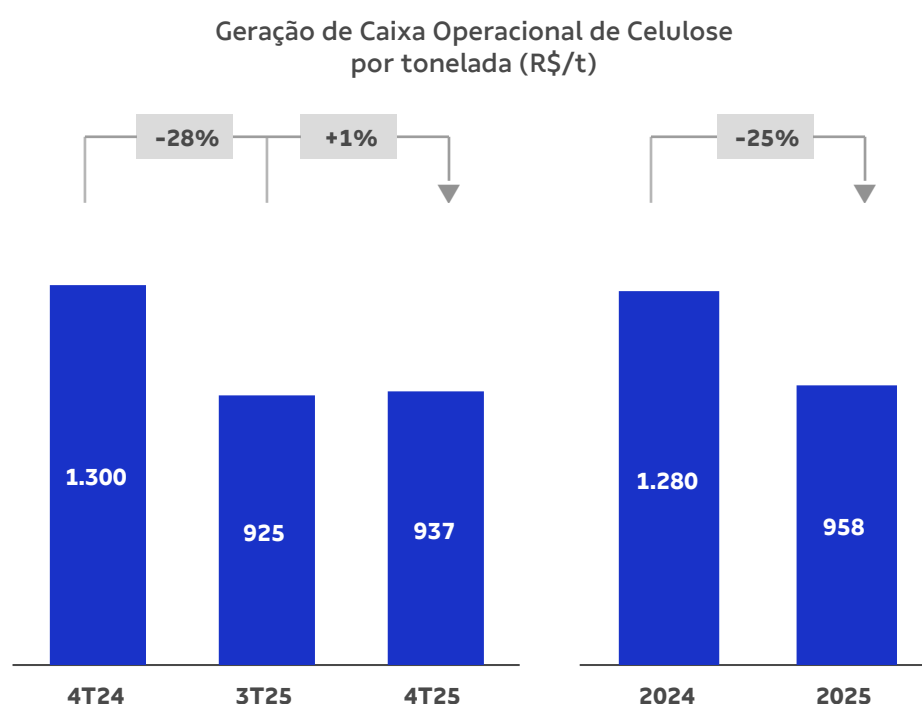
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO CELULOSE

Segmento de Celulose (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	4.798	4.462	8%	5.730	-16%	18.892	20.866	-9%
Capex Manutenção ²	(1.608)	(1.534)	5%	(1.462)	10%	(6.932)	(6.960)	0%
Geração de Caixa Operacional	3.190	2.928	9%	4.268	-25%	11.960	13.906	-14%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

(2) Regime caixa.

A **geração de caixa operacional por tonelada** do segmento de celulose foi de R\$ 937/t no 4T25, aumento de 1% em relação ao 3T25 devido à redução do capex manutenção por tonelada. Em relação ao 4T24, a redução de 28% ocorreu devido à queda do EBITDA por tonelada e um maior capex de manutenção por tonelada.



DESEMPENHO DO NEGÓCIO DE PAPEL

Os dados e as análises a seguir incorporam os resultados conjuntos dos negócios de papel e bens de consumo (*tissue*).

VOLUME DE VENDAS E RECEITA DE PAPEL

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou crescimento de 19% nos dois primeiros meses do 4T25 em relação aos dois primeiros meses do trimestre anterior e um crescimento de 1% em relação ao mesmo período do 4T24.

Na comparação com o trimestre anterior de 2025, o crescimento da demanda é resultado do aumento das vendas em todas as linhas de produto de papel Imprimir & Escrever, seguindo a sazonalidade histórica dos segmentos editoriais e promocionais. Na comparação com o mesmo período do 4T24, a estabilidade deve-se por um melhor desempenho dos papéis não revestidos, já que os papéis revestidos tiveram demanda reduzida em função da ausência de eleições em 2025.

Nos mercados internacionais atendidos pela companhia, a tendência de redução estrutural da demanda e o excesso de oferta de papéis, seguem sendo os principais fatores que limitam o desempenho nas regiões mais maduras. Na Europa, o ambiente permanece desafiador em função do desbalanceamento entre oferta e demanda, uma vez que apesar das reduções de capacidade anunciadas, a região ainda registra quedas significativas no consumo. Na América do Norte, observou-se uma deterioração no trimestre, reflexo das pressões macroeconômicas sobre o consumo. Já na América Latina, a demanda por papéis de Imprimir & Escrever manteve-se relativamente estável, ainda que alguns mercados tenham apresentado pressões negativas pontuais.

No mercado brasileiro de papelcartão, a demanda registrou crescimento de 2% nos dois primeiros meses do 4T25 em relação ao mesmo período do 3T25, e também um avanço de 2% na comparação com os dois primeiros meses do 4T24. A expansão frente ao trimestre anterior reflete a sazonalidade típica do segmento, impulsionada pela preparação do varejo para as vendas de fim de ano. Já o crescimento em relação ao ano anterior decorre da recuperação gradual da performance do setor de bens de consumo e forte crescimento no setor de cosméticos, somada ao reequilíbrio de estoques da cadeia após meses de volumes abaixo do esperado.

Consolidando os segmentos de mercado acima mencionados (mercado de papel acessível à Suzano), a demanda total no Brasil acumulou crescimento de 2% nos dois primeiros meses do 4T25 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do IBÁ. As vendas da Suzano no mercado doméstico ficaram praticamente estáveis no trimestre, em comparação com o ano anterior. As exportações oriundas da operação no Brasil cresceram 23% contra o ano anterior, enquanto o volume de vendas da Suzano Packaging nos EUA cresceu 40% na mesma comparação, por sua vez positivamente impactado pela maior participação nos resultados (4T25: 3 meses) quando comparado ao efeito de 2 meses no 4T24 com a aquisição da nova operação.

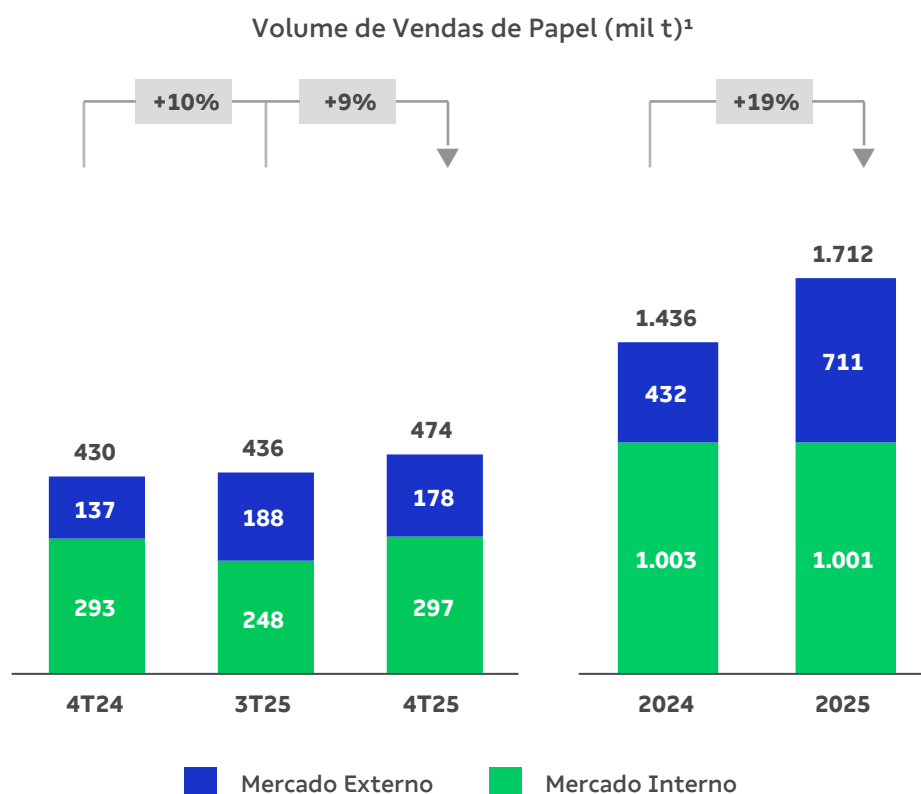
A Unidade de Negócios de Papel e Embalagens segue avançando em seus pilares estratégicos, onde destaca-se a evolução do desempenho operacional da Suzano Packaging, bem como investimentos em seu portfólio de produtos de inovação no Brasil, utilizando ativos existentes, voltados para os segmentos de embalagens e substituição de plásticos de uso único. Nos mercados tradicionais de I&E, o foco segue na evolução do modelo exclusivo de *go-to-market* visando expansão da base de clientes e regiões atendidas, bem como a competitividade de custos.

Com a aquisição do negócio de tissue da Kimberly Clark no Brasil, o segmento de bens de consumo passou a ter desde o 3T23 maior representatividade nos resultados do negócio de papel.

As **vendas de papel** da Suzano (imprimir & escrever, papelcartão e *tissue*) no mercado brasileiro totalizaram 297 mil toneladas no 4T25, aumento de 19% em relação ao trimestre anterior, explicada pelo crescimento das vendas de papel Imprimir & Escrever (não-revestido e revestido) e do segmento de Tissue. Em relação ao 4T24, houve aumento de 1% em função, principalmente, do aumento de revestidos e tissue, parcialmente compensados pela pequena redução em não revestidos.

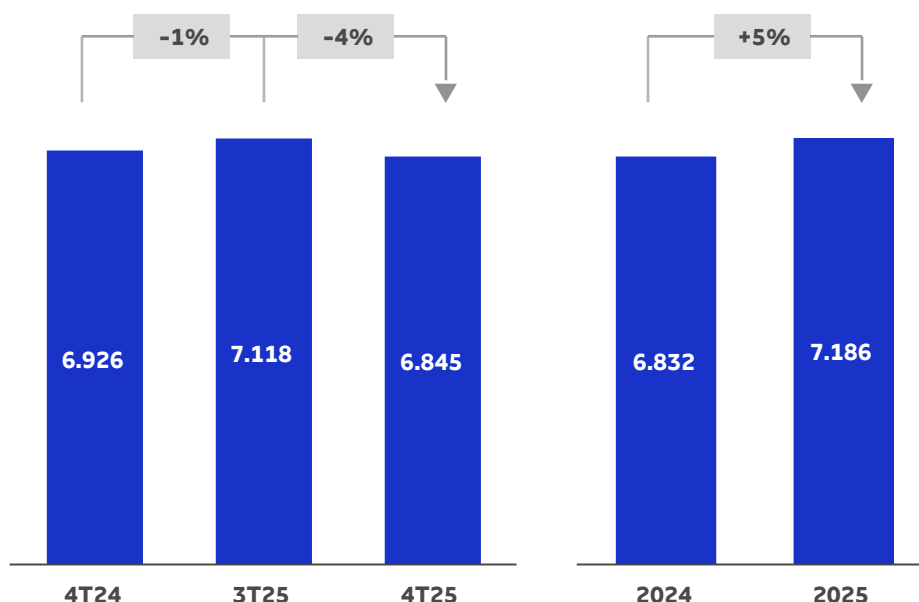
As **vendas de papel** nos mercados internacionais totalizaram 178 mil toneladas, representando 37% do volume total de vendas no 4T25. A redução de 5% em relação ao 3T25 é explicada pela redução das exportações no segmento não revestido das operações no Brasil resultado da estratégia de alocação entre mercados e segmentos, devido à maior demanda no mercado interno. Além disso houve uma queda nos volumes vendidos da Suzano Packaging US e nas exportações de papelcartão.

O aumento de 29% em relação ao 4T24 é explicado principalmente pela maior participação das vendas das operações nos EUA no trimestre, ao passo que, no 4T24, pelo cronograma da aquisição, foram consideradas as vendas de apenas dois meses, e pelo aumento das exportações no segmento de não-revestidos, compensando a redução das exportações das operações no Brasil (resultado da estratégia de alocação entre mercados e segmentos).



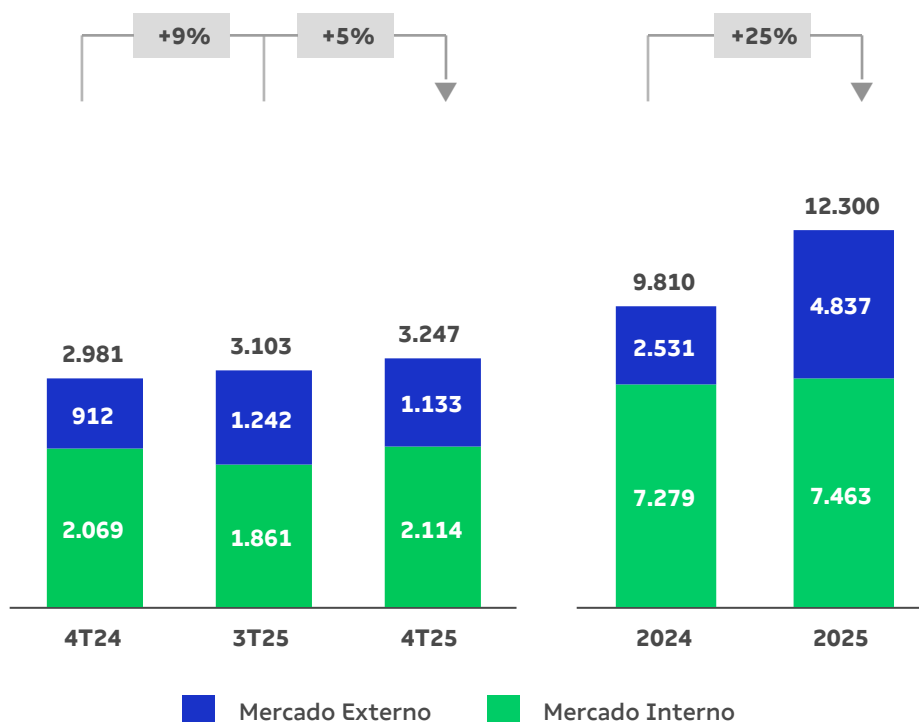
(1) Inclui a unidade de bens de consumo e a operação da Unidade Suzano Packaging US.

O **preço médio líquido** teve redução de 4% em relação ao trimestre anterior, refletindo a redução de 5% no mercado interno principalmente nos segmentos imprimir & escrever e bens de consumo e 4% de queda no mercado externo, também explicada sobretudo pelo segmento imprimir & escrever. Em relação ao 4T24, a redução de 1% ocorreu em função das quedas ocorridas nesses mesmos segmentos, com destaque para o preço no mercado externo no segmento de imprimir e escrever, em parte explicado pela desvalorização do dólar médio frente ao real médio de 8%. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do preço médio líquido da operação da Suzano Packaging US (+12%).

Preço Médio Líquido de Papel (R\$/t)¹

(1) Inclui a unidade de bens de consumo e a operação da Unidade Suzano Packaging US.

A **receita líquida de papel** foi de R\$ 3.247 milhões, aumento de 5% em relação ao 3T25, em função do maior volume de vendas no mercado interno, parcialmente compensado pelo menor preço médio líquido nos mercados interno e externo. Em relação ao 4T24, houve um aumento de 9% em função: i) da maior participação da operação da Suzano Packaging US, ao passo que no 4T24, pelo cronograma da aquisição, foram consideradas as vendas de apenas 2 meses em comparação aos 3 meses registrados no 4T25, o que explica a elevação no volume de vendas (+10%); e ii) do aumento no preço médio líquido da operação da Suzano Packaging US (+12%) devido a renegociação de contratos comerciais. Esses fatores foram parcialmente compensados pela desvalorização do US\$ médio vs. o R\$ médio (-8%).

Receita de Papel (R\$ milhões)¹

(1) Inclui a unidade de bens de consumo e a operação da Unidade Suzano Packaging US.

EBITDA DO SEGMENTO PAPEL

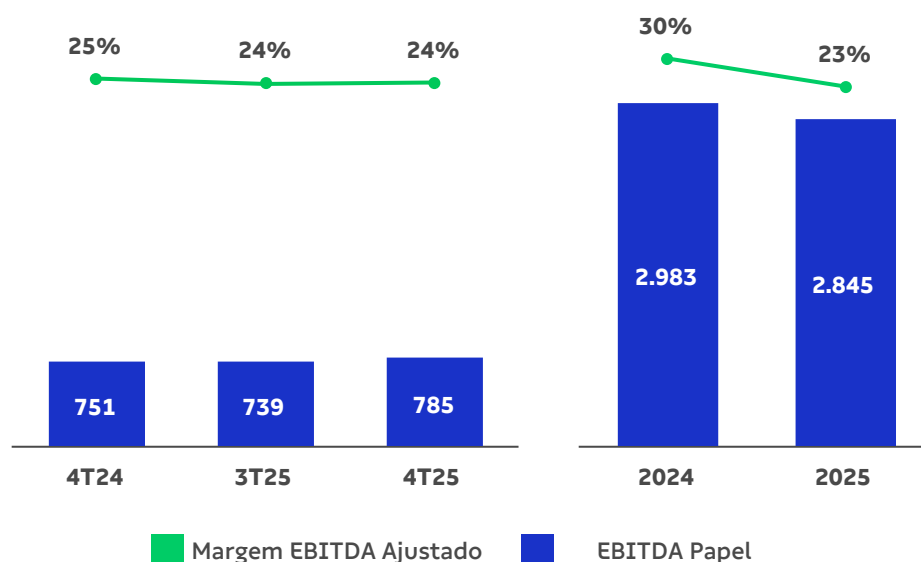
Segmento Papel	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	785	739	6%	751	4%	2.845	2.983	-5%
Volume Vendido (mil t)	474	436	9%	430	10%	1.712	1.436	19%
EBITDA Ajustado ¹ Papel (R\$/t)	1.655	1.694	-2%	1.746	-5%	1.662	2.078	-20%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

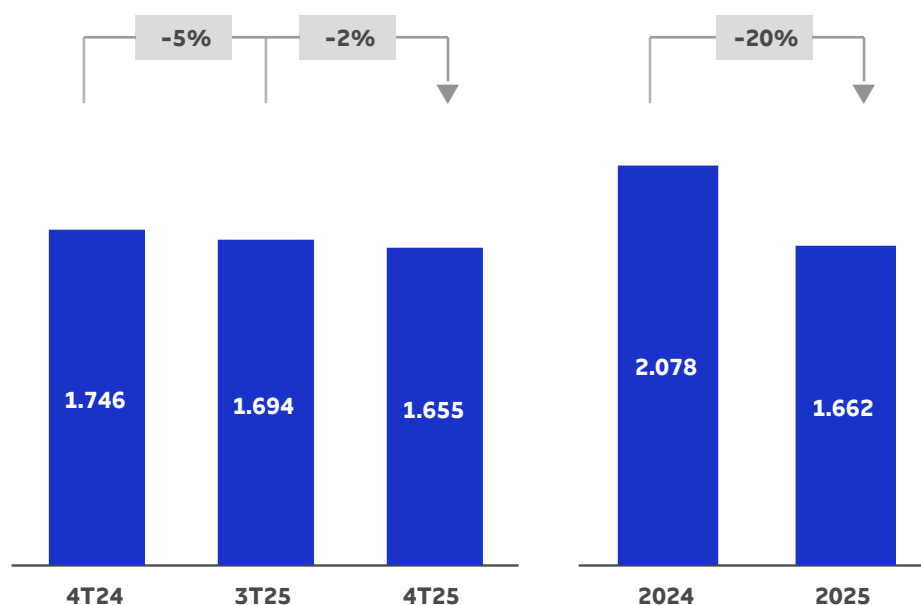
O **EBITDA Ajustado do papel** teve aumento de 6% na comparação com o 3T25, em função principalmente do maior volume de vendas (9%), parcialmente compensado pelo menor preço médio líquido. Na análise do EBITDA ajustado por tonelada, houve uma redução de 2% principalmente devido ao menor preço líquido.

Em relação ao 4T24, o aumento de 4% ocorreu principalmente em função: i) do menor SG&A (principalmente em função da menor provisão de remuneração variável); ii) do maior volume de vendas (10%); e iii) do efeito adicional no preço da operação da Suzano Packaging (+12%), conforme mencionado anteriormente, decorrente da renegociação de contratos comerciais. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo maior CPV base caixa (em boa parte explicado pelo impacto das paradas programadas para manutenção) e pela desvalorização do US\$ médio em relação ao R\$ médio (-8%). Na análise do **EBITDA ajustado por tonelada**, a redução de 5% é explicada principalmente pelo maior CPV base caixa (+20%) e pela desvalorização do US\$ médio frente ao R\$ médio (-8%), efeitos parcialmente compensados pelo maior preço observado na operação da Suzano Packaging US.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e
Margem EBITDA Ajustado (%) de Papel



EBITDA Ajustado Papel (R\$/t)



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DO SEGMENTO PAPEL

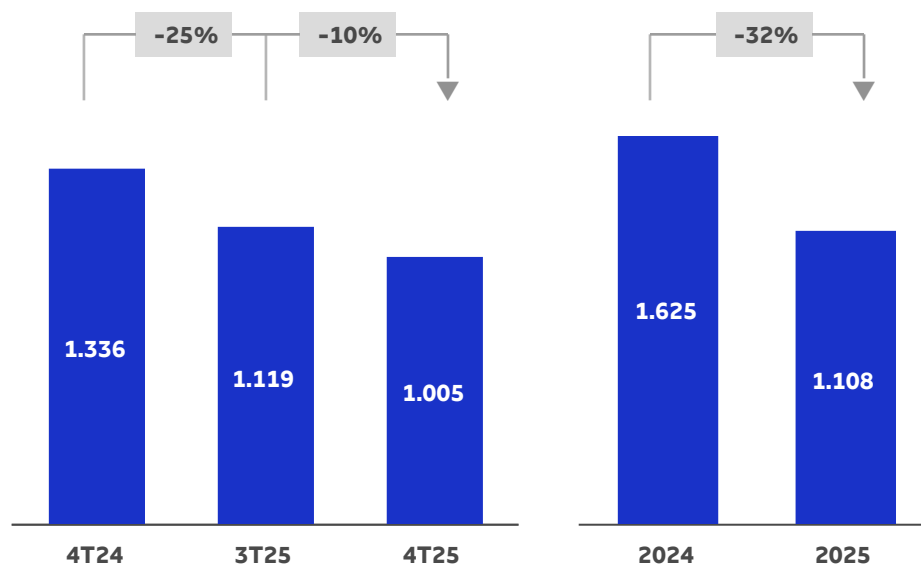
Ger. Operacional – Papel (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado ¹	785	739	6%	751	4%	2.845	2.983	-5%
Capex Manutenção ²	(308)	(251)	23%	(176)	75%	(948)	(650)	46%
Geração de Caixa Operacional	477	488	-2%	575	-17%	1.897	2.334	-19%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

(2) Em regime caixa.

A **geração de caixa operacional por tonelada do papel** foi de R\$ 1.005/t no 4T25, redução de 10% e 25% em relação ao 3T25 e 4T24, respectivamente, em função do maior capex de manutenção por tonelada (+13%) e (+59%) e da queda do EBITDA ajustado por tonelada de 2% e 5% em relação ao 3T25 e 4T24, respectivamente.

Geração de Caixa Operacional de Papel por tonelada (R\$/t)

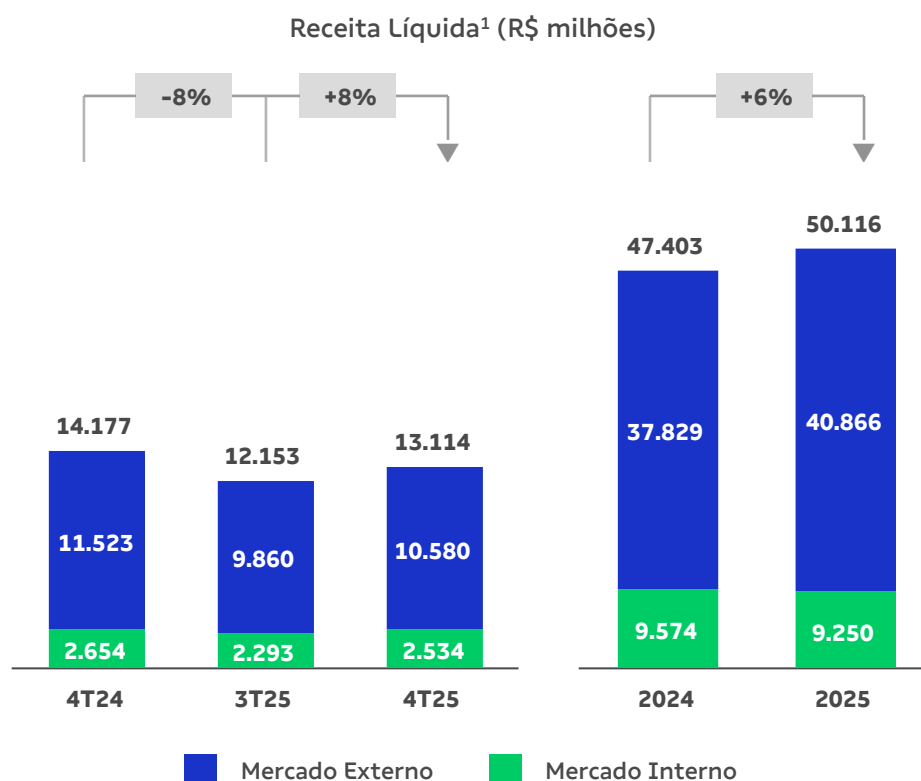


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

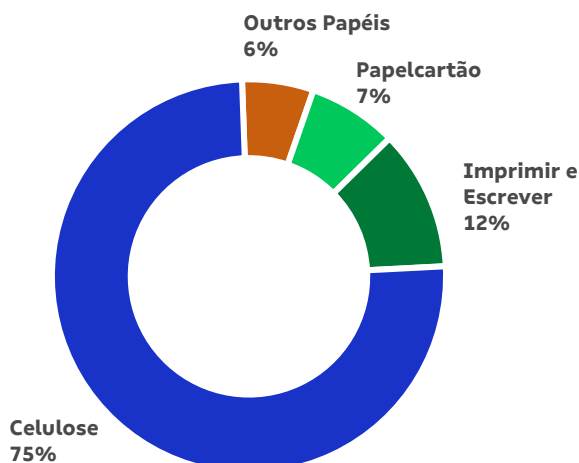
A **receita líquida** da Suzano no 4T25 foi de R\$ 13.114 milhões, sendo 81% gerada no mercado externo (vs. 81% no 3T25 e no 4T24). Em relação ao 3T25, o aumento de 8% é explicado principalmente pelo maior volume de vendas de celulose e de papel (+8% e +9%, respectivamente) e pelo maior preço líquido médio de celulose em US\$ (+2%). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo menor preço médio líquido de papel (-4%) e pela desvalorização do US\$ médio frente ao R\$ médio (-1%).

A queda de 8% da receita líquida consolidada em relação ao 4T24 é explicada pela desvalorização do US\$ médio em relação ao R\$ médio (-8%) e pela queda no preço médio líquido de celulose em US\$ (-8%). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo maior volume de vendas de celulose e de papel (+4% e +10%, respectivamente).



(1) Não inclui a receita de serviços de Portocel

Composição da Receita Líquida (4T25)



CALENDÁRIO DE PARADAS PROGRAMADAS PARA MANUTENÇÃO

Fábrica – Capacidade de Celulose	2024				2025				2026			
	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	1T26	2T26	3T26	4T26
Aracruz - Linha A (ES) – 590 kt					Sem Parada							
Aracruz - Linha B (ES) – 830 kt									Sem Parada			
Aracruz - Linha C (ES) – 920 kt		Sem Parada										
Imperatriz (MA) ¹ – 1.650 kt					Sem Parada							
Jacareí (SP) – 1.100 kt					Sem Parada							
Limeira (SP) ¹ – 690 kt									Sem Parada			
Mucuri - Linha 1 (BA) ¹ – 610 kt		Sem Parada										
Mucuri - Linha 2 (BA) – 1.130 kt					Sem Parada							
Ribas do Rio Pardo (MS) – 2.550 kt		Sem Parada										
Suzano (SP) ¹ – 620 kt									Sem Parada			
Três Lagoas - Linha 1 (MS) – 1.300 kt		Sem Parada										
Três Lagoas - Linha 2 (MS) – 1.950 kt		Sem Parada										
Veracel (BA) ² – 560 kt					Sem Parada							

(1) Inclui as capacidades integradas e fluff.

(2) Veracel é uma *joint operation* entre Suzano (50%) e Stora Enso (50%) e sua capacidade total anual é de 1.120 mil t.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

CPV (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
CPV	9.098	8.454	8%	8.761	4%	33.890	27.402	24%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(2.800)	(2.616)	7%	(2.542)	10%	(10.210)	(8.135)	26%
CPV base caixa	6.299	5.838	8%	6.218	1%	23.679	19.267	23%
Volume de vendas (mil t)	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
CPV base caixa/t (R\$/t)	1.623	1.621	0%	1.674	-3%	1.667	1.566	6%

O **CPV base caixa** no 4T25 totalizou R\$ 6.299 milhões ou R\$ 1.623/t. Na comparação com o 3T25, o CPV base caixa teve aumento de 8%, principalmente em função: i) do maior volume de vendas de celulose e papel; e ii) do maior impacto das paradas programadas para manutenção. Esses efeitos foram parcialmente compensados: i) pela queda do custo caixa de produção de celulose; ii) pela redução no custo logístico (devido principalmente à ausência do impacto das tarifas de 10% sobre a celulose impostas pelos Estados Unidos que impactaram parcialmente o 3T25); e iii) pela desvalorização do US\$ médio frente ao R\$ médio de 1% sobre os itens expostos à moeda estrangeira. Na análise por tonelada, a variação do indicador foi praticamente estável devido aos mesmos fatores, ex-volumes.

Na comparação com o 4T24, o **CPV base caixa** teve aumento de 1% em função sobretudo: i) do maior volume vendido de celulose e papel; ii) de um mês a mais de resultados da operação da Suzano Packaging US (no 4T24 houve apenas 2 meses de resultado da Unidade); e iii) do maior custo caixa de produção do segmento de papel no Brasil (devido ao impacto da concentração de paradas programadas com efeito sobre insumos, custo fixo e madeira). Esses efeitos foram parcialmente compensados: i) pela desvalorização do US\$ médio frente ao R\$ médio de 8% sobre os itens expostos à moeda estrangeira; ii) pela redução no custo caixa da celulose; iii) pelo menor impacto das paradas programadas para manutenção; e iv) pelo menor custo logístico (principalmente em decorrência da otimização no custo com transporte oceânico e do menor custo com logística interna no segmento de papel). Na análise por tonelada, o indicador foi 3% menor que no mesmo período do ano anterior devido principalmente à desvalorização do US\$ médio frente ao R\$ médio, conforme mencionado anteriormente.

DESPESAS DE VENDAS

Despesas de Vendas (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Despesas de vendas	870	850	2%	857	2%	3.313	2.939	13%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(244)	(243)	0%	(237)	3%	(972)	(955)	2%
Despesas de vendas base caixa	625	607	3%	619	1%	2.341	1.983	18%
Volume de vendas (mil t)	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
Despesas de vendas base caixa/t (R\$/t)	161	168	-4%	167	-3%	165	161	2%

As **despesas com vendas base caixa** apresentaram aumento de 3% em relação ao 3T25, em função principalmente da maior despesa logística (mix de regiões - maior volume para América do Norte e Europa) e do maior volume vendido (celulose e papel). Esses efeitos foram parcialmente compensados principalmente pela atualização da PECLD (redução da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa). Na análise por tonelada, as despesas de vendas base caixa tiveram queda de 4% devido aos fatores mencionados excluindo o impacto de maiores volumes de venda.

Quando comparado ao 4T24, as despesas de vendas base caixa foram 1% superiores, decorrentes principalmente: i) da maior despesa logística, por sua vez explicada pelo efeito adicional no custo em decorrência de um mês a mais de resultados da operação da Suzano Packaging US; e ii) maior volume vendido (celulose e papel). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela valorização do R\$ médio vs. o US\$ de 8% e menores despesas diversas de natureza fixa. As despesas com vendas base caixa por tonelada tiveram uma redução de 3%, em função dos mesmos fatores elencados anteriormente, ex-volumes.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Despesas gerais e administrativas	804	665	21%	990	-19%	2.790	2.620	7%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	(34)	(33)	4%	(38)	-11%	(129)	(144)	-10%
Despesas gerais e administrativas base caixa	770	632	22%	952	-19%	2.661	2.476	7%
Volume de vendas (mil t)	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
Despesas gerais e administrativas base caixa/t (R\$/t)	199	176	13%	256	-23%	187	201	-7%

Na comparação com o 3T25, o aumento de 22% das **despesas gerais e administrativas base caixa** é explicado principalmente por maiores despesas relacionadas à remuneração variável, serviços de terceiros (destaque para consultorias e auditorias) e maiores gastos com mão de obra, em grande parte em função de gastos com reestruturação, como parte do escopo do Programa de Aceleração de Competitividade. A mesma análise explica a elevação de 13% na comparação por tonelada.

Na comparação com o 4T24, as despesas gerais e administrativas base caixa foram 19% inferiores em função principalmente de menores despesas com pessoal, relacionadas à remuneração variável. Esta redução foi parcialmente compensada por maiores gastos com serviços de terceiros (consultorias e auditorias) e maiores gastos com mão de obra (também explicados pelo processo de reestruturação, referente ao Programa de Aceleração de Competitividade, conforme mencionado anteriormente). Na análise por tonelada, a redução foi de 23% em função dos mesmos fatores.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras Receitas (Despesas) Operacionais (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Outras receitas (despesas) operacionais	1.345	(136)	—%	846	59%	935	1.262	-26%
(-) Depreciação, exaustão e amortização	7	3	166%	8	-15%	14	10	44%
Outras receitas (despesas) operacionais base caixa	1.338	(138)	—%	837	60%	921	1.252	-26%
Volume de vendas (mil t)	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
Outras receitas (despesas) operacionais base caixa/t (R\$/t)	345	(38)	—%	225	53%	65	102	-36%

A rubrica **outras receitas (despesas) operacionais** totalizou receita de R\$ 1.345 milhões no 4T25, em comparação à despesa de R\$ 136 milhões no 3T25 e receita de R\$ 846 milhões no 4T24. A variação positiva em relação ao 3T25 é explicada sobretudo pelo efeito da atualização do valor justo do ativo biológico (que ocorre no segundo e quarto trimestre de cada ano). Em relação ao 4T24, o aumento da receita ocorreu em função principalmente do maior ajuste da atualização do valor justo do ativo biológico, sendo a valorização do preço da madeira o principal fator (vide Nota Explicativa 13 das Demonstrações Financeiras).

Em relação à rubrica de **equivalência patrimonial**, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na Ensyn Corporation, liquidou a empresa F&E Technologies LLC e reconheceu *impairment* dos investimentos na F&E Tecnologia do Brasil S.A., ambos relacionados à mesma tecnologia desenvolvida pela Ensyn (conforme nota explicativa 14 das Demonstrações Financeiras). Como resultado, foram reconhecidos efeitos contábeis que também impactaram esta rubrica no 4T25, o que caracteriza o principal efeito negativo de R\$ 141 milhões observado no trimestre.

EBITDA AJUSTADO

Consolidado	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado (R\$ milhões) ¹	5.583	5.200	7%	6.481	-14%	21.736	23.849	-9%
Margem EBITDA Ajustado	43%	43%	0 p.p	46%	-3 p.p	43%	50%	-7 p.p
Volume Vendido (mil t)	3.880	3.601	8%	3.714	4%	14.202	12.300	15%
EBITDA Ajustado¹ Consolidado (R\$/t)	1.439	1.444	0%	1.745	-18%	1.531	1.939	-21%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

O aumento de 7% do **EBITDA Ajustado** do 4T25 em relação ao 3T25 é explicado sobretudo: i) pelo maior volume de vendas de celulose (+8%) e papel (9%); e ii) pelo maior preço médio líquido da celulose em US\$ (+2%). Esses efeitos foram parcialmente compensados: i) pelo maior CPV base caixa (veja seção Custo do Produto vendido para mais detalhes); e ii) pelo aumento do SG&A, conforme explicado na seção anterior. O EBITDA Ajustado por tonelada ficou estável devido aos mesmos fatores, ex-volume.

Já em relação ao 4T24, a queda de 14% no **EBITDA Ajustado** ocorreu em função: i) do menor preço médio líquido em US\$ da celulose (-8%); e ii) da desvalorização do US\$ médio em relação ao R\$ médio (-8%). Esses efeitos foram parcialmente compensados principalmente pelo: i) maior volume de vendas de celulose e papel (+4% e +10%, respectivamente); ii) menor SG&A (veja seções Despesas de Vendas e Gerais e Administrativas para mais detalhes); e iii) menor CPV base caixa por tonelada (veja seção Custo do Produto Vendido para mais detalhes). O EBITDA ajustado por tonelada teve uma redução de 18% devido ao menor preço médio líquido em US\$ da celulose e pela desvalorização do US\$ médio em relação ao R\$ médio.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Despesas Financeiras	(1.814)	(1.823)	-1%	(1.692)	7%	(6.884)	(5.542)	24%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda local	(609)	(609)	0%	(393)	55%	(2.125)	(1.470)	45%
Juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(945)	(931)	1%	(1.077)	-12%	(3.828)	(3.944)	-3%
Juros capitalizados ¹	69	79	-13%	77	-9%	275	960	-71%
Outras despesas financeiras	(329)	(362)	-9%	(298)	11%	(1.205)	(1.088)	11%
Receitas Financeiras	482	462	4%	435	11%	1.767	1.737	2%
Juros sobre aplicações financeiras	440	442	0%	386	14%	1.584	1.598	-1%
Outras receitas financeiras	43	21	108%	50	-14%	183	139	31%
Variação Cambial e Monetária	(1.976)	1.334	—	(8.930)	-78%	7.551	(15.885)	—
Variação cambial dívida	(2.530)	1.774	—	(9.703)	-74%	8.384	(17.716)	—
Outras variações cambiais e monetárias	553	(440)	—	773	-28%	(833)	1.831	—
Resultado de operações com derivativos²	(103)	1.079	—	(5.370)	-98%	7.329	(9.113)	—
Hedge de Fluxo de caixa – Operacional	(97)	817	—	(3.920)	-98%	5.660	(6.146)	—
Hedge do Fluxo de caixa – Cerrado	—	—	—	—	—	—	(96)	—
Hedge de dívida	22	244	-91%	(1.319)	—	1.529	(2.647)	—
Outros ³	(28)	19	—	(132)	-79%	142	(224)	—
Resultado Financeiro Líquido	(3.411)	1.052	—	(15.556)	-78%	9.762	(28.802)	—

(1) Capitalização de juros referente à obras em andamento.

(2) Variação da marcação a mercado (4T25: R\$ 230 milhões | 3T25: R\$ 493 milhões), somada aos ajustes pagos e recebidos (4T25: R\$ 160 milhões).

(3) Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

As **despesas financeiras** tiveram redução de 1% em relação ao 3T25 refletindo, principalmente, a redução na linha de outras despesas financeiras em função dos prêmios de liquidação antecipada realizados no 3T25, parcialmente compensado pelo aumento nos juros em moeda estrangeira, devido à valorização do US\$ de fechamento no período e redução de juros capitalizados. Em relação ao 4T24, as despesas financeiras registraram um aumento de 7%, em função principalmente do aumento de juros em moeda local, proveniente das captações realizadas ao longo do período, elevando o saldo de dívida em Reais (4T25: R\$ 24,4 bilhões | 4T24: R\$ 18,4 bilhões) em conjunto com a elevação do CDI acumulado do período (4T24: 2,68% | 4T25: 3,59%), parcialmente compensada pela menor despesa de juros em moeda estrangeira, decorrente dos exercícios de liability management que reduziram o saldo de dívida em divisa internacional (4T25: R\$ 70,3 bilhões | 4T24: R\$ 83,0 bilhões) e redução da SOFR média (4T24: 4,99% | 4T25: 3,99%).

As **receitas financeiras** registraram um aumento de 4% em relação ao 3T25, reflexo do aumento de outras receitas financeiras. Apesar do caixa médio mais elevado, os cortes nas taxas de juros americanas ocorridos no trimestre compensaram o efeito positivo na linha de juros sobre aplicações financeiras. Na comparação com o 4T24, o aumento de 11% decorre da elevação de juros sobre aplicações financeiras, resultado de um maior saldo médio de caixa, principalmente aplicado em contas no exterior, parcialmente compensado pela redução da SOFR acumulada no período.

As **variações cambiais e monetárias** reduziram o resultado financeiro da Companhia em R\$ 1.976 milhões em função da valorização de 3% do US\$ frente ao R\$ no período em relação ao fechamento do 3T25, impactando a parcela da dívida em moeda estrangeira (US\$ 12.787 milhões ao final do 4T25). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo resultado positivo da variação cambial sobre outros itens do balanço em moeda estrangeira.

Importante ressaltar que o impacto contábil da variação cambial na dívida em moeda estrangeira tem efeito caixa somente nos respectivos vencimentos.

O **resultado de operações com derivativos** foi negativo em R\$ 103 milhões no 4T25, sobretudo em função do impacto negativo da valorização do US\$ (-3%). A marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 foi positiva em R\$ 230 milhões, vis a vis à marcação positiva de R\$ 493 milhões em 30 de setembro de 2025, perfazendo a variação negativa de R\$ 263 milhões. Importante destacar que o impacto da valorização do US\$ sobre a carteira de derivativos só terá efeito caixa nos respectivos vencimentos. O efeito líquido no caixa referente ao vencimento de operações com derivativos no quarto trimestre foi positivo em R\$ 160 milhões (sendo positivo em R\$ 163 milhões referentes a hedge de dívida, R\$ 3 milhões positivos referentes a hedge de fluxo de caixa e R\$ 7 milhões negativos referentes a commodities).

Em decorrência dos fatores acima listados, considerando todas as linhas de despesas e receitas financeiras, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3.411 milhões no 4T25, em comparação ao resultado positivo de R\$ 1.052 milhões no 3T25 e negativo de R\$ 15.556 milhões no 4T24.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A Suzano tem operações com derivativos exclusivamente com a finalidade de proteção (hedge). A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025:

Hedge ¹	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
	Dez/25	Set/25	Dez/25	Set/25
Dívida	7.397	6.806	(851)	(710)
Fluxo de caixa – Operacional (ZCC + NDF)	6.246	6.053	1.004	1.104
Outros ²	514	413	78	99
Total	14.158	13.271	230	493

(1) Vide nota 4 do ITR para maiores detalhes e análises de sensibilidade do valor justo.

(2) Considera hedge de commodities e derivativo embutido.

A política de exposição cambial da Companhia tem como objetivo minimizar a volatilidade da geração de caixa da Suzano e garantir maior flexibilidade na gestão do fluxo de caixa. Atualmente, a política estipula que o excedente de US\$ pode ser parcialmente “hedgeado” (mínimo de 40% e até 75% da exposição cambial para os próximos 24 meses) por meio de instrumentos plain vanilla, como Zero Cost Collar (ZCC) e Non-Deliverable Forward (NDF). Amparado na previsão da política, em abril de 2025, buscando o aumento da proteção cambial em um cenário de R\$ desvalorizado e taxas de juros altas, o Conselho de Administração autorizou a contratação extraordinária de hedge de fluxo de caixa no total de até US\$ 600 milhões para o período entre 25-30 meses. O volume de hedge extraordinário foi parcialmente executado até o quarto trimestre e está refletido na tabela abaixo, estando atualmente no período de 24 meses. Ao final do 4T25, a cobertura do portfólio de hedge de fluxo de caixa estava em 72% da exposição cambial.

As operações de ZCC estabelecem limites inferiores e superiores da taxa de câmbio com objetivo de minimizar impactos negativos em casos que ocorra uma elevada apreciação do R\$. Dessa forma, quando a taxa de câmbio ficar entre os limites estabelecidos, a Companhia não paga e nem recebe ajustes financeiros. Tal característica permite que se capture um maior benefício nas receitas de exportação em um eventual cenário de desvalorização do R\$ frente ao US\$, dentro do intervalo contratado. Para cenários extremos de valorização do R\$, a Companhia está protegida pelos limites inferiores, considerados adequados para a operação. Ao mesmo tempo, esse instrumento de proteção limita, temporária e parcialmente, os potenciais ganhos em cenários extremos de desvalorização do R\$, em que as taxas de câmbio superam os limites superiores contratados.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de US\$ através de ZCC relacionadas ao Fluxo de Caixa era de US\$ 6.156 milhões, contratadas pelo intervalo médio de R\$ 5,83 a R\$ 6,73, e vencimentos distribuídos entre janeiro de 2026 e dezembro de 2027. Nesta mesma data, o valor em aberto das operações (*notional*) para venda futura de US\$ por meio de NDF era de US\$ 90 milhões, com vencimentos distribuídos entre fevereiro de 2026 e junho de 2026 e taxa média contratada de R\$ 5,92. O resultado com operações de hedge operacional de Fluxo de Caixa no 4T25 foi negativo em R\$ 97 milhões. Já a marcação a mercado ("MtM" ou "valor justo") dessas operações ficou positiva em R\$ 1.004 milhões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em suas carteiras de hedge de Fluxo de Caixa (ZCC e NDF) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T25 (R\$/US\$ = 5,50) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser o impacto caixa para variações de R\$ 0,10 abaixo/acima do patamar de *strike* da *put/call*, respectivamente, definidas a cada trimestre. Faz-se necessário ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento no período e que podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

			Ajuste caixa (R\$ milhões)		
Prazo (até)	Strike Range	Nocional (US\$ milhões)	Realizado	Com câmbio de fechamento 4T25 (R\$ 5,50)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-)
Zero Cost Collars					
4T25			3		
1T26	5,14 - 5,91	1.127		6	113
2T26	5,36 - 6,17	1.257		46	126
3T26	6,18 - 7,08	45		31	5
4T26	6,33 - 7,41	660		547	66
1T27	6,34 - 7,47	608		509	61
2T27	6,42 - 7,44	680		624	68
3T27	6,02 - 6,90	810		422	81
4T27	6,01 - 6,84	970		490	97
Total	5,83 - 6,73	6.156	3	2.674	616
NDF					
4T25			0		
1T26	5,85	27		9	3
2T26	5,95	63		28	6
Total	5,92	90	0	37	9

Com o objetivo de minimizar os efeitos das variações cambiais e taxas de juros sobre o valor da dívida e do fluxo de caixa, também são celebrados contratos de *swaps* de moedas e juros. Contratos de *swap* são celebrados considerando diferentes taxas de juros e índices de correção como forma de mitigar o descasamento entre os diferentes ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em aberto (*notional*) US\$ 7.397 milhões em contratos de *swap* distribuídos conforme a tabela abaixo. O resultado com operações de hedge de dívida no 4T25 foi positivo em R\$ 22 milhões, em função principalmente da variação da curva SOFR. A marcação a mercado (valor justo) dessas operações foi negativa em R\$ 851 milhões.

Hedge de Dívida	Prazo (até)	Moeda	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)	
			Dez/25	Set/25	Dez/25	Set/25
Swap (CDI x US\$)	2036	US\$	1.636	1.607	(161)	(25)
Swap (CNH x US\$)	2030	US\$	363	166	35	(3)
Swap (SOFR x US\$)	2031	US\$	2.400	2.015	92	132
Swap (CDI x SOFR)	2034	US\$	660	660	(165)	(53)
Swap (Pré x CDI)	2031	R\$	436 ¹	451 ¹	8	27
Swap (IPCA x CDI)	2044	R\$	1.902 ¹	1.906 ¹	(661)	(788)
Total			7.397	6.806	(851)	(710)

(1) Convertido pela taxa de fechamento do trimestre (R\$ 5,50).

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade¹ em relação ao impacto caixa que a Companhia poderá ter em sua carteira de hedge de dívida (*swaps*) caso a taxa de câmbio permaneça a mesma da cotação de fechamento do 4T25 (R\$/US\$ = 5,50) nos próximos trimestres; bem como qual deve ser a variação do impacto caixa para variações de R\$ 0,10 sobre a mesma taxa de câmbio de referência (4T25). Importante ressaltar que os valores apresentados na tabela refletem estimativas da Companhia considerando as curvas de fechamento do período e podem sofrer oscilações dependendo das condições de mercado.

Prazo (até)	Nocional (US\$ milhões)	Ajuste caixa (R\$ milhões)		
		Realizado	R\$ / US\$ = 5,50 (4T25)	Sensibilidade a R\$ 0,10 / US\$ de variação (+/-) ¹
4T25		163		
2026	344		(126)	10
2027	530		(28)	11
2028	428		64	12
>=2029	6.095		6.648	259
Total	7.397	163	6.559	292

(1) Análise de sensibilidade assume variação apenas na taxa de câmbio (R\$/US\$), considerando demais variáveis constantes.

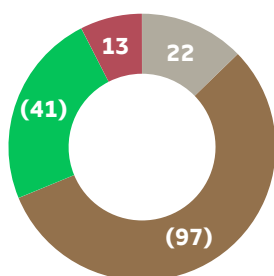
As demais transações com derivativos da Companhia referem-se a derivativo embutido em função de parceria florestal e *hedge* de commodities, conforme tabela abaixo.

Outros hedges	Prazo (até)	Indexador	Nocional (US\$ milhões)		Valor justo (R\$ milhões)		Ajuste caixa (R\$ milhões)	
			Dez/25	Set/25	Dez/25	Set/25	Dez/25	Set/25
Derivativo embutido	2039	Fixo Dólar US-CPI	153	153	112	99	—	—
NDF CNY	2025	CNY US\$	—	2	—	0	0	—
Commodities	2027	Brent/VLSFO/Outros	361	258	(34)	0	(7)	(3)
Total			514	413	78	99	(7)	(3)

Parte dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé assinados tem seus preços denominados em US\$ por m³ de madeira em pé, reajustado de acordo com a inflação americana medido pelo CPI (*Consumer Price Index*), o qual não é considerado como relacionado ao ambiente econômico onde as áreas estão localizadas, caracterizando-se, portanto, um derivativo embutido. Tal instrumento apresentado na tabela acima são contratos de *swap* de venda das variações do US-CPI e de US\$ nos prazos dos contratos - vide nota 4 das Demonstrações Financeiras do 4T25 para maiores detalhes e análise de sensibilidade do valor justo frente à possível variação acentuada do US-CPI e do US\$. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em aberto (*notional*) referente à operação era de US\$ 153 milhões. O resultado deste *swap* no 4T25 foi positivo em R\$ 13 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi positiva em R\$ 112 milhões ao final do trimestre.

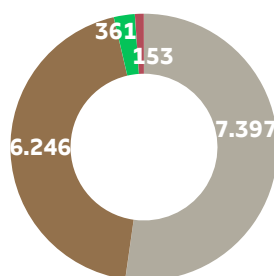
A Companhia também está exposta ao preço de algumas commodities e, portanto, avalia continuamente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar tais riscos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em aberto (*notional*) referente a tais operações era de US\$ 361 milhões. O resultado destes hedges no 4T25 foi negativo em R\$ 41 milhões. A marcação a mercado (valor justo) de tais operações foi negativo em R\$ 34 milhões ao final do trimestre.

Resultado de Operações de Hedge (R\$ milhões)



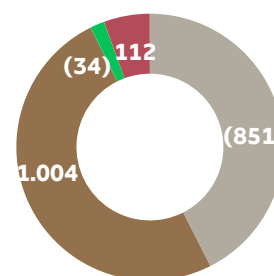
Total (103)

Nocional dos Derivativos (US\$ milhões)



Total 14.158

Valor Justo dos Derivativos (R\$ milhões)



Total 230

Dívida
 Fluxo de Caixa
 Commodities + NDF CNY
 Derivativo Embutido

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T25, a Companhia registrou lucro de R\$ 116 milhões, contra o lucro de R\$ 1.961 milhões no 3T25 e prejuízo de R\$ 6.737 milhões no 4T24. A queda observada em relação ao 3T25 foi decorrente da variação negativa no resultado financeiro (em função da valorização do US\$ de fechamento em relação ao R\$ de 3% vs. a desvalorização do US\$ observada no 3T25 de 3%) e do aumento do CPV e do SG&A, conforme explicado anteriormente. Esses efeitos foram parcialmente compensados sobretudo: i) pela variação positiva na rubrica de outras receitas/despesas operacionais, por sua vez em função da reavaliação positiva do ativo biológico; ii) pela menor despesa de IR/CSLL, em grande parte explicada pelo resultado negativo da variação cambial sobre a dívida e da variação negativa da marcação a mercado dos derivativos; e iii) pela maior receita líquida.

O aumento em comparação ao 4T24 é explicada: i) pelo menor impacto negativo no resultado financeiro (em função da valorização do US\$ de fechamento em relação ao R\$ de 3% vs. a maior valorização do US\$ observada no 4T24 de 14%); ii) do aumento na rubrica de outras receitas/despesas operacionais, por sua vez em função da variação positiva da reavaliação do ativo biológico; e iii) pela queda na rubrica de despesas gerais e administrativas. Os fatores mencionados foram parcialmente compensados pela despesa de IR/CSLL no 4T25 em contrapartida a receita observada no 4T24 (explicada pelo menor resultado negativo da variação cambial sobre a dívida e da menor variação negativa da marcação a mercado dos derivativos), pela redução da receita líquida, e aumento no CPV.

ENDIVIDAMENTO

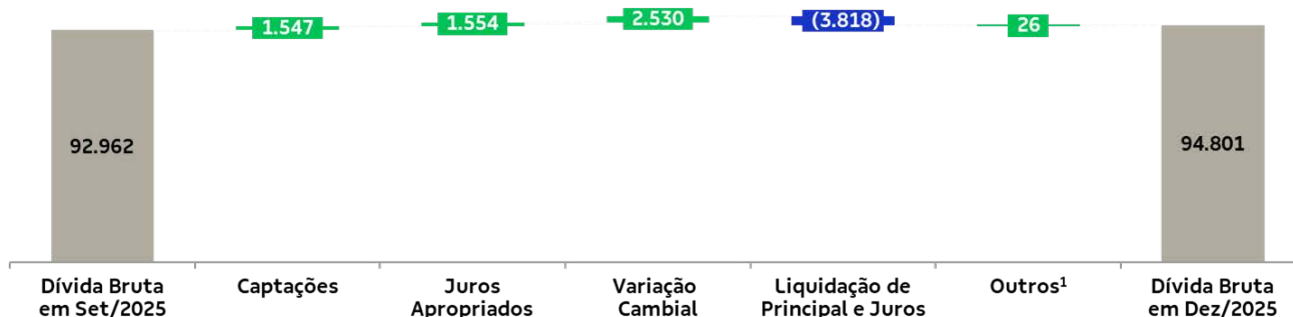
Endividamento (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y
Moeda Nacional	24.444	23.920	2%	18.431	33%
Curto Prazo	1.134	1.022	11%	894	27%
Longo Prazo	23.310	22.898	2%	17.537	33%
Moeda Estrangeira	70.357	69.042	2%	83.005	-15%
Curto Prazo	1.871	2.768	-32%	9.607	-81%
Longo Prazo	68.487	66.274	3%	73.397	-7%
Dívida Bruta Total	94.801	92.962	2%	101.436	-7%
(-) Caixa	25.432	23.891	6%	22.382	14%
Dívida Líquida	69.369	69.072	0%	79.053	-12%
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) – R\$</i>	3,2 x	3,1 x	0,1 x	3,3 x	-0,1 x
<i>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado¹(x) – US\$</i>	3,2 x	3,3 x	-0,1 x	2,9 x	0,3 x

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o total da **dívida bruta** era de R\$ 94,8 bilhões, sendo 97% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 3% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do trimestre, 74% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do *hedge* de dívida ficou em 87%. Em comparação ao 3T25, a dívida bruta teve crescimento de 2%, principalmente em função da valorização de 3% do US\$ frente ao R\$ no período. A Suzano encerrou o 4T25 com 38% da dívida total atrelada a instrumentos ESG.

A Suzano realiza a contratação de dívida em moeda estrangeira como estratégia de *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (US\$) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em US\$ com o fluxo de recebimento das vendas.

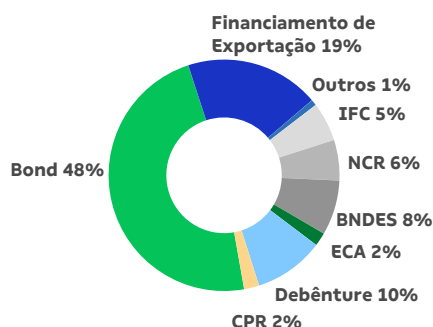
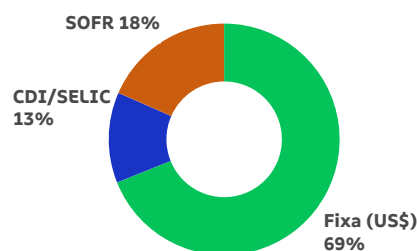
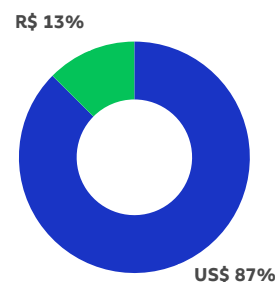
Evolução da Dívida Bruta (R\$ milhões)



(1) Correspondem principalmente a custos de transação (emissão, captação, ágio, deságio e menos valia de combinação de negócios, etc.).

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio total da dívida em US\$ era de 5,0% a.a. (considerando a dívida em R\$ ajustada pela curva de swap de mercado). Em 30 de setembro de 2025 este custo também era de 5,0% a.a. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do trimestre era de 78 meses *versus* 80 meses ao final do 3T25.

Exposição por instrumento

Exposição por Indexador¹Exposição por Moeda²

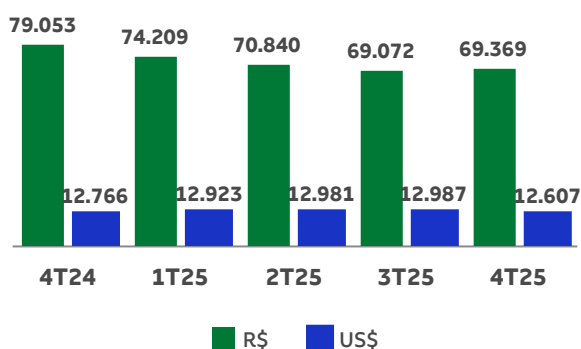
(1) Considera a parcela da dívida com swap para taxa fixa em moeda estrangeira. A exposição na dívida original era: Fixa (US\$) – 48%, SOFR – 27% - CDI – 9%, Outros (Fixa R\$, IPCA, TJLP) – 16%.

(2) Considera a parcela da dívida com swap para moeda estrangeira. A dívida original era 74% em moeda estrangeira e 26% em moeda local.

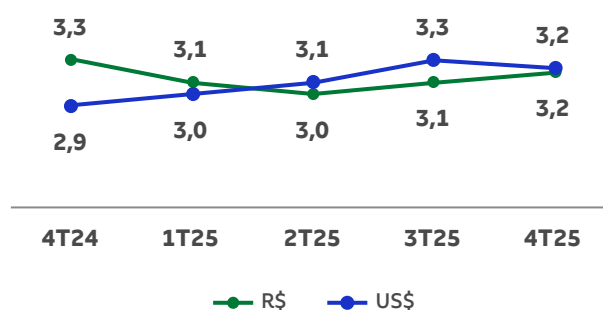
A **posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 25,4 bilhões, dos quais 49% em moeda estrangeira alocados em conta remunerada ou aplicados em investimentos de renda fixa de curto prazo no exterior. O percentual remanescente de 51% estava aplicado em moeda nacional, em títulos de renda fixa (principalmente em CDBs, mas também em títulos públicos e outros), com remuneração indexada principalmente ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa possuía também uma linha de crédito rotativo (*stand by credit facility*) no valor total de R\$ 7,0 bilhões (US\$ 1,275 bilhão), com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027. A disponibilidade deste recurso contribui para fortalecer as condições de liquidez da empresa e pode ser utilizado em momentos de incerteza. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 25,4 bilhões somada à linha de crédito rotativo totalizava, em 31 de dezembro de 2025, uma posição de liquidez imediata no valor de R\$ 32,4 bilhões. Adicionalmente, a Companhia tinha um contrato de financiamento com a Finnvera (US\$ 736 milhões) relacionado à unidade de Ribas do Rio Pardo, válido até 12 de janeiro de 2026 e não sacado.

Dívida Líquida (em R\$ e US\$ milhões)



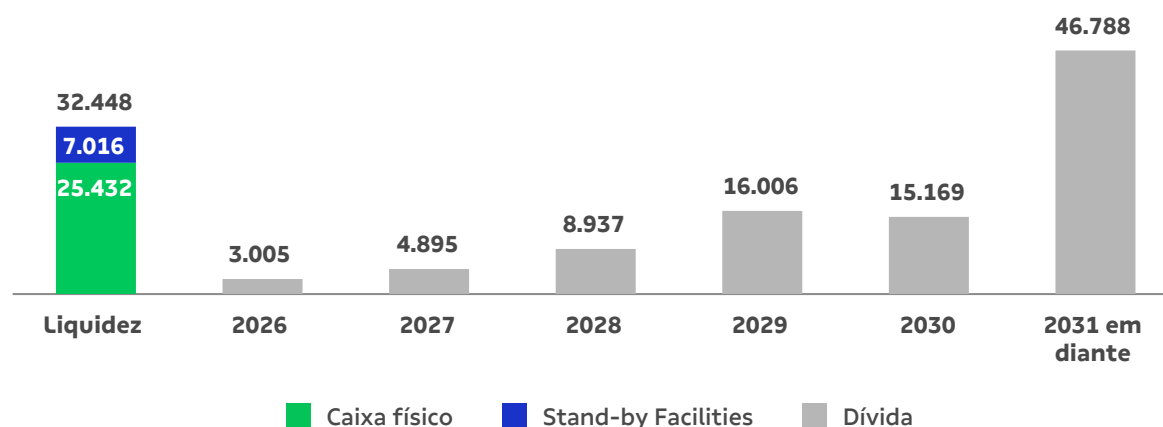
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado em R\$ e US\$ (x)



Em 31 de dezembro de 2025, a **dívida líquida** era de R\$ 69,4 bilhões (US\$ 12,6 bilhões) *versus* R\$ 69,1 bilhões (US\$ 13,0 bilhões) observados em 30 de setembro de 2025. Para mais detalhes, consulte a seção Evolução da Dívida Líquida.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação **dívida líquida/EBITDA Ajustado** em R\$ ficou em 3,2x em 31 de dezembro de 2025 (3,1x em 30/09/2025). Esse mesmo indicador, apurado em US\$ (medida estabelecida na política financeira da Suzano), diminuiu para 3,2x em 31 de dezembro de 2025 (3,3x em 30/09/2025).

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)



A distribuição das linhas de *trade finance* e *non-trade finance* da dívida bruta total em 31 de dezembro de 2025 era composta conforme abaixo:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Trade Finance ¹	31%	68%	39%	25%	36%	2%	33%
Non-Trade Finance ²	69%	32%	61%	75%	64%	98%	67%

(1) ACC, NCE, PPE

(2) Bonds, BNDES, CPR, Debêntures, NCR, entre outros.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

No 4T25, os investimentos de capital (em regime caixa) totalizaram R\$ 2.906 milhões. A redução de 21% em relação ao 3T25, reflete, principalmente, o menor desembolso na linha de Terras e Florestas, uma vez que a primeira parcela de R\$ 878 milhões referente ao contrato com a Eldorado Brasil Celulose S.A. foi paga no trimestre anterior. Conforme informado no Fato Relevante de 06 de agosto de 2025, a operação envolve a permuta de ativo biológico equivalente a 18 milhões de metros cúbicos de madeira em pé, localizados no Mato Grosso do Sul. No 4T25 não houve desembolsos relacionados à operação, e a segunda parcela, no valor de R\$ 439 milhões, está prevista para 2026. Esse fator foi parcialmente compensado por: i) maiores desembolsos na linha de manutenção, com maior destaque para a manutenção industrial, devido à maior concentração de projetos executados no período; e ii) maior desembolso relacionado ao Projeto Cerrado, em linha com seus cronogramas de desembolso e bônus de performance pela superação de parâmetros de desempenho da nova fábrica, conforme previsto nos contratos comerciais com fornecedores.

Em relação ao 4T24, a redução de 11% deve-se principalmente: i) ao menor desembolso relacionado ao Projeto Cerrado, em linha com o cronograma de desembolso; ii) ao menor desembolso com Terras e Florestas; e iii) menores investimentos na linha de Expansão e Modernização, em função da nova fábrica de tissue em Aracruz, apesar dos maiores gastos com o projeto de competitividade na fábrica de Limeira. Esses fatores foram parcialmente compensados pelos desembolsos adicionais na linha de manutenção, com destaque para a manutenção florestal, impulsionada pelo aumento no volume de compra de madeira em pé.

O montante total dos investimentos de capital em 2025 foi executado em convergência ao guidance revisado e divulgado pela Companhia. Para mais detalhes, acesse o Fato Relevante divulgado ao mercado em 09 de dezembro de 2025 no site de RI da Suzano (ri.suzano.com.br).

Para 2026, a Administração aprovou um Orçamento de Capital de R\$ 10,9 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões destinados à manutenção industrial e florestal, dentre outros apresentados na tabela abaixo.

Investimentos (R\$ milhões) ¹	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y	Guidance 2026
Manutenção	1.916	1.785	7%	1.638	17%	7.880	7.610	4%	7.255
Manutenção Industrial	546	434	26%	460	19%	2.054	1.285	60%	2.084
Manutenção Florestal	1.298	1.287	1%	1.107	17%	5.649	6.168	-8%	4.895
Outros	72	64	13%	71	1%	178	156	14%	276
Expansão e Modernização	354	366	-3%	482	-27%	1.553	972	60%	836
Terras e Florestas	390	1.392	-72%	637	-39%	2.859	4.043	-29%	2.614
Outros	—	—	0%	—	0%	1	2	-64%	—
Projeto Cerrado	245	116	112%	523	-53%	1.006	4.493	-78%	242
Total	2.906	3.659	-21%	3.281	-11%	13.299	17.120	-22%	10.947

(1) Os valores constantes na tabela não contemplam o efeito de monetização créditos de ICMS no estado do Espírito Santo. Não inclui a aquisição da participação minoritária na Lenzing, nem os investimentos relacionados às aquisições dos ativos da Pactiv (Suzano Packaging US).

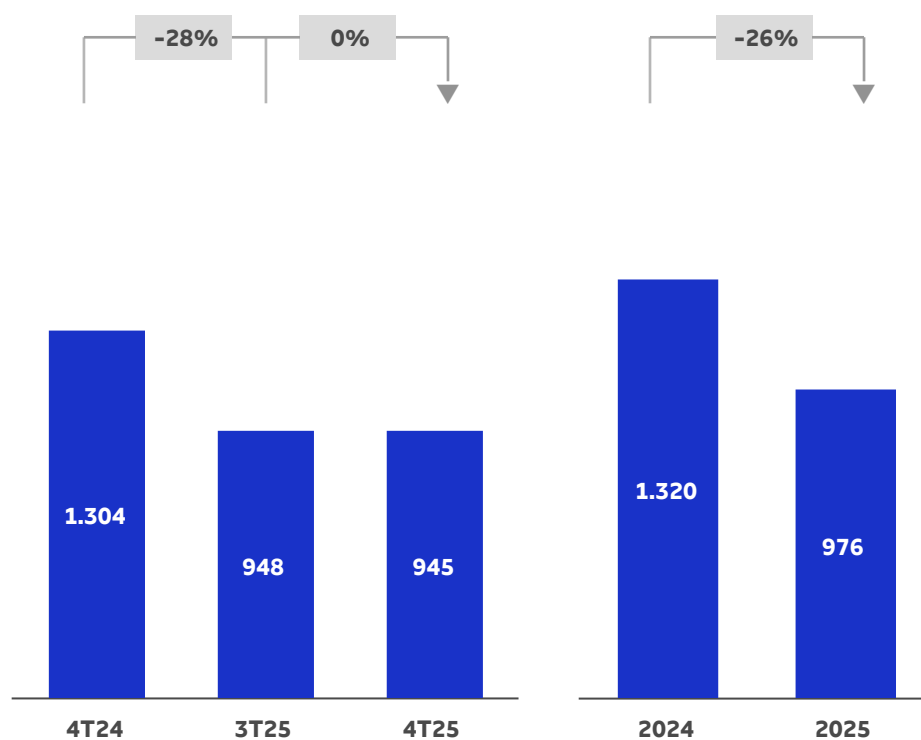
GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

Geração de Caixa Operacional (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado¹	5.583	5.200	7%	6.481	-14%	21.736	23.849	-9%
Capex Manutenção²	(1.916)	(1.785)	7%	(1.638)	17%	(7.880)	(7.610)	4%
Geração de Caixa Operacional	3.667	3.416	7%	4.843	-24%	13.856	16.240	-15%
Geração de Caixa Operacional (R\$/t)	945	948	0%	1.304	-28%	976	1.320	-26%

(1) Desconsidera itens não recorrentes.

(2) Em regime caixa

A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA Ajustado menos o capex de manutenção (em regime caixa), foi de R\$ 3.667 milhões no 4T25, praticamente estável ao 3T25 e redução de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do menor EBITDA por tonelada e maior capex de manutenção por tonelada.

Geração de Caixa Operacional
por tonelada (R\$/t)

FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa Livre (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
EBITDA Ajustado	5.583	5.200	7%	6.481	-14%	21.736	23.849	-9%
(-) Capex Total ¹	(2.809)	(3.492)	-20%	(4.309)	-35%	(12.584)	(20.570)	-39%
(-) Contratos de arrendamentos – IFRS 16	(388)	(346)	12%	(379)	2%	(1.448)	(1.325)	9%
(+/-) Δ Capital de Giro ²	661	463	43%	639	3%	1.572	1.996	-21%
(-) Juros Líquidos ³	(841)	(1.569)	-46%	(612)	37%	(4.714)	(3.741)	26%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(60)	(47)	—%	(102)	-41%	(290)	(366)	-21%
(-) Pagamento de Dividendos e JCP/ Recompra de ações	—	—	—%	(306)	-100%	(2.400)	(4.431)	-46%
(+/-) Ajustes Derivativos	160	92	74%	(198)	—	531	(550)	—
Fluxo de Caixa Livre	2.306	300	—%	1.214	90%	2.403	(5.138)	—
(+) Capex Total ex-manutenção	1.109	1.804	-39%	2.382	-53%	5.844	12.154	-52%
(+) Pagamento de Dividendos e JCP/ Recompra de ações	0	0	0%	306	-100%	2.400	4.431	-46%
Fluxo de Caixa Livre Ajustado⁴	3.415	2.104	62%	3.902	-12%	10.647	11.447	-7%
Free Cash Flow Yield ("FCF Yield") - UDM⁵	16,7%	18,1%	-1,4 p.p.	15,0%	1,7 p.p.	16,7%	15,0%	1,7 p.p.

- (1) Em regime competência, exceto o investimento referente ao Projeto Cerrado a partir do 2T23. Considera também a aquisição de terras e ativos florestais, participação societária na empresa Lenzing (3T24) e a aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen (Suzano Packaging US - no 4T24). Inclui os gastos com arrendamento de terras os quais são neutralizados na linha de Capital de Giro (4T25: R\$ 233 milhões | 3T25: R\$ 179 milhões | 4T24: R\$ 220 milhões), tendo em vista que a rubrica "Contratos de arrendamentos – IFRS 16" contempla o total dos arrendamentos (terras, máquinas e equipamentos, imóveis, navios e embarcações e veículos).
- (2) Considera custos de empréstimos capitalizados pagos (4T25: R\$ 69 milhões | 3T25: R\$ 79 milhões | 4T24: R\$ 77 milhões), sem impacto no FCL dado que o mesmo está contemplado com sinal oposto na rubrica de Capex Total.
- (3) Considera juros pagos sobre dívida, juros recebidos sobre aplicações financeiras e juros pagos como prêmio de liquidação antecipada de dívida.
- (4) Fluxo de caixa livre antes do pagamento de dividendos, JCP, recompra de ações e de capex ex-manutenção (regime competência).
- (5) Fluxo de caixa livre ajustado UDM por ação (excluindo as ações em tesouraria) dividido pelo valor de fechamento das ações no trimestre (4T25: R\$ 51,45/ação | 3T25: R\$ 49,90/ação | 4T24: R\$ 61,78/ação).

O **Fluxo de Caixa Livre Ajustado** foi de R\$ 3.415 milhões no 4T25, em comparação a R\$ 2.104 milhões no 3T25 e a R\$ 3.902 milhões no 4T24. Em relação ao período anterior, o indicador teve aumento de 62%, em função principalmente: i) da menor concentração de pagamento de juros no período em função da periodicidade de pagamento dos bonds e prêmio pago na liquidação antecipada de dívida com o objetivo de *liability management*; ii) do maior EBITDA Ajustado; e iii) da maior liberação de capital de giro (principalmente pela redução na linha de Estoques devido ao aumento no volume de vendas de celulose e papel, parcialmente compensados pelo aumento do Contas a Receber também devido ao aumento no volume de vendas de celulose e papel, além do maior preço da celulose).

Em relação ao 4T24, o indicador foi 12% inferior devido principalmente ao: i) menor EBITDA Ajustado; e ii) maior desembolso de juros em função do aumento da parcela de dívida em moeda local combinada à elevação do CDI acumulado. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo: i) ajuste caixa positivo dos derivativos em comparação ao ajuste negativo no mesmo período do ano anterior; e ii) menor capex de manutenção base competência.

ROIC ("RETURN ON INVESTED CAPITAL")

ROIC (%) - UDM (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y
(+) EBITDA ajustado	21.736	22.634	-4%	23.849	-9%
(-) Capex Total	(12.584)	(14.084)	-11%	(20.570)	-39%
(-) Contratos de arrendamentos – IFRS 16	(1.448)	(1.439)	1%	(1.325)	9%
(+/-) Δ Capital de Giro	1.572	1.550	1%	1.996	-21%
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(290)	(332)	-13%	(366)	-21%
(+) Capex ex-manutenção	5.844	7.117	-18%	11.194	-48%
(+/-) Ajuste caixa do hedge de fluxo de caixa	(36)	(135)	-73%	474	—
Fluxo de Caixa Ajustado	14.795	15.311	-3%	15.252	-3%
(+) Ativo total (-) Passivo (ex-dívida)	135.364	134.137	1%	129.034	5%
(+) MtM hedge dívida ¹	449	720	-38%	904	-50%
(-) Obras em Andamento	(3.700)	(3.887)	-5%	(11.978)	-69%
Capital Investido	132.113	130.970	1%	117.959	12%
(+/-) Ajustes Contábeis - CPC 06, 27 e 29 ²	(3.266)	(3.221)	1%	(3.394)	-4%
Capital Investido Ajustado	128.847	127.750	1%	114.566	12%
ROIC - UDM³	11,5%	12,0%	-0,5 p.p.	13,3%	-1,8 p.p.

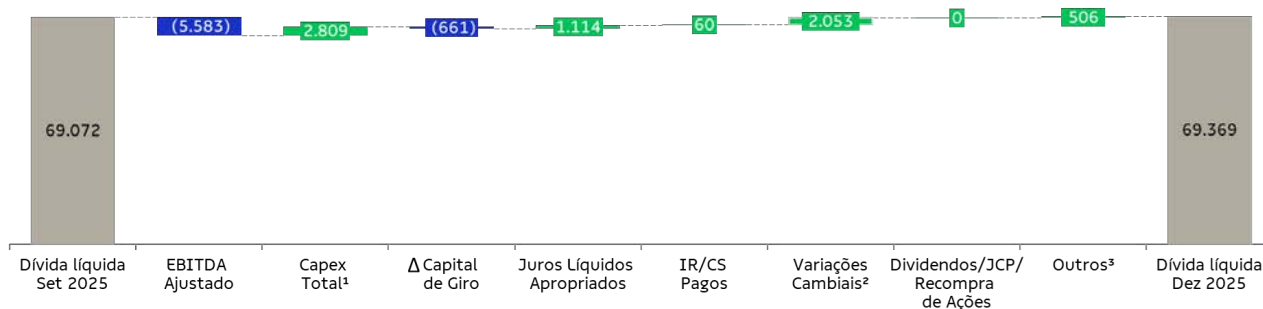
(1) Refere-se à média UDM dos MtM's dos swaps cambiais (Swap (CDI x US\$), Swap (CDI x SOFR) e Swap (CNH x US\$))

(2) Ajustes Contábeis: 1) CPC 06 - Direito de Uso/Arrendamento a Pagar: efeito correspondente à depreciação do Direito de Uso (+) Amortização do Ajuste a Valor Presente e seu respectivo IR Diferido. 2) CPC 27 - Imobilizado (Custo Atribuído): eliminação do efeito contábil (e seu respectivo IR Diferido) proveniente da atualização a valor de mercado dos ativos da Companhia na adoção da Lei N°11.638. 3) CPC 29 - Ativo Biológico: eliminação do efeito proveniente da valorização do Ativo Biológico e seu respectivo IR Diferido.

(3) Para as contas de resultado (numerador) utiliza-se soma dos últimos 4 trimestres (últimos doze meses). Para as contas de saldos patrimoniais (denominador) utiliza-se média dos últimos 4 trimestres (últimos doze meses).

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

A movimentação da dívida líquida no 4T25 ocorreu conforme abaixo:



(1) Em regime competência exceto o capex referente ao Projeto Cerrado (regime caixa), alinhado com a Demonstração de Fluxo de Caixa.

(2) Líquidas das variações cambiais sobre caixa e aplicações financeiras.

(3) Considera valores base caixa relativos a ajuste de derivativos, contratos de arrendamentos, prêmio sobre a liquidação antecipada de dívida para liability management, entre outros itens.

ESG

Em outubro de 2025, a Suzano celebrou a contratação de um financiamento de R\$ 250 milhões junto ao BNDES, por meio do Fundo Clima, destinado a apoiar a implementação de seus projetos de Restauração Ambiental. Os recursos contribuirão para a recuperação de aproximadamente 24 mil hectares de áreas degradadas distribuídas em seis estados brasileiros. A operação, que representa o maior projeto de restauração já apoiado pelo banco, está alinhada à estratégia de longo prazo da Companhia para ampliar a contribuição às agendas climáticas e de biodiversidade. A iniciativa fortalece o compromisso da Suzano com soluções baseadas na natureza e a conservação de biomas prioritários.

No quarto trimestre de 2025 também foram divulgados os resultados anuais da Suzano em alguns dos principais índices e ratings ESG, ficando a empresa com as seguintes avaliações: score "A" em Florestas, "A-" em Água e "B" em Clima no CDP, além de manter o perfil de "Low Risk" na avaliação da Sustainalytics.

DESEMBOLSO TOTAL OPERACIONAL – CELULOSE

Conforme divulgada por meio de Fato Relevante em 11 de dezembro de 2025, a previsão de desembolso total operacional previsto para 2027 é de aproximadamente R\$ 1.983 por tonelada e a evolução do indicador segue conforme planejado, considerando as premissas cambiais e monetárias utilizadas. Tal estimativa refere-se à moeda em termos reais de 2026. A Companhia também informa que o DTO de 2025 ficou em R\$ 2.062/t, composto por custo caixa de produção (incluindo paradas) de R\$ 853/t, capex de manutenção de R\$ 531/t e frete mais SG&A de R\$ 678/t.

MERCADO DE CAPITAIS

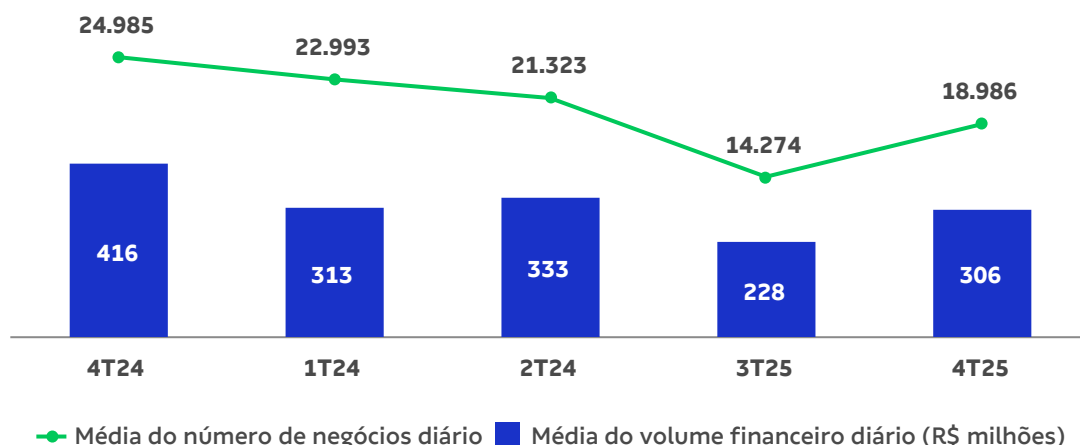
Em 31 de dezembro de 2025, as ações da Suzano estavam cotadas em R\$ 51,45/ação (SUZB3) e US\$ 9,34/ação (SUZ). Os papéis da Companhia integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e são negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – Nível II.

Desempenho da Ação



Fonte: Bloomberg.

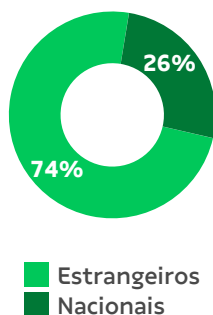
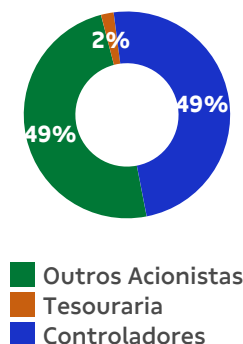
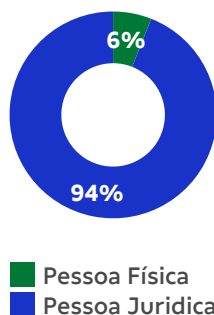
Evolução da Liquidez - SUZB3



Fonte: Bloomberg.

No âmbito do 5º programa de recompra de ações anunciado, "Programa Agosto/2024", até o final de dezembro de 2025 a Companhia havia negociado 14.820.500 ações, ao custo médio de aquisição de R\$ 54,33/ação, representando R\$ 805 milhões em valor de mercado, de acordo com os relatórios mensais divulgados pela Companhia no âmbito da Intr. CVM nº 44. Em 10 de fevereiro de 2026 a companhia anunciou um 6º programa de recompra de ações, "Programa Fevereiro/2026", que contempla 40.000.000 de ações, ainda não executado e vigente até 10 de agosto de 2027.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era representado por 1.264.117.615 ações ordinárias, sendo 28.208.827 ações ordinárias mantidas em Tesouraria. O valor de mercado da Suzano (ex-ações em tesouraria), na mesma data, era de R\$ 63,6 bilhões. O *free float* no 4T25 ficou em 49% do total das ações.

Distribuição do Free Float em 31/12/2025
(B3 + NYSE)Composição Acionária em
31/12/2025

RENTA FIJA

	Unidade	Dez/25	Set/25	Dez/24	Δ Q-o-Q	Δ Y-o-Y
Suzano 2028 - Preço	US\$/k	94,72	94,58	89,49	0%	6%
Suzano 2028 - Yield	%	4,60	4,48	5,69	3%	-19%
Suzano 2029 - Preço	US\$/k	102,96	103,67	100,20	-1%	3%
Suzano 2029 - Yield	%	4,94	4,78	5,94	3%	-17%
Suzano 2030 - Preço	US\$/k	100,19	100,87	96,08	-1%	4%
Suzano 2030 - Yield	%	4,95	4,77	5,91	4%	-16%
Suzano 2031 - Preço	US\$/k	94,38	94,68	88,43	0%	7%
Suzano 2031 - Yield	%	5,03	4,90	6,07	3%	-17%
Suzano 2032 - Preço	US\$/k	89,43	89,65	83,01	0%	8%
Suzano 2032 - Yield	%	5,19	5,07	6,14	2%	-15%
Suzano 2036 - Preço	US\$/k	99,15	100,06	—	0%	—
Suzano 2036 - Yield	%	5,61	5,49	—	0%	—
Suzano 2047 - Preço	US\$/k	109,71	111,64	104,72	-2%	5%
Suzano 2047 - Yield	%	6,17	6,03	6,59	2%	-6%
Treasury 10 anos	%	4,17	4,15	4,57	0%	-9%

Nota: Senior Notes emitidos com valor de face de 100 US\$/k.

RATING

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Fitch Ratings	AAA	BBB-	Positiva
Standard & Poor's	br.AAA	BBB-	Positiva
Moody's	Aaa	Baa3	Positiva

PRÓXIMOS EVENTOS

Teleconferência de Resultados (4T25)

Data: 11 de fevereiro de 2026 (quarta-feira)

Português (tradução simultânea)

10h00 (horário de Brasília)

08h00 (horário de Nova York)

13h00 (horário de Londres)

Inglês

10:00 a.m. (horário de Brasília)

08:00 a.m. (horário de Nova York)

01:00 p.m. (horário de Londres)

A teleconferência será realizada em inglês e acompanhada por uma apresentação de slides e transmitida simultaneamente via webcast. Os links de acesso estarão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.suzano.com.br>).

Se não for possível a sua participação, o conteúdo do evento estará disponível para futura consulta no website de Relações com Investidores da Suzano.

CONTATO DE RI

Marcos Assumpção
Camila Nogueira
Roberto Costa
Mariana Spinola
André Azambuja
Victor Valladares
Gabriela Bonassi

Tel.: +55 (11) 3503-9330

ri@suzano.com.br

www.suzano.com.br/ri

ANEXOS

ANEXO 1 – Dados Operacionais

Abertura da Receita (R\$ mil)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	10.579.547	9.860.184	7%	11.522.651	-8%	40.865.891	37.829.438	8%
Celulose	9.446.300	8.618.255	10%	10.610.274	-11%	36.029.157	35.298.204	2%
Papel	1.133.247	1.241.929	-9%	912.377	24%	4.836.734	2.531.234	91%
Mercado Interno	2.534.171	2.292.961	11%	2.654.347	-5%	9.249.788	9.573.844	-3%
Celulose	420.343	431.738	-3%	585.348	-28%	1.786.984	2.295.258	-22%
Papel	2.113.828	1.861.223	14%	2.068.999	2%	7.462.804	7.278.586	3%
Receita Líquida Total	13.113.718	12.153.145	8%	14.176.998	-8%	50.115.679	47.403.282	6%
Celulose	9.866.643	9.049.993	9%	11.195.622	-12%	37.816.141	37.593.461	1%
Papel	3.247.075	3.103.152	5%	2.981.376	9%	12.299.538	9.809.821	25%

Volume de Vendas (em t)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	3.429.292	3.204.767	7%	3.251.298	5%	12.604.433	10.600.114	19%
Celulose	3.251.563	3.017.102	8%	3.113.900	4%	11.893.627	10.167.658	17%
Papel	177.729	187.665	-5%	137.398	29%	710.806	432.456	64%
Papelcartão	82.192	88.598	-7%	60.920	35%	350.490	87.218	—%
Imprimir e Escrever	92.078	97.579	-6%	75.627	22%	353.971	340.318	4%
Outros papéis ¹	3.459	1.488	—%	851	—%	6.344	4.920	29%
Mercado Interno	450.711	396.505	14%	463.036	-3%	1.597.419	1.700.318	-6%
Celulose	154.084	148.214	4%	169.992	-9%	596.613	696.972	-14%
Papel	296.627	248.291	19%	293.044	1%	1.000.806	1.003.346	0%
Papelcartão	42.130	41.984	0%	42.524	-1%	155.474	153.412	1%
Imprimir e Escrever	187.128	143.168	31%	186.763	0%	590.591	600.807	-2%
Outros papéis ¹	67.369	63.139	7%	63.757	6%	254.741	249.127	2%
Volume Total	3.880.003	3.601.272	8%	3.714.334	4%	14.201.852	12.300.432	15%
Celulose	3.405.647	3.165.316	8%	3.283.892	4%	12.490.240	10.864.630	15%
Papel	474.356	435.956	9%	430.442	10%	1.711.612	1.435.802	19%
Papelcartão	124.322	130.582	-5%	103.444	20%	505.964	240.630	—%
Imprimir e Escrever	279.206	240.747	16%	262.390	6%	944.562	941.125	0%
Outros papéis ¹	70.828	64.627	10%	64.608	10%	261.085	254.047	3%

(1) Papéis de outros fabricantes comercializados pela Suzano e papel tissue.

Preço líquido médio (R\$/t)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	3.085	3.077	0%	3.544	-13%	3.242	3.569	-9%
Celulose	2.905	2.856	2%	3.407	-15%	3.029	3.472	-13%
Papel	6.376	6.618	-4%	6.640	-4%	6.805	5.853	16%
Mercado Interno	5.623	5.783	-3%	5.732	-2%	5.790	5.631	3%
Celulose	2.728	2.913	-6%	3.443	-21%	2.995	3.293	-9%
Papel	7.126	7.496	-5%	7.060	1%	7.457	7.254	3%
Total	3.380	3.375	0%	3.817	-11%	3.529	3.854	-8%
Celulose	2.897	2.859	1%	3.409	-15%	3.028	3.460	-12%
Papel	6.845	7.118	-4%	6.926	-1%	7.186	6.832	5%

Preço líquido médio (US\$/t)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Mercado Externo	571	565	1%	607	-6%	580	662	-12%
Celulose	538	524	3%	583	-8%	542	644	-16%
Papel	1.181	1.215	-3%	1.137	4%	1.218	1.086	12%
Mercado Interno	1.041	1.061	-2%	982	6%	1.037	1.045	-1%
Celulose	505	535	-6%	590	-14%	536	611	-12%
Papel	1.320	1.376	-4%	1.209	9%	1.335	1.346	-1%
Total	626	619	1%	654	-4%	632	715	-12%
Celulose	536	525	2%	584	-8%	542	642	-16%
Papel	1.268	1.306	-3%	1.186	7%	1.287	1.268	1%

Taxa R\$/US\$	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Fechamento	5,50	5,32	3%	6,19	-11%	5,50	6,19	-11%
Média	5,40	5,45	-1%	5,84	-8%	5,59	5,39	4%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultado Consolidado e Amortização da Mais Valia

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y	2025	2024	Δ Y-o-Y
Receita Líquida de Vendas	13.113.718	12.153.145	8%	14.176.998	-8%	50.115.679	47.403.282	6%
Custo dos Produtos Vendidos	(9.098.452)	(8.453.761)	8%	(8.760.717)	4%	(33.889.504)	(27.401.527)	24%
Lucro Bruto	4.015.266	3.699.384	9%	5.416.281	-26%	16.226.175	20.001.755	-19%
Margem Bruta	31%	30%	0,2 p.p.	38%	-8 p.p.	32%	42%	-10 p.p.
Receitas (Despesas) Operacionais	(469.971)	(1.729.849)	-73%	(1.000.460)	-53%	(5.577.166)	(4.310.663)	29%
Despesas com vendas	(869.647)	(849.961)	2%	(856.759)	2%	(3.312.740)	(2.938.547)	13%
Despesas gerais e administrativas	(804.184)	(664.953)	21%	(990.245)	-19%	(2.790.154)	(2.619.844)	7%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.344.722	(135.667)	—	845.547	59%	934.940	1.261.573	-26%
Equivalência Patrimonial	(140.862)	(79.268)	78	997	—	(409.212)	(13.845)	—
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	3.545.295	1.969.535	80%	4.415.821	-20%	10.649.009	15.691.092	-32%
Depreciação, Exaustão e Amortização	3.071.041	2.889.531	6%	2.809.949	9%	11.297.258	9.223.995	22%
EBITDA	6.616.336	4.859.066	36%	7.225.770	-8%	21.946.267	24.915.087	-12%
Margem EBITDA	50%	40%	10 p.p.	51%	-1 p.p.	44%	53%	-9 p.p.
EBITDA Ajustado¹	5.582.832	5.200.296	7%	6.480.919	-14%	21.736.320	23.849.200	-9%
Margem EBITDA Ajustada ¹	43%	43%	— p.p.	46%	-3 p.p.	43%	50%	-7 p.p.
Resultado Financeiro	(3.410.794)	1.051.781	—	(15.556.184)	-78%	9.762.165	(28.802.145)	—
Receitas financeiras	482.419	462.095	4%	435.391	11%	1.766.626	1.737.434	2%
Despesas financeiras	(1.813.816)	(1.823.415)	-1%	(1.691.603)	7%	(6.883.755)	(5.541.903)	24%
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(102.938)	1.079.117	—	(5.370.257)	-98%	7.328.684	(9.112.683)	—
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.976.459)	1.333.984	—	(8.929.715)	-78%	7.550.610	(15.884.993)	—
Resultado antes do IRPJ e CSLL	134.501	3.021.316	-96%	(11.140.363)	—	20.411.174	(13.111.053)	—
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.332)	(1.059.929)	-98%	4.403.791	—	(6.973.487)	6.066.347	—
Resultado Líquido do Exercício	116.169	1.961.387	-94%	(6.736.572)	—	13.437.687	(7.044.706)	—
Margem Líquida	1%	16%	-15 p.p.	-48%	48 p.p.	27%	-15%	42 p.p.

(1) Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Amortização de mais valia – PPA (R\$ mil)	4T25	3T25	Δ Q-o-Q	4T24	Δ Y-o-Y
CPV	(117.461)	(119.676)	-2%	(114.953)	2%
Despesas com Vendas	(210.279)	(210.282)	0%	(206.637)	2%
Despesas gerais e administrativas	(1.215)	(1.215)	0%	(7.978)	-85%
Outras receitas (despesas) operacionais	13.092	7.785	68%	12.365	6%

ANEXO 3 – Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo (R\$ mil)	31/12/2025	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	15.179.753	15.838.866	9.018.818
Aplicações financeiras	9.932.774	7.734.686	12.971.547
Contas a receber de clientes	6.560.607	6.129.481	9.132.860
Estoques	8.155.847	8.955.941	7.962.324
Tributos a recuperar	887.085	962.181	929.001
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	659.202	525.979	180.618
Instrumentos financeiros derivativos	1.556.978	1.363.240	1.006.427
Adiantamentos a fornecedores	76.818	87.696	92.133
Outros ativos	858.005	977.159	889.232
Total do Ativo Circulante	43.867.069	42.575.229	42.182.960
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	319.680	317.098	391.964
Tributos a recuperar	945.699	965.156	1.179.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.504.014	1.479.244	7.984.015
Instrumentos financeiros derivativos	8.014.683	6.753.164	2.880.673
Adiantamentos a fornecedores	2.788.262	2.682.250	2.503.537
Depósitos judiciais	418.301	576.227	487.993
Outros ativos	187.102	191.775	156.880
Ativos biológicos	26.097.164	24.445.461	22.283.001
Investimentos	1.194.877	1.422.565	1.816.923
Imobilizado	64.296.187	64.459.518	64.986.040
Direito de uso	5.331.789	5.341.832	5.180.691
Intangível	12.970.692	13.207.399	13.902.303
Total do Ativo Não Circulante	124.068.450	121.841.689	123.753.145
Total do Ativo	167.935.519	164.416.918	165.936.105
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31/12/2025	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	5.141.386	5.428.821	6.033.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.004.905	3.790.079	10.501.387
Contas a pagar de arrendamentos	857.810	846.668	872.228
Instrumentos financeiros derivativos	1.205.029	1.188.743	2.760.273
Tributos a recolher	240.010	184.302	245.353
Imposto de renda e contribuição social a recolher	218.238	239.249	118.362
Salários e encargos sociais	1.132.713	1.062.163	1.232.971
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	17.719	18.588	21.166
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.393.121	1.992	2.200.917
Adiantamentos de clientes	132.408	168.785	145.200
Outros passivos	429.532	391.191	346.796
Total do Passivo Circulante	13.772.871	13.320.581	24.477.938
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	91.796.352	89.172.126	90.934.144
Contas a pagar de arrendamento	6.072.080	5.999.074	6.100.687
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.136.320	6.434.548	7.694.547
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	77.121	78.213	99.324
Provisão para passivos judiciais	2.801.738	2.818.263	2.926.750
Passivos atuariais	741.143	742.593	721.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	12.596
Pagamento baseado em ações	332.322	368.732	361.974
Provisão para perda em investimentos em controladas	—	5.188	—
Adiantamentos de clientes	74.715	74.715	74.715
Outros passivos	178.684	144.460	116.295
Total do Passivo Não Circulante	110.210.475	105.837.912	109.042.592
Total do Passivo	123.983.346	119.158.493	133.520.530
Patrimônio Líquido			
Capital Social	24.235.546	19.235.546	19.235.546
Reservas de Capital	80.742	69.181	60.226
Ações em tesouraria	(1.511.146)	(1.511.146)	(1.339.197)
Reservas de Lucros	20.118.234	12.978.898	12.978.898
Ajustes de Avaliação Patrimonial	888.669	944.961	1.348.796
Resultados acumulados	—	13.400.962	—
Patrimônio Líquido de Acionistas Controladores	43.812.045	45.118.402	32.284.269
Patrimônio Líquido de Acionistas Não Controladores	140.128	140.023	131.306
Patrimônio Líquido	43.952.173	45.258.425	32.415.575
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	167.935.519	164.416.918	165.936.105

ANEXO 4 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	4T25	4T24	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do período	116.169	(6.736.572)	13.437.687	(7.044.706)
Depreciação, exaustão e amortização	2.964.974	2.715.071	10.913.290	8.874.931
Depreciação do direito de uso	106.067	94.878	383.968	349.064
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	120.559	115.925	467.879	451.148
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes	203.039	30.340	475.267	163.033
Resultado de equivalência patrimonial	140.862	(997)	409.212	13.845
Variações cambiais e monetárias, líquidas	1.976.459	8.929.715	(7.550.610)	15.884.993
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.553.963	1.470.404	5.953.778	5.413.707
Custos de empréstimos capitalizados	(69.322)	(76.567)	(274.731)	(959.968)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(259.937)	(295.228)	(1.029.877)	(1.254.424)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio	26.010	22.383	101.926	80.099
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos	102.938	5.370.257	(7.328.684)	9.112.683
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	(1.589.706)	(892.527)	(1.516.458)	(1.431.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.605)	(4.728.751)	6.455.108	(7.431.946)
Juros sobre passivo atuarial	19.821	18.962	79.287	75.850
Provisão (reversão) de passivos judiciais, líquido	(8.134)	44.166	(49.754)	138.318
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	15.915	3.460	119.417	2.585
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida	117.604	57.557	141.635	77.353
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida	41.483	82.918	193.152	130.727
Prêmio sobre liquidações antecipadas	21.034	—	110.060	—
Outras	26.989	52.275	92.622	69.535
Decréscimo (acrécimo) em ativos	533.724	(679.788)	1.216.539	(1.761.659)
Contas a receber de clientes	(290.026)	(1.041.445)	1.586.613	(808.785)
Estoques	514.580	173.477	(216.357)	(863.648)
Tributos a recuperar	(79.154)	165.895	(413.422)	(95.411)
Outros ativos	388.324	22.285	259.705	6.185
Acrécimo (decrécimo) em passivos	58.054	1.242.425	80.457	2.798.112
Fornecedores	(94.792)	1.081.803	6.630	2.164.832
Tributos a recolher	97.072	(132.453)	384.227	296.169
Salários e encargos sociais	73.047	238.378	(91.499)	364.817
Outros passivos	(17.273)	54.697	(218.901)	(27.706)
Caixa gerado das operações	6.190.960	6.840.306	22.881.170	23.751.750
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.064.675)	(844.088)	(5.817.907)	(5.241.389)
Custos de empréstimos capitalizados pagos	69.322	76.567	274.731	959.968
Prêmio sobre liquidações antecipadas	(21.034)	—	(110.060)	—
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	244.648	232.446	1.213.789	1.500.437
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(59.568)	(102.357)	(289.548)	(366.339)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.359.653	6.202.874	18.152.175	20.604.427
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado	(1.154.256)	(2.014.333)	(4.578.826)	(9.190.589)
Adições de intangível	(22.918)	(19.277)	(82.492)	(162.042)
Adições de ativos biológicos	(1.631.733)	(1.822.887)	(7.913.483)	(7.180.450)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	8.493	55.055	122.729	167.983
Aumento de capital em controladas e coligadas	—	(4.017)	(21.979)	(41.281)
Aplicações financeiras, líquidas	(2.152.025)	(1.514.192)	2.941.921	205.954
Adiantamentos para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento e parcerias	(75.371)	(13.511)	(300.040)	(294.952)
Aquisição de outros investimentos	—	—	(9.392)	(1.440.503)
Aquisição de ativos	—	(452.153)	—	(2.595.974)
Dividendos recebidos	—	—	8.835	—
Caixa líquido de aquisição de controladas	—	—	—	19.113
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.027.810)	(5.785.315)	(9.832.727)	(20.512.741)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	1.547.204	3.579.754	23.871.760	15.692.905
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos	159.866	(198.308)	530.655	(550.581)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.753.312)	(279.463)	(22.353.325)	(9.410.807)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(388.065)	(379.193)	(1.447.973)	(1.325.398)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	—	(306.333)	(2.208.158)	(1.624.653)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	—	—	(20.668)	(58.467)
Recompra de ações	—	—	(191.918)	(2.806.764)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.434.307)	2.416.457	(1.819.627)	(83.765)
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.102.464)	2.834.016	6.499.821	7.921
No início do período	15.838.866	5.818.031	9.018.818	8.345.871
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	443.351	366.771	(338.886)	665.026
No final do período	15.179.753	9.018.818	15.179.753	9.018.818
Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(1.102.464)	2.834.016	6.499.821	7.921

ANEXO 5 – EBITDA

(R\$ mil, exceto quando indicado)	4T25	4T24	2025	2024
Resultado Líquido do período	116.169	(6.736.572)	13.437.687	(7.044.706)
Resultado financeiro, líquido	3.410.794	15.556.184	(9.762.165)	28.802.145
Imposto de renda e contribuição social	18.332	(4.403.791)	6.973.487	(6.066.347)
EBIT	3.545.295	4.415.821	10.649.009	15.691.092
Depreciação, amortização e exaustão	3.071.041	2.809.949	11.297.258	9.223.995
EBITDA⁽¹⁾	6.616.336	7.225.770	21.946.267	24.915.087
<i>Margem EBITDA</i>	<i>50%</i>	<i>51%</i>	<i>44%</i>	<i>53%</i>
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico	(1.589.706)	(892.527)	(1.516.458)	(1.431.530)
Baixa de madeira em pilha	61.850	11.930	78.203	11.930
Créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	—	—	—	(265)
Doações para catástrofes e pandemias	—	139	—	414
Equivalência Patrimonial	140.862	(997)	409.212	13.845
Extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária	(61)	(15)	45	1.205
Multas e distratos de contratos	8.253	—	8.253	—
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios	41.003	11.993	82.426	34.069
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento	92	4.435	273	4.435
Gastos com reestruturação	59.680	—	59.680	—
Impairment de subsidiárias	—	—	88.871	—
Reversão (Provisão) - Perda de crédito ICMS	41.483	82.919	193.152	130.726
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes	203.040	37.272	386.396	169.284
EBITDA Ajustado	5.582.832	6.480.919	21.736.320	23.849.200
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>43%</i>	<i>46%</i>	<i>43%</i>	<i>50%</i>

(1) EBITDA da Companhia calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

ANEXO 6 – Demonstração de Resultado Segmentado

Demonstração de Resultado Segmentada (R\$ mil)	4T25				4T24			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	9.866.643	3.247.075	–	13.113.718	11.195.623	2.981.375	–	14.176.998
Custo dos Produtos Vendidos	(6.785.554)	(2.312.898)	–	(9.098.452)	(6.836.873)	(1.923.844)	–	(8.760.717)
Lucro Bruto	3.081.089	934.177	–	4.015.266	4.358.750	1.057.531	–	5.416.281
Margem Bruta	31%	29%	–	31%	39%	35%	–	38%
Receitas (Despesas) Operacionais	116	(470.087)	–	(469.971)	(509.026)	(491.434)	–	(1.000.460)
Despesas com vendas	(547.583)	(322.064)	–	(869.647)	(554.266)	(302.493)	–	(856.759)
Despesas gerais e administrativas	(547.953)	(256.231)	–	(804.184)	(678.631)	(311.614)	–	(990.245)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.239.334	105.388	–	1.344.722	732.168	113.379	–	845.547
Equivalência Patrimonial	(143.682)	2.820	–	(140.862)	(8.297)	9.294	–	997
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	3.081.205	464.090	–	3.545.295	3.849.724	566.097	–	4.415.821
Depreciação, Exaustão e Amortização	2.720.755	350.286	–	3.071.041	2.497.196	312.753	–	2.809.949
EBITDA	5.801.960	814.376	–	6.616.336	6.346.920	878.850	–	7.225.770
Margem EBITDA	59%	25%	–	50%	57%	29%	–	51%
EBITDA Ajustado¹	4.797.877	784.955	–	5.582.832	5.729.507	751.412	–	6.480.919
Margem EBITDA Ajustada ¹	49%	24%	–	43%	51%	25%	–	46%
Resultado Financeiro, líquido	–	–	(3.410.794)	(3.410.794)	–	–	(15.556.184)	(15.556.184)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.081.205	464.090	(3.410.794)	134.501	3.849.724	566.097	(15.556.184)	(11.140.363)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	(18.332)	(18.332)	–	–	4.403.791	4.403.791
Resultado do Exercício	3.081.205	464.090	(3.429.126)	116.169	3.849.724	566.097	(11.152.393)	(6.736.572)
Margem Líquida	31%	14%	–	1%	34%	19%	–	-48%

(1) Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.

Demonstração de Resultado Segmentada (R\$ mil)	2025				2024			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total Consolidado
Receita Líquida	37.816.141	12.299.538	–	50.115.679	37.593.462	9.809.820	–	47.403.282
Custo dos Produtos Vendidos	(25.321.167)	(8.568.337)	–	(33.889.504)	(21.261.705)	(6.139.822)	–	(27.401.527)
Lucro Bruto	12.494.974	3.731.201	–	16.226.175	16.331.757	3.669.998	–	20.001.755
Margem Bruta	33%	30%	–	32%	43%	37%	–	42%
Receitas (Despesas) Operacionais	(3.587.233)	(1.989.933)	–	(5.577.166)	(2.815.877)	(1.494.786)	–	(4.310.663)
Despesas com vendas	(2.090.944)	(1.221.796)	–	(3.312.740)	(1.946.573)	(991.974)	–	(2.938.547)
Despesas gerais e administrativas	(1.860.688)	(929.466)	–	(2.790.154)	(1.861.148)	(758.696)	–	(2.619.844)
Outras receitas (despesas) operacionais	789.839	145.101	–	934.940	1.042.887	218.686	–	1.261.573
Equivalência Patrimonial	(425.440)	16.228	–	(409.212)	(51.043)	37.198	–	(13.845)
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	8.907.741	1.741.268	–	10.649.009	13.515.880	2.175.212	–	15.691.092
Depreciação, Exaustão e Amortização	10.105.220	1.192.038	–	11.297.258	8.137.857	1.086.138	–	9.223.995
EBITDA	19.012.959	2.933.308	–	21.946.267	21.653.735	3.261.352	–	24.915.087
Margem EBITDA	50%	24%	–	44%	58%	33%	–	53%
EBITDA Ajustado¹	18.891.646	2.844.674	–	21.736.320	20.866.160	2.983.040	–	23.849.200
Margem EBITDA Ajustada ¹	50%	23%	–	43%	56%	30%	–	50%
Resultado Financeiro, líquido	–	–	9.762.165	9.762.165	–	–	(28.802.145)	(28.802.145)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	8.907.741	1.741.268	9.762.165	20.411.174	13.515.880	2.175.212	(28.802.145)	(13.111.053)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–	(6.973.487)	(6.973.487)	–	–	6.066.347	6.066.347
Resultado do Exercício	8.907.741	1.741.268	2.788.678	13.437.687	13.515.880	2.175.212	(22.735.798)	(7.044.706)
Margem Líquida	24%	14%	–	27%	36%	22%	–	-15%

Afirmações sobre Expectativas Futuras

Algumas afirmações contidas neste documento podem ser projeções ou afirmações sobre expectativas futuras. Tais afirmações estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Estes riscos incluem entre outros modificações na demanda futura pelos produtos da Companhia, modificações nos fatores que afetam os preços domésticos e internacionais dos produtos, mudanças na estrutura de custos, modificações na sazonalidade dos mercados, mudanças nos preços praticados pelos concorrentes, variações cambiais, mudanças no cenário político-econômico brasileiro, nos mercados emergentes e internacional. As afirmações sobre expectativas futuras não foram revisadas pelos auditores independentes.



Suzano S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.8 e 13) <p>Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2025, esses valores eram de R\$ 25.206.457 mil (Companhia) e de R\$ 26.097.164 mil (Consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo, principalmente, o incremento médio anual (IMA) das florestas e o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões.</p> <p>Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo.</p> <p>Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos a aderência do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética.</p> <p>Definimos como principais premissas na perspectiva da auditoria, o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões e o incremento médio anual (IMA) das florestas. Efetuamos comparações com publicação externa especializada, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e os dados utilizados.</p> <p>Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para elaboração do cálculo do valor justo.</p>



Suzano S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação do valor justo está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.</p>
Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (Notas 3.2.12, 3.2.13 e 20)	
<p>A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.</p> <p>Especialmente nos casos de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratam-se de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros.</p> <p>A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para passivos judiciais correspondia a R\$ 2.268.978 mil (Companhia) e a R\$ 2.270.733 mil (Consolidado), e as contingências possíveis e incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, totalizavam a R\$ 10.026.291 mil (Companhia) e a R\$ 10.417.734 mil</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento e as jurisprudências dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.</p> <p>Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e a opinião de especialistas jurídicos externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração e o prognóstico de perda determinado pela Companhia e suas controladas.</p> <p>Obtivemos confirmação direta dos assessores</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>(Consolidado).</p> <p>A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolve julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco de nossa auditoria.</p>	<p>jurídicos externos responsáveis pelas defesas da Companhia e suas controladas nos tribunais.</p> <p>Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, confrontamos com as respostas dos assessores jurídicos e analisamos as divulgações.</p> <p>Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e os prognósticos de perda determinados, bem como avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentações suporte.</p> <p>Observamos que as conclusões da administração e as documentações suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Suzano S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Suzano S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras



Suzano S.A.

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026

A stylized, handwritten-style signature of 'PricewaterhouseCoopers' in blue ink.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2025



ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	9
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	14
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	30
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	50
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	51
8 ESTOQUES	52
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	53
10 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	54
11 PARTES RELACIONADAS	54
12 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")	60
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	64
14 INVESTIMENTOS	65
15 IMOBILIZADO	67
16 INTANGÍVEL	68
17 FORNECEDORES	71
18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	72
19 ARRENDAMENTO	79
20 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS	82
21 PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	87
22 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	90
23 CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS	93
24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94
25 RESULTADO POR AÇÃO	98
26 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	99
27 RECEITA LÍQUIDA	100
28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	100
29 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA	104
30 COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO	105
31 EVENTOS SUBSEQUENTES	106
PARECER DO CONSELHO FISCAL	107
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")	108
PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	111
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	112

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.153.115	2.472.677	15.179.753	9.018.818
Aplicações financeiras	6	9.326.903	12.788.054	9.932.774	12.971.547
Contas a receber de clientes	7	12.527.190	8.899.116	6.560.607	9.132.860
Estoques	8	5.407.030	5.498.126	8.155.847	7.962.324
Tributos a recuperar	9	800.965	840.160	887.085	929.001
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	455.846	156.774	659.202	180.618
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.519.345	1.006.427	1.556.978	1.006.427
Adiantamentos a fornecedores	10	64.630	76.799	76.818	92.133
Dividendos a receber	11	5.730	6.113		
Outros ativos		808.098	781.210	858.005	889.232
Total do ativo circulante		35.068.852	32.525.456	43.867.069	42.182.960
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	319.680	391.964	319.680	391.964
Tributos a recuperar	9	918.049	1.144.843	945.699	1.179.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.712.120	8.201.685	1.504.014	7.984.015
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	7.497.620	2.880.673	8.014.683	2.880.673
Adiantamentos a fornecedores	10	2.675.673	2.402.200	2.788.262	2.503.537
Depósitos judiciais		393.553	461.329	418.301	487.993
Outros ativos		88.014	64.764	187.102	156.880
Ativos biológicos	13	25.206.457	21.523.239	26.097.164	22.283.001
Investimentos	14	10.606.590	10.880.920	1.194.877	1.816.923
Imobilizado	15	61.858.732	62.743.605	64.296.187	64.986.040
Direito de uso	19.1	5.198.837	5.046.062	5.331.789	5.180.691
Intangível	16	12.363.877	13.268.944	12.970.692	13.902.303
Total do ativo não circulante		128.839.202	129.010.228	124.068.450	123.753.145
TOTAL DO ATIVO		163.908.054	161.535.684	167.935.519	165.936.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	4.056.555	5.028.365	5.141.386	6.033.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.249.517	1.967.441	3.004.905	10.501.387
Contas a pagar de arrendamentos	19	835.020	838.537	857.810	872.228
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.159.579	2.756.045	1.205.029	2.760.273
Tributos a recolher		168.878	175.184	240.010	245.353
Imposto de renda e contribuição social a recolher			181.669	218.238	118.362
Salários e encargos sociais		955.213	1.073.236	1.132.713	1.232.971
Empréstimos com partes relacionadas	11	6.188.353	5.610.208		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	17.719	21.166	17.719	21.166
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.387.620	2.195.475	1.393.121	2.200.917
Adiantamentos de clientes		126.755	132.049	132.408	145.200
Outros passivos		995.861	1.766.510	429.532	346.796
Total do passivo circulante		17.141.070	21.745.885	13.772.871	24.477.938
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	30.630.221	24.151.133	91.796.352	90.934.144
Contas a pagar de arrendamentos	19	5.945.918	5.979.139	6.072.080	6.100.687
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	7.667.282	7.692.334	8.136.320	7.694.547
Empréstimos com partes relacionadas	11	54.664.686	65.487.570		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	77.121	99.324	77.121	99.324
Provisão para passivos judiciais	20	2.752.429	2.878.195	2.801.738	2.926.750
Passivos atuariais	21	714.065	699.684	741.143	721.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12				12.596
Pagamento baseado em ações	22	302.764	328.643	332.322	361.974
Provisão para perda em investimentos em controladas	14	7.051	26.307		
Adiantamentos de clientes		74.715	74.715	74.715	74.715
Outros passivos		118.687	88.486	178.684	116.295
Total do passivo não circulante		102.954.939	107.505.530	110.210.475	109.042.592
TOTAL DO PASSIVO		120.096.009	129.251.415	123.983.346	133.520.530
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	24.235.546	19.235.546	24.235.546	19.235.546
Reservas de capital		80.742	60.226	80.742	60.226
Ações em tesouraria		(1.511.146)	(1.339.197)	(1.511.146)	(1.339.197)
Reservas de lucros		20.118.234	12.978.898	20.118.234	12.978.898
Ajustes de avaliação patrimonial		888.669	1.348.796	888.669	1.348.796
Patrimônio líquido de acionistas controladores		43.812.045	32.284.269	43.812.045	32.284.269
Participação de acionistas não controladores				140.128	131.306
Total do patrimônio líquido		43.812.045	32.284.269	43.952.173	32.415.575
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		163.908.054	161.535.684	167.935.519	165.936.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	27	41.834.893	43.585.214	50.115.679	47.403.282
Custo dos produtos vendidos	29	(28.037.482)	(26.233.133)	(33.889.504)	(27.401.527)
LUCRO BRUTO		13.797.411	17.352.081	16.226.175	20.001.755
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	29	(2.095.824)	(2.003.728)	(3.312.740)	(2.938.547)
Gerais e administrativas	29	(2.058.280)	(2.145.067)	(2.790.154)	(2.619.844)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(186.787)	2.195.650	(409.212)	(13.845)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	29	684.746	1.010.925	934.940	1.261.573
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.141.266	16.409.861	10.649.009	15.691.092
RESULTADO FINANCEIRO	26				
Despesas		(6.514.428)	(5.265.780)	(6.883.755)	(5.541.903)
Receitas		1.348.662	1.284.709	1.766.626	1.737.434
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		7.286.347	(9.106.243)	7.328.684	(9.112.683)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		7.747.529	(16.762.785)	7.550.610	(15.884.993)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		20.009.376	(13.440.238)	20.411.174	(13.111.053)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	(152.821)	(1.096.946)	(518.379)	(1.365.599)
Diferidos	12	(6.448.366)	7.462.986	(6.455.108)	7.431.946
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.408.189	(7.074.198)	13.437.687	(7.044.706)
Atribuível aos acionistas					
Controladores		13.408.189	(7.074.198)	13.408.189	(7.074.198)
Não controladores				29.498	29.492
Resultado do exercício					
Básico	25.1	10,84189	(5,59313)	10,84189	(5,59313)
Diluído	25.2	10,81555	(5,59313)	10,81555	(5,59313)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	13.408.189	(7.074.198)	13.437.687	(7.044.706)
Outros resultados abrangentes				
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente ⁽¹⁾	(220.314)	(362.797)	(220.314)	(362.797)
IR/CSLL sobre o valor justo de investimentos	629	(1.434)	629	(1.434)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	(1.455)	5.430	(1.455)	5.430
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	495	(1.846)	495	(1.846)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	8.769	132.344	8.769	132.344
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial	(2.981)	(44.997)	(2.981)	(44.997)
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	(214.857)	(273.300)	(214.857)	(273.300)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior	(105.405)	163.185	(105.405)	163.185
Realização da variação cambial de investimento no exterior	(23.656)		(23.656)	
Itens com efeitos subsequentes no resultado	(129.061)	163.185	(129.061)	163.185
Total do resultado abrangente	13.064.271	(7.184.313)	13.093.769	(7.154.821)
Atribuível aos acionistas				
Controladores	13.064.271	(7.184.313)	13.064.271	(7.184.313)
Não controladores			29.498	29.492

(1) Inclui valor justo da mensuração da Lenzing Aktiengesellschaft. Em 31 de dezembro de 2025 o valor era de R\$(218.465) (R\$(367.014) em 31 de dezembro de 2024).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total do patrimônio líquido de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.235.546	26.744	(1.484.014)	35.376.198	1.538.296		44.692.770	117.530	44.810.300
Resultado do exercício							(7.074.198)	(7.074.198)	29.492	(7.044.706)
Outros resultados abrangentes						(110.115)		(110.115)		(110.115)
Juros sobre capital próprio					(2.500.000)			(2.500.000)		(2.500.000)
Reversão de dividendos prescritos							1.300	1.300		1.300
Transações com acionistas não controladores									(15.716)	(15.716)
Recompra de ações	24.5			(2.806.764)				(2.806.764)		(2.806.764)
Cancelamento de ações	24.5			2.903.787	(2.903.787)					
Opções de ações outorgadas	22.2		81.276					81.276		81.276
Opções de ações exercidas	22.2		(47.794)	47.794						
Aumento de capital social		10.000.000			(10.000.000)					
Constituição de reservas	24.6				321.671		(321.671)			
Absorção de prejuízos					(7.315.184)		7.315.184			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL						(79.385)	79.385			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		19.235.546	60.226	(1.339.197)	12.978.898	1.348.796		32.284.269	131.306	32.415.575
Resultado do exercício							13.408.189	13.408.189	29.498	13.437.687
Outros resultados abrangentes						(343.918)		(343.918)		(343.918)
Dividendos mínimos obrigatórios	24.2						(1.385.628)	(1,385.628)	(5.501)	(1,391.129)
Dividendos adicionais									(9.800)	(9.800)
Reversão de dividendos prescritos							566	566		566
Transações com acionistas não controladores									(5.375)	(5.375)
Recompra de ações	24.5			(191.918)				(191.918)		(191.918)
Opções de ações outorgadas	22.2		45.642					45.642		45.642
Opções de ações exercidas			(25.126)	19.969				(5.157)		(5.157)
Aumento de capital social	1.2.2	5.000.000			(5.000.000)					
Constituição de reservas	24.6				12.139.336		(12.139.336)			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL						(116.209)	116.209			
Saldos em 31 de dezembro de 2025		24.235.546	80.742	(1.511.146)	20.118.234	888.669		43.812.045	140.128	43.952.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	13.408.189	(7.074.198)	13.437.687	(7.044.706)
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	10.623.080	8.616.353	10.913.290	8.874.931
Depreciação do direito de uso	354.178	328.807	383.968	349.064
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	463.003	446.162	467.879	451.148
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes (nota 28)	378.255	157.278	475.267	163.033
Resultado de equivalência patrimonial	186.787	(2.195.650)	409.212	13.845
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 26)	(7.747.529)	16.762.785	(7.550.610)	15.884.993
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 26)	2.567.868	1.809.579	5.953.778	5.413.707
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos – partes relacionadas (nota 26)	3.475.106	3.727.337		
Custos de empréstimos capitalizados (nota 26)	(274.731)	(959.968)	(274.731)	(959.968)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 26)	34.023	26.978	101.926	80.099
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos (nota 26)	(7.286.347)	9.106.243	(7.328.684)	9.112.683
Prêmio sobre liquidações antecipadas (nota 26)	22.863		110.060	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(968.982)	(988.072)	(1.029.877)	(1.254.424)
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.379.626)	(1.399.808)	(1.516.458)	(1.431.530)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	6.448.366	(7.462.986)	6.455.108	(7.431.946)
Juros sobre passivo atuarial e custo do serviço corrente (nota 21.2.3)	75.181	71.809	79.287	75.850
Provisão (reversão) de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	(45.777)	131.792	(49.754)	138.318
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	37.932	3.772	119.417	2.585
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	139.434	74.816	141.635	77.353
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	169.628	133.128	193.152	130.727
Outras	103.982	36.853	92.622	69.535
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Partes relacionadas	171	2.011		
Contas a receber de clientes	(4.479.614)	(1.416.176)	1.586.613	(808.785)
Estoques	(42.504)	(653.278)	(216.357)	(863.648)
Tributos a recuperar	(202.710)	(65.010)	(413.422)	(95.411)
Outros ativos	239.381	178.077	259.705	6.185
Acrécimo (decrécimo) em passivos				
Fornecedores	(95.890)	1.878.505	6.630	2.164.832
Tributos a recolher	(115.822)	126.535	384.227	296.169
Salários e encargos sociais	(118.022)	264.483	(91.499)	364.817
Outros passivos	(1.007.001)	1.037.577	(218.901)	(27.706)
Caixa gerado das operações	14.962.872	22.705.734	22.881.170	23.751.750
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(2.267.089)	(1.760.312)	(5.817.907)	(5.241.389)
Custos de empréstimos capitalizados pagos	274.731	959.968	274.731	959.968
Prêmio sobre liquidações antecipadas (nota 26)	(22.863)		(110.060)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(3.636.236)	(3.523.333)		
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.169.233	1.059.359	1.213.789	1.500.437
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(72.153)		(289.548)	(366.339)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	10.408.495	19.441.416	18.152.175	20.604.427

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	(4.083.644)	(9.018.267)	(4.578.826)	(9.190.589)
Adições de intangível (nota 16)	(70.781)	(114.381)	(82.492)	(162.042)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(7.681.024)	(6.874.237)	(7.913.483)	(7.180.450)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado e biológico	122.729	167.983	122.729	167.983
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	(332.892)	(486.449)	(21.979)	(41.281)
Aplicações financeiras, líquidas	3.408.636	(7.656.135)	2.941.921	205.954
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(288.789)	(294.126)	(300.040)	(294.952)
Dividendos recebidos	16.314	6.961.026	8.835	
Aquisição de ativos		(2.143.821)		(2.595.974)
Aquisição de outros investimentos			(9.392)	(1.440.503)
Caixa líquido de aquisição de controladas				19.113
Caixa e equivalente de caixa de empresa incorporada		(1.102)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.909.451)	(19.459.509)	(9.832.727)	(20.512.741)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	8.179.487	10.640.543	23.871.760	15.692.905
Empréstimos e financiamento – partes relacionadas	6.450.591	13.997.068		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	534.964	(550.171)	530.655	(550.581)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(2.357.582)	(5.671.021)	(22.353.325)	(9.410.807)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(8.819.687)	(12.046.164)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.412.748)	(1.294.716)	(1.447.973)	(1.325.398)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(2.192.916)	(1.615.786)	(2.208.158)	(1.624.653)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(20.668)	(58.467)	(20.668)	(58.467)
Recompra de ações (nota 24.5)	(191.918)	(2.806.764)	(191.918)	(2.806.764)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	169.523	594.522	(1.819.627)	(83.765)
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.668.567	576.429	6.499.821	7.921
No início do exercício	2.472.677	1.893.129	9.018.818	8.345.871
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	11.871	3.119	(338.886)	665.026
No final do exercício	4.153.115	2.472.677	15.179.753	9.018.818
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.668.567	576.429	6.499.821	7.921

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 27)	44.133.971	46.026.028	52.425.583	49.845.869
Outras receitas	334.662	337.705	423.871	430.092
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	3.740.259	7.361.141	3.880.270	7.490.762
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(37.932)	(3.772)	(119.417)	(2.585)
	<u>48.170.960</u>	<u>53.721.102</u>	<u>56.610.307</u>	<u>57.764.138</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.389.472)	(16.812.644)	(21.372.988)	(17.525.164)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.498.214)	(8.963.354)	(6.570.910)	(9.881.892)
Provisão de perdas estimadas de ativos, líquida (notas 8.1 e 9.1)	(552.038)	(213.361)	(577.763)	(214.528)
	<u>(22.439.724)</u>	<u>(25.989.359)</u>	<u>(28.521.661)</u>	<u>(27.621.584)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>25.731.236</u>	<u>27.731.743</u>	<u>28.088.646</u>	<u>30.142.554</u>
4 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(10.977.258)</u>	<u>(8.945.160)</u>	<u>(11.297.258)</u>	<u>(9.223.995)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	<u>14.753.978</u>	<u>18.786.583</u>	<u>16.791.388</u>	<u>20.918.559</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	(186.787)	2.195.650	(409.212)	(13.845)
Receitas financeiras	1.421.526	1.354.936	1.840.870	1.808.348
Variações cambiais ativas	9.045.865	888.388	9.651.189	3.167.760
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	9.972.075	2.669.394	10.033.761	2.669.394
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos ⁽¹⁾	(6.448.366)	7.462.986	(6.455.108)	7.431.946
	<u>13.804.313</u>	<u>14.571.354</u>	<u>14.661.500</u>	<u>15.063.603</u>
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	<u>28.558.291</u>	<u>33.357.937</u>	<u>31.452.888</u>	<u>35.982.162</u>
Pessoal	<u>4.416.858</u>	<u>4.153.148</u>	<u>5.547.480</u>	<u>4.683.703</u>
Remuneração direta	3.299.058	3.213.745	4.275.482	3.659.655
Benefícios	929.060	769.175	1.074.544	845.969
F.G.T.S.	188.740	170.228	197.454	178.079
Impostos, taxas e contribuições	<u>59.320</u>	<u>1.401.019</u>	<u>525.738</u>	<u>1.735.010</u>
Federais	(380.855)	778.287	56.676	1.079.083
Estaduais	373.525	560.849	398.921	588.481
Municipais	66.650	61.883	70.141	67.446
Remuneração do capital de terceiros	<u>10.673.924</u>	<u>34.877.968</u>	<u>11.941.983</u>	<u>36.608.155</u>
Despesas financeiras (nota 26)	6.514.428	5.265.780	6.883.755	5.541.903
Variações cambiais passivas	1.298.336	17.651.173	2.100.579	19.052.753
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	2.685.728	11.775.637	2.705.077	11.782.077
Aluguéis	175.432	185.378	252.572	231.422
Remuneração de capitais próprios	<u>13.408.189</u>	<u>(7.074.198)</u>	<u>13.437.687</u>	<u>(7.044.706)</u>
Dividendos	1.385.628		1.385.628	
Resultado do exercício, líquido dos dividendos	12.022.561	(7.074.198)	12.022.561	(7.074.198)
Participação de não controladores			29.498	29.492
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>28.558.291</u>	<u>33.357.937</u>	<u>31.452.888</u>	<u>35.982.162</u>

(1) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. ("Suzano"), em conjunto com suas controladas (coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 – 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" - "NYSE") sob o *ticker* SUZ.

A Companhia possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e duas unidades em Suzano (São Paulo), Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e 2 unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte).

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A Companhia conta ainda com seis centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um na China e um em Israel, voltados ao desenvolvimento de produtos e aprimoramento de processos industriais.

Adicionalmente, dispõe de uma estrutura logística global que apoia suas operações comerciais e de exportação. No Brasil, a Companhia mantém 29 centros de distribuição e quatro portos, estrategicamente localizados para o escoamento da produção. No exterior, a estrutura é composta por aproximadamente 73 terminais, distribuídos entre Ásia, Europa, Estados Unidos, Equador e Argentina.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura.

A Companhia também tem por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista de qualquer outra sociedade ou empreendimento, e a geração de energia elétrica no processo produtivo da celulose e a sua comercialização.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 49,28% de participação nas ações ordinárias do capital social (49,25% em 31 de dezembro de 2024).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2026.

1.1 Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação/Tipo de participação	Atividade principal	País	% de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Consolidado				
F&E Tecnologia do Brasil S.A. (Direta)	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltda. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. (Direta)	Holding	Brasil	100,00%	100,00%
Itacel – Terminal de Celulose de Itaquí S.A. (Indireta)	Operação portuária	Brasil	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A. (Direta)	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda. (Direta)	Transporte rodoviário	Brasil	100,00%	100,00%
Portocel – Terminal Espec. Barra do Riacho S.A. (Direta)	Operação portuária	Brasil	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda. (Direta)	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda. (Direta)	Produção de embalagens	Brasil	100,00%	100,00%
Suzano Argentina S.A.U (Direta)	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S. (Direta)	Escritório comercial	Equador	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (Direta) ⁽³⁾	Produção e comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel	Finlândia		100,00%
Suzano International Finance B.V (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V. (Direta)	Holding	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH. (Direta)	Escritório comercial	Áustria	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC (Indireta)	Produção de papelcartão revestido e não revestido para embalagens de líquidos	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltda. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	100,00%	100,00%

Denominação/Tipo de participação	Atividade principal	País	% de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Suzano Netherlands B.V. (Direta)	Captação de recursos financeiros	Holanda	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc. (Direta)	Escritório comercial	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (Direta)	Escritório comercial	Suíça	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltda. (Direta)	Escritório comercial	China	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltda. (Direta)	Escritório comercial	China	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltda. (Direta)	Escritório comercial	Singapura	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT (Direta)	Escritório comercial	Hungria	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC (Direta)	Corporate venture capital	Estados Unidos da América	100,00%	100,00%
Consolidação dos ativos e passivos correspondentes (joint operation)				
Veracel Celulose S.A. (Direta)	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	50,00%	50,00%
Equivalência patrimonial				
Allotrope Energy Ltd (Indireta) ⁽²⁾	Pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de baterias baseadas em carbono derivado de biomassa (lignina)	Inglaterra	20,00%	
Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (Direta)	Restauração, conservação e preservação de florestas	Brasil	16,66%	16,66%
Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda. (Indireta) ⁽¹⁾	Restauração, conservação e preservação de florestas	Brasil	8,33%	
Ensyn Corporation (Direta) ⁽⁴⁾	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América		24,80%
F&E Technologies LLC (Direta/Indireta) ⁽⁵⁾	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América		50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel (Direta)	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	49,90%	49,90%
Simplifyber, Inc. (Indireta)	Produção de bens de consumo por meio da transformação de líquidos à base de celulose	Estados Unidos da América	14,20%	13,91%
Spinnova Plc. (Direta) ("Spinnova")	Pesquisa de matérias-primas sustentáveis para a indústria têxtil	Finlândia	18,76%	18,77%
Woodspin Oy (Indireta) ("Woodspin") ⁽³⁾	Desenvolvimento e produção de fibras, fios e filamentos têxteis à base de celulose	Finlândia	18,76%	50,00%
Spinnova Refining Oy (Indireta) ⁽³⁾	Produção e comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel	Finlândia	18,76%	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A. (Indireta)	Soluções de software baseadas em inteligência artificial e visão computacional para o agronegócio	Brasil	5,82%	5,82%
Celluforce Inc. (Direta)	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft (Indireta)	Produção de fibras de celulose à base de madeira	Áustria	15,00%	15,00%
Nfinite Nanotechnology Inc. (Indireta)	Pesquisa e desenvolvimento de nanorevestimentos inteligentes	Canadá	4,90%	5,00%

(1) Em 24 de setembro de 2025, a Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. reduziu sua participação na Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda. de 100% para 50%, mantendo-se como investida indireta da Suzano S.A.

- (2) Em 30 de setembro de 2025, conforme previsto no Advance Subscription Agreement (ASA) celebrado em dezembro de 2022, o investimento realizado por meio da Suzano Ventures na Allotrope Energy Ltd, mantida de forma indireta pela Suzano S.A., foi convertido em ações preferenciais, correspondendo a 20% do capital social da investida.
- (3) Em 03 de outubro de 2025, foi concluída a transação com a Spinnova Plc, com a transferência da participação da Companhia na Woodspin Oy e na Suzano Finland Oy. Após a operação, a Suzano Finland Oy passou a se chamar Spinnova Refining Oy, e a Spinnova passou a deter 100% de ambas as entidades. A Companhia, por sua vez, manteve participação indireta nessas sociedades.
- (4) Em 26 de novembro de 2025, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na Ensyn Corporation.
- (5) Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a liquidação da F&E Technologies LLC.

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1 Aquisição de participação em negócio global de tissue

Em 5 de junho de 2025, a Companhia comunicou ao mercado que, por meio de sua subsidiária integral Suzano International Holding B.V., celebrou contrato de compra e venda de participação societária e ativos (*Equity and Asset Purchase Agreement*) com a Kimberly-Clark Corporation ("K-C"), visando à aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade constituída na Holanda ("Sociedade Alvo").

A operação contempla a aquisição de ativos e negócios relacionados à fabricação, marketing, distribuição e venda de produtos tissue em determinadas jurisdições nas Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Estão incluídas 22 unidades fabris localizadas em 14 países, além da transferência de determinadas marcas regionais e do licenciamento, sem royalties, de marcas globais da K-C à Sociedade Alvo nas regiões contempladas.

A Kimberly-Clark permanecerá como titular dos 49% remanescentes da Sociedade Alvo. A operação prevê, ainda, uma opção de compra outorgada à Suzano para aquisição da participação remanescente da K-C, exercível a partir do terceiro aniversário do fechamento, ou, em determinadas situações, antes desse prazo.

O preço de aquisição acordado para os 51% é de US\$1,734 bilhão (equivalentes a R\$9,541 bilhões) a ser pago em dinheiro, à vista, na data de fechamento da operação, sujeito aos ajustes usuais em transações dessa natureza. O fechamento está condicionado à verificação de condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias e reestruturações societárias locais, e é esperado para ocorrer em meados de 2026.

Nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Companhia avaliará, na data de fechamento, a forma de contabilização da transação, considerando seu escopo final e os ativos efetivamente transferidos à Sociedade Alvo.

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, a operação não gerou efeitos contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.2.2 Aumento de capital social

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$5.000.000, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, integralizado mediante a capitalização do saldo da Reserva para Aumento de Capital no montante de R\$2.807.632 e parte do saldo da Reserva de Investimentos no montante de R\$2.192.368, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2.3 Dividendos Intercalares

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R\$1.380.000, à razão de R\$1,11658725 por ação, com pagamento realizado em 4 de fevereiro de 2026. Os dividendos foram apurados com base no balanço encerrado em 30 de setembro de 2025 e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.19.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025.

3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.1.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.2 Políticas contábeis adotadas

As normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.2.1 Demonstrações financeiras

3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, exceto a controlada Suzano Packaging e as coligadas Biomas e Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28. A Companhia avalia os efeitos da defasagem e reflete os impactos de eventos relevantes no resultado consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas operações significativas que alterem a posição financeira reportada nos relatórios financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$54.393, representando 18,76% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado.

A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Quando aplicável, a participação dos acionistas não controladores é destacada.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos

3.2.2.1 Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.2.2 Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.2.3 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

3.2.2.4 Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à

emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial.

Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.3 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. As controladas que são exceções e não possuem moeda funcional Real são:

- Suzano Packaging, controlada no exterior cuja moeda funcional é o Dólar;
- Simplifyber, coligada no exterior, cuja moeda funcional é o Dólar;
- Spinnova, coligada no exterior cuja moeda funcional é o Euro.

Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas na moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

A variação cambial decorrente da conversão de investimento em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, de toda ou parte da operação.

3.2.5 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28).

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo.

Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

3.2.6 Instrumentos financeiros

3.2.6.1 Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.6.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de Caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pelas transações de venda, registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

Fornecedores e operações de risco sacado

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia.

As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre às instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Companhia paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.6.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo apresentado na nota 14.1 como outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para tais ativos financeiros, a Companhia avalia periodicamente reduções relevantes ou prolongadas no valor justo do título abaixo de seu custo, com o objetivo de identificar potencial deterioração e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes.

3.2.6.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos de hedge são derivativos contratados exclusivamente visando proteção dos riscos financeiros da Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.7 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio e a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.9 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade

geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.10 Arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
- (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
- (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui contratos de arrendamento com cláusulas de:

- (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
- (ii) garantia de valor residual; e
- (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$ 5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial, o qual corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. No caso de ativos intangíveis obtidos em uma combinação de negócios, o custo é determinado pelo valor justo apurado na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivos são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolve a adoção de premissas significativas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.12 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, é computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

3.2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança.

Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão passiva é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

Os valores de principal e multas referentes aos processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido.

A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial.

3.2.14 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parte de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) durante o período de aquisição dos direitos, com base no valor justo apurado na data da outorga para planos com liquidação em ações, e reavaliado a cada data de balanço para planos com liquidação em dinheiro. As variações do valor justo dos planos com liquidação em dinheiro são registradas na rubrica de despesas administrativas, no resultado. A contrapartida é reconhecida no passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro e no patrimônio líquido para planos com liquidação em ações.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O impacto correspondente é reconhecido no passivo não circulante.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.17 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para o segmento operacional de Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais de Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita também ocorre na transferência do controle ao comprador, com base nos (i) *Incoterms* e (ii) e no *lead time*, aplicáveis às operações realizadas tanto no mercado externo quanto no interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.18 Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições legais e estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Conforme divulgado na Nota 2, a Administração empregou julgamentos, estimativas e premissas contábeis para refletir condições e expectativas futuras. Tais premissas, baseadas em informações disponíveis e fatores econômicos relevantes, podem envolver incertezas capazes de gerar variações significativas nos valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios subsequentes.

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. Os principais temas sujeitos a essas estimativas são apresentados a seguir:

Valor justo de instrumentos financeiros (nota 4):

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros requer julgamentos significativos da Administração, especialmente para operações contratadas em mercados de balcão ou com baixa liquidez. Esses cálculos envolvem premissas sobre taxas de juros futuras, curvas de cupom cambial, volatilidade, preços de commodities e risco de crédito das contrapartes, utilizando modelos como fluxo de caixa descontado e Garman-Kohlhagen para opções. As estimativas consideram condições normais de mercado na data-base, sem liquidação forçada, e dependem de dados observáveis (taxas, curvas, volatilidades) e não observáveis (spreads e ajustes de risco), conforme hierarquia do CPC 46/IFRS 13. Alterações nessas premissas, como variações nas curvas de juros, câmbio ou preços de insumos, podem impactar significativamente os valores justos registrados, afetando ativos, passivos e o resultado do período.

Os principais riscos decorrem da volatilidade dos mercados financeiros e da sensibilidade das premissas utilizadas na mensuração do valor justo. Mudanças abruptas nas taxas de câmbio, juros ou preços de commodities podem gerar ajustes relevantes nos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, influenciando o resultado e o patrimônio líquido. Além disso, fatores externos como crises econômicas, alterações regulatórias ou redução de liquidez podem afetar a confiabilidade das estimativas, aumentando a subjetividade dos cálculos. Por se tratar de instrumentos classificados majoritariamente no nível 2 da hierarquia de valor justo, há maior dependência de modelos internos e premissas não observáveis, o que eleva o grau de incerteza. A Suzano mitiga esses riscos por meio de políticas financeiras robustas, monitoramento diário das posições, testes de sensibilidade e revisões periódicas das premissas utilizadas.

Análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12):

A análise anual do valor recuperável de tributos é essencial para assegurar que os ativos fiscais diferidos e créditos tributários registrados pela Suzano reflitam adequadamente a expectativa de realização futura. Esses ativos dependem de projeções de resultados tributáveis, planos de compensação e interpretações da legislação fiscal, exigindo julgamentos significativos da Administração. A determinação da recuperabilidade envolve premissas sobre crescimento econômico, lucratividade futura, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas do

imposto de renda e da contribuição social, além da avaliação de riscos relacionados a posições fiscais incertas conforme ICPC 22/IFRIC 23. Como essas estimativas são sensíveis a mudanças no cenário econômico e regulatório, sua correta mensuração é crítica para a transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras.

Os principais riscos decorrem da incerteza quanto à geração de lucros tributáveis suficientes para realizar os créditos fiscais, bem como da possibilidade de alterações na legislação ou interpretações fiscais que impactem a utilização desses ativos. Mudanças nas projeções de resultados, revisões de planos estratégicos ou decisões desfavoráveis em processos tributários podem levar à necessidade de ajustes significativos nos saldos registrados. Além disso, por envolver julgamentos sobre cenários futuros e posições fiscais complexas, existe risco de volatilidade nos resultados e no patrimônio líquido caso as premissas não se concretizem. A Suzano mitiga esses riscos por meio de revisões periódicas, suporte de pareceres jurídicos e monitoramento contínuo das contingências tributárias.

Valor justo dos ativos biológicos (nota 13):

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é fundamental para refletir adequadamente, nas demonstrações financeiras da Suzano, o valor econômico das florestas de eucalipto utilizadas como matéria-prima na produção de celulose. Esse processo envolve premissas significativas, como incremento médio anual das florestas (IMA), preço da madeira, custo de formação, custo de oportunidade da terra, taxa de desconto (WACC) e inflação, todas baseadas em projeções de longo prazo e condições específicas de cada região. Como essas variáveis são sensíveis a mudanças de mercado, clima e produtividade, os julgamentos e estimativas aplicados pela Administração têm impacto direto no valor contábil dos ativos e, consequentemente, no resultado da Companhia.

Os principais riscos decorrem da incerteza inerente às premissas utilizadas no cálculo do valor justo. Variações nos preços da madeira, na taxa de crescimento das florestas (IMA), nos custos de formação ou na taxa de desconto podem gerar ajustes significativos nos ativos biológicos e afetar o resultado operacional. Além disso, fatores externos como mudanças regulatórias, eventos climáticos, pragas ou incêndios podem impactar a produtividade e os fluxos de caixa projetados, aumentando a volatilidade do valor justo. Por se tratar de um cálculo classificado como Nível 3 na hierarquia do CPC 46/IFRS 13, baseado em dados não observáveis, há maior grau de subjetividade e necessidade de controles robustos para garantir a confiabilidade das informações.

Análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16):

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é submetido anualmente a teste de recuperabilidade ou sempre que houver indícios de perda. Para fins de teste, os ativos são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio está associado. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, considerando projeções financeiras aprovadas pela Administração para um horizonte de cinco anos, acrescidas de uma taxa de crescimento de longo prazo para períodos subsequentes.

As premissas significativas utilizadas incluem a taxa de desconto (WACC), que reflete o custo médio ponderado de capital ajustado ao risco do negócio e às condições de mercado; a taxa de crescimento na perpetuidade, baseada em expectativas de crescimento sustentável do setor; as margens operacionais, estimadas conforme histórico e perspectivas de mercado; e as projeções de receita, fundamentadas em premissas macroeconômicas, dinâmica competitiva e planos estratégicos.

Essas premissas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, especialmente relacionadas à taxa de desconto, cujas variações podem impactar substancialmente o valor recuperável; à taxa de crescimento, cujas alterações podem reduzir a margem de segurança do teste; e ao desempenho operacional, que pode ser afetado por mudanças no cenário econômico ou competitivo, impactando projeções de receita e margem. Caso as premissas não se confirmem, poderá ocorrer necessidade de reconhecimento de perda por impairment em períodos futuros.

Provisão para passivos judiciais (nota 20):

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista. A provisão para passivos judiciais é reconhecida quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados e quando a Administração, com base na opinião de assessores jurídicos, considera provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e é possível estimar com confiabilidade o valor envolvido.

O valor provisionado é calculado considerando a probabilidade de perda, classificada como provável, possível ou remota conforme avaliação jurídica; a estimativa de desembolso, baseada em histórico de decisões, jurisprudência aplicável e estágio processual; e a atualização monetária e encargos, aplicados conforme a legislação vigente.

As premissas significativas incluem a interpretação jurídica, pois mudanças na jurisprudência ou decisões de tribunais superiores podem alterar significativamente a probabilidade de perda; a estimativa de valores, que pode variar em decorrência de novos cálculos, perícias ou atualização de bases legais; e o cenário regulatório, já que alterações legislativas podem impactar a obrigação ou o montante estimado.

As provisões envolvem julgamentos relevantes e estão sujeitas a incertezas, especialmente em processos de longa duração ou com matérias complexas. Caso ocorram mudanças nas premissas ou no entendimento jurídico, poderá haver reconhecimento adicional de provisão ou reversão em períodos futuros.

3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo.

3.3.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.2 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 – Presentation of Financial Statements, introduzindo novos requisitos com o objetivo de aumentar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras.

Embora a IFRS 18 não altere o reconhecimento ou a mensuração dos itens, esperam-se impactos relevantes na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à estrutura da

demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação das informações e a determinados aspectos da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em uma avaliação preliminar, destacam-se, entre outros, os seguintes possíveis efeitos: alterações na forma de apresentação do resultado decorrentes da nova classificação de receitas e despesas em categorias padronizadas e da introdução de novos subtotais; possíveis ajustes na apresentação das principais demonstrações financeiras, com reagrupamento ou maior detalhamento de determinadas linhas, conforme os novos princípios de agregação e desagregação; novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração; e ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme os novos requerimentos da norma.

A IFRS 18 tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, de modo que as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas quando da adoção inicial da norma.

3.3.3 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

3.3.4 Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IAS 21 para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária.

3.3.5 Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11

Consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de celulose e de commodities; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;
- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);

(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e

(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 26.

4.1.2 Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.153.115	2.472.677	15.179.753	9.018.818
Contas a receber de clientes	7	12.527.190	8.899.116	6.560.607	9.132.860
Dividendos a receber	11	5.730	6.113		
Outros ativos ⁽¹⁾		541.431	533.427	595.069	628.275
		17.227.466	11.911.333	22.335.429	18.779.953
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos	14.1	25.975	27.823	901.181	1.138.066
		25.975	27.823	901.181	1.138.066
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	9.016.965	3.887.100	9.571.661	3.887.100
Aplicações financeiras	6	9.646.583	13.180.018	10.252.454	13.363.511
		18.663.548	17.067.118	19.824.115	17.250.611
		35.916.989	29.006.274	43.060.725	37.168.630
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	4.056.555	5.028.365	5.141.386	6.033.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	31.879.738	26.118.574	94.801.257	101.435.531
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.780.938	6.817.676	6.929.890	6.972.915
Partes relacionadas	11	60.853.039	71.097.778		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	94.840	120.490	94.840	120.490
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar		1.387.620	2.195.475	1.393.121	2.200.917
Outros passivos ⁽¹⁾		109.310	112.732	141.884	143.330
		105.162.040	111.491.090	108.502.378	116.906.468
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	8.826.861	10.448.379	9.341.349	10.454.820
		8.826.861	10.448.379	9.341.349	10.454.820
		113.988.901	121.939.469	117.843.727	127.361.288
		78.071.912	92.933.195	74.783.002	90.192.658

(1) Somente inclui itens classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3 Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices

é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do *Federal Reserve Bank of New York* e *Bloomberg* para transações de taxa *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	Mercado secundário			36.655.663	48.734.909
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré- pagamento de exportação")	SOFR	2.038.115	942.390	18.404.795	22.740.891
Financiamento de ativos	SOFR	277.172	422.115	277.172	422.115
ECA - Export Credit Agency	SOFR	746.346	860.487	1.979.202	864.202
IFC - International Finance Corporation	SOFR	5.442.675	6.261.715	5.442.675	6.261.715
Panda Bonds - CNY	Fixed			1.964.329	951.125
Em moeda nacional					
BNDES – TJLP	DI 1	82.204	142.295	95.167	171.109
BNDES – TLP	DI 1	4.043.670	3.143.102	4.193.766	3.275.012
BNDES – TR	DI 1	90.356	33.466	90.356	33.466
BNDES – Selic	DI 1	547.000	645.139	547.000	645.139
BNDES – UMBNDES	DI 2	253.500	106.966	253.500	106.966
Financiamento de ativos	DI 1	49.911	60.566	49.911	60.566
Debêntures	DI 1/IPCA	10.873.596	12.002.992	10.873.596	12.002.992
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1			105.865	108.308
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	5.520.478	2.424.457	5.520.478	2.424.457
CPR ("Cédula de produto rural")	DI 1	1.472.697		1.472.697	
ECO INVEST - Crédito Agroindustrial	DI 1			334.422	
		31.437.720	27.045.690	88.260.594	98.802.972

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não são reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Consolidado					
	31/12/2025					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	5.141.386	5.141.386	5.141.386			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	94.801.257	136.586.565	5.690.098	16.894.643	46.428.491	67.573.333
Contas a pagar de arrendamento	6.929.890	13.281.230	2.761.632	1.235.951	3.161.325	6.122.322
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	94.840	115.108	19.904	18.993	76.211	
Instrumentos financeiros derivativos	9.341.349	13.741.567	1.139.273	849.920	3.815.705	7.936.669
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	1.393.121	1.393.121	1.393.121			
Outros passivos	141.884	141.884	49.554	92.330		
	<u>117.843.727</u>	<u>170.400.861</u>	<u>16.194.968</u>	<u>19.091.837</u>	<u>53.481.732</u>	<u>81.632.324</u>

						Consolidado
						31/12/2024
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.972.915	12.099.294	1.302.590	1.176.832	3.094.493	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.200.917	2.200.917	2.200.917			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892	82.438		
	127.361.288	176.529.601	24.896.300	16.474.380	55.542.774	79.616.147

4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* – LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1 Contas a receber de clientes

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Baixo - Vencendo e em atraso até 30 dias	6.270.686	8.899.516
Médio - em atraso entre 30 e 90 dias	154.155	174.048
Alto - em atraso acima de 90 dias	267.314	89.596
	6.692.155	9.163.160

Parte dos montantes acima, não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$131.548 e R\$30.300 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade*, sendo que a maior parte do saldo apresenta classificação de risco brAAA — ou seja, aquelas que possuem elevado grau de qualidade de crédito e baixo risco segundo as principais agências de classificação.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.153.115	2.472.677	15.179.753	9.018.818
Aplicações financeiras	9.646.583	13.180.018	10.252.454	13.363.511
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	9.016.965	3.887.100	9.571.661	3.887.100
	<u>22.816.663</u>	<u>19.539.795</u>	<u>35.003.868</u>	<u>26.269.429</u>

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Classificação de risco ⁽¹⁾	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAA				232.908
AA-			476.535	286.906
A+	9.055		94.638	148.029
A			6.146	
A-	37.081			
brAAA	24.984.803	20.830.651	8.870.122	2.747.948
brAA+	576	658.880		
brAA	473	755		
brAA-	252.945	19	9.246	
brA	117.736	31.504		
brBBB-		3		
brBB		710		
brBB-	17	750.359		156.450
Outros	29.521	109.448	114.974	314.859
	<u>25.432.207</u>	<u>22.382.329</u>	<u>9.571.661</u>	<u>3.887.100</u>

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

4.4 Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção, preço de celulose e de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1 Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$") e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de "US\$" nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em US\$, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	11.919.897	6.496.039
Aplicações financeiras	427.329	70.255
Contas a receber de clientes	4.705.509	7.090.160
Instrumentos financeiros derivativos	5.404.458	3.887.100
	22.457.193	17.543.554
Passivos		
Fornecedores	(1.075.590)	(1.350.763)
Empréstimos e financiamentos	(70.357.356)	(83.004.915)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(66.446)	(93.308)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.614.888)	(10.448.379)
	(76.114.280)	(94.897.365)
	(53.657.087)	(77.353.811)

4.4.1.1 Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = R\$ 5,5024.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. As demais análises consideraram cenários desfavoráveis da exposição do Real em relação ao US\$ em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	11.919.897	(2.979.974)	(5.959.949)
Aplicações financeiras	427.329	(106.832)	(213.665)
Contas a receber de clientes	4.705.509	(1.176.377)	(2.352.755)
Fornecedores	(1.075.590)	(268.898)	(537.795)
Empréstimos e financiamentos	(70.357.356)	(17.589.339)	(35.178.678)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(66.446)	(16.612)	(33.223)

4.4.1.2 Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além da operação descrita acima, a Companhia também contrata instrumentos derivativos atrelados ao dólar e sujeitos a variação cambial, buscando adequar o indexador cambial da dívida a moeda de geração de caixa, conforme previsto em suas políticas financeiras.

Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a taxa de câmbio do último dia útil do período em análise. Estes movimentos de mercado causaram impacto positivo na marcação a mercado da posição contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. As demais análises consideraram os cenários desfavoráveis do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
Dólar/Real			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos opções	979.705	(5.707.051)	(13.025.130)
Derivativos swaps	(851.428)	(3.164.776)	(6.396.550)
Derivativos NDF	24.355	(121.626)	(243.252)
Derivativos embutido	112.058	(177.738)	(355.477)
Derivativos commodity	(34.379)	(9.503)	(18.280)

4.4.2 Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa devido às oscilações de taxas de juros no Brasil ou no exterior.

4.4.2.1 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa de Longo Prazo ("TLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e SOFR e que podem gerar impacto no resultado.

O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. As demais análises consideraram cenários desfavoráveis da exposição de juros em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	3.204.403	(119.364)	(238.728)
Aplicações financeiras	7.917.258	(294.918)	(589.836)
Empréstimos e financiamentos	8.825.045	(328.733)	(657.466)
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	101.302	(2.297)	(4.594)
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	25.195.489	(243.766)	(487.533)

4.4.2.2 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Estas análises consideraram os cenários desfavoráveis da taxa de juros de mercado com variação de 25% e 50% . Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

		Consolidado		
		31/12/2025		
		Provável (valor base)	Efeito no resultado	
			Possível (25%)	Remoto (50%)
CDI				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
	Derivativos opções	979.705	(654.459)	(1.256.399)
	Derivativos swaps	(851.428)	(646.114)	(1.188.904)
SOFR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
	Derivativos swaps	(851.428)	(130.162)	(253.566)

4.4.2.3 Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index – US-CPI") em 31 de dezembro de 2025. O cenário provável foi extrapolado considerando uma variação desfavorável de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado			
31/12/2025			
	Provável (valor base)	Efeito no resultado	
		Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	112.058	(27.632)	(58.468)

4.4.3 Administração de risco de preço de celulose e de commodities

A Companhia está exposta principalmente ao preço de venda da celulose e a preços de *commodities* no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, demanda e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de

logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em reais, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da SOFR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (ii) Opções (“*Zero Cost Collar*”): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
- (iii) *Non-deliverable forward* (“*NDF*”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (iv) *Swap* de *US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana *US-CPI*, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação (“*Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS*”), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap* VLSFO (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *SOFR* divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo ⁽¹⁾
	Brasil ⁽¹⁾	Estados Unidos da América ⁽²⁾	
1M	14,90%	3,70 %	23,28%
6M	14,57%	3,58 %	7,91%
1A	13,82%	3,43 %	6,36%
2A	13,19%	3,31 %	5,58%
3A	13,19%	3,35 %	5,45%
5A	13,47%	3,48 %	5,64%
10A	13,53%	3,81 %	6,77%

1) Fonte B3

2) Fonte Bloomberg

4.5.1 Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Consolidado			
	Valor de referência (nacional, líquido) – em US\$		Valor justo – em R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos contratados com estratégia de proteção dos fluxos de caixa				
Hedge de fluxos de caixa				
Zero Cost Collar	6.156.400	6.852.200	979.705	(4.328.970)
NDF (US\$)	90.000	581.000	24.355	(331.876)
Hedge de dívida				
Swap SOFR x Fixed (US\$)	2.400.260	1.973.705	92.248	394.129
Swap IPCA x CDI (nacional em reais)	10.466.620	8.128.395	(660.777)	(825.899)
Swap CNY x Fixed (US\$)	362.736	165.815	35.288	(6.440)
Swap CDI x Fixed (US\$)	1.635.783	909.612	(161.443)	(776.261)
Swap Pré Fixada para CDI (nacional em reais)	2.400.000		8.362	
Swap CDI x SOFR (US\$)	660.171	610.171	(165.105)	(590.764)
Swap SOFR x SOFR (US\$)		150.961		(37.850)
Hedge de commodities e outros				
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	153.342	138.439	112.058	(80.759)
Zero Cost Collar (Brent)	359.677	163.941	(33.279)	6.097
Swap VLSFO/Brent	1.217	39.706	(1.100)	10.873
			230.312	(6.567.720)
Ativo circulante			1.556.978	1.006.427
Ativo não circulante			8.014.683	2.880.673
Passivo circulante			(1.205.029)	(2.760.273)
Passivo não circulante			(8.136.320)	(7.694.547)
			230.312	(6.567.720)

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em US\$ e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- Swap CDI x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- Swap IPCA x CDI (nacional em reais)*: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Companhia, que também é indexada a DI.
- Swap SOFR x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (SOFR) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

- (iv) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (v) *Swap SOFR x SOFR US\$*: posição em *swap* trocando taxa pré-fixada adicionada à *SOFR* por outra taxa fixa adicionada à *SOFR*. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão.
- (vi) *Swap CDI x SOFR*: posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("*SOFR*") em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa *SOFR*.
- (vii) *Swap CNH x USD*: posições em *swaps* trocando taxa prefixada em yuans da China por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em yuans para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Companhia.
- (viii) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real.
- (ix) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (x) *Swap US\$ e US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé.
- (xi) *Non-Deliverable Forward Paridade ("NDF")*: EUR e US\$: Posições compradas na paridade EUR/US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro.
- (xii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil / Brent ("VLSFO")* (petróleo – *Brent*): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.
- (xiii) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de petróleo – *Brent*, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivados de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo.

A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é explicada substancialmente pela valorização do Real frente ao US\$ e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *SOFR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

4.5.2 Cronograma de vencimentos do valor justo (valores líquidos)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	351.949	(1.753.846)
2027	674.290	(1.699.768)
2028	96.273	(36.905)
2029 em diante	(892.200)	(3.077.201)
	230.312	(6.567.720)

4.5.3 Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo - em R\$	
Moeda		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI para Fixed	R\$	8.788.534	4.748.394	2.525.172	1.482.759
Swap SOFR para Fixed	US\$	2.400.260	1.973.705	492.458	424.824
Swap IPCA para CDI	R\$	11.059.169	8.382.699	1.549.779	927.586
Swap Pré Fixada para CDI	R\$	2.400.000		1.562.789	
Swap CDI para SOFR	R\$	3.399.600	3.117.625	915.431	754.173
Swap CNY para Fixed	CNY	2.600.000	1.200.000	509.116	
Swap SOFR para SOFR	US\$		150.961		4.949
				7.554.745	3.594.291
Passivos					
Swap CDI para Fixed	US\$	1.635.783	909.612	(2.686.614)	(2.259.020)
Swap SOFR para Fixed	US\$	2.400.260	1.973.705	(400.210)	(30.695)
Swap IPCA para CDI	R\$	10.466.620	8.128.395	(2.210.556)	(1.753.485)
Swap Pré Fixada para CDI	R\$	2.400.000		(1.554.427)	
Swap CDI para SOFR	US\$	660.171	610.171	(1.080.537)	(1.344.937)
Swap CNY para Fixed	US\$	362.736	165.815	(473.828)	(6.440)
Swap SOFR para SOFR	US\$		150.961		(42.799)
				(8.406.172)	(5.437.376)
				(851.427)	(1.843.085)
Hedge de fluxos de caixa					
Zero Cost Collar (US\$ x R\$)	US\$	6.156.400	6.852.200	979.705	(4.328.970)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	90.000	581.000	24.355	(331.876)
				1.004.060	(4.660.846)
Hedge de commodities e outros					
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	US\$	153.342	138.439	112.058	(80.759)
Zero Cost Collar (Brent)	US\$	359.677	163.941	(33.279)	6.097
Swap VLSFO/Brent	US\$	1.217	39.706	(1.100)	10.873
				77.679	(63.789)
				230.312	(6.567.720)

(1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

4.5.4 Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Hedge de fluxos de caixa		
Zero Cost Collar (US\$)	9.922	645.759
NDF (US\$)	(15.388)	(68.695)
NDF (€ x US\$)	(26)	73.781
	(5.492)	650.845
Hedge de commodities e outros		
Swap VLSFO/Brent	(712)	89.327
	(712)	89.327
Hedge de dívida		
Swap CDI para Fixed (US\$)	408.373	(1.635.058)
Swap IPCA para CDI (reais)	(321.139)	(59.243)
Swap CNH para fixed US\$	(16.455)	
Swap Pré Fixada para US\$		(221.462)
Swap SOFR para SOFR (US\$)	1.504	2.199
Swap CDI para SOFR (US\$)	212.326	19.074
Swap SOFR para Fixed (US\$)	252.250	603.737
	536.859	(1.290.753)
	530.655	(550.581)

4.6 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- (i) Nível 1 – Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
- (ii) Nível 2 – Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros (*"accrual"*), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os inputs observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- (iii) Nível 3 – Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita (*"income approach"*) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

Consolidado			
31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Total			
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		9.571.661	9.571.661
Aplicações financeiras	1.274.439	8.978.015	10.252.454
	1.274.439	18.549.676	19.824.115
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos (nota 14.1)	865.986		35.195
	865.986		35.195
Ativo biológico			26.097.164
			26.097.164
Total do Ativo	2.140.425	18.549.676	26.132.359
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		9.341.349	9.341.349
		9.341.349	9.341.349
Total do Passivo		9.341.349	9.341.349

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Total			
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		3.887.100	3.887.100
Aplicações financeiras	1.203.776	12.159.735	13.363.511
	1.203.776	16.046.835	17.250.611
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos (nota 14.1)	1.099.870		38.196
	1.099.870		38.196
Ativo biológico			22.283.001
			22.283.001
Total do Ativo	2.303.646	16.046.835	22.321.197
			40.671.678
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		10.454.820	10.454.820
		10.454.820	10.454.820
Total do Passivo		10.454.820	10.454.820

4.7 Cibersegurança

A Suzano possui uma Política Pública de Segurança da Informação, que visa estabelecer diretrizes, quanto ao gerenciamento e controles de segurança cibernética na Suzano, buscando mitigar vulnerabilidades, preservar e proteger os ativos, principalmente a informação e os dados pessoais, conforme leis, regulamentações e obrigações contratuais vigentes, contemplando a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade da informação. A Política estabelece responsabilidades para evitar danos, que podem representar impactos financeiros, à imagem e à reputação, exposição de informações, paralisação de operações, entre outros danos devido a ataques cibernéticos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados incidentes materiais associados a segurança cibernética que poderiam afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia.

4.8 Mudanças climáticas

4.8.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas.

Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

- i. eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
 - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e
 - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.
- ii. escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.
- iii. mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
- regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;
 - tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono. A Suzano deve continuar com investimentos em tecnologia para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;
 - de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão. O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à mudança na demanda e receita dos produtos da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e
 - reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.
- iv. Tempestades naturais, furacões e ciclones: eventos agravados pelas mudanças climáticas e podem gerar impactos, diretos e/ou indiretos, tanto nas operações industriais como nas florestais da Suzano (danos materiais e interrupções operacionais) além das operações logísticas e em sua cadeia de valor.

4.8.2 Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida e empréstimos sustentáveis (Sustainability Linked Bonds – “SLB” e Sustainability Linked Loans – “SLL”)

A Companhia emitiu títulos de dívida e empréstimos atrelados a metas de performance de sustentabilidade (“Sustainability Performance Targets – SPT”) relacionadas com a redução da intensidade de nossas emissões de gases do efeito estufa, redução da intensidade da captura de água para utilização em processos industriais, implementação de corredores ecológicos conectando áreas de vegetação nativa e o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança. O não atingimento dessas metas pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, enquanto que o atingimento pode gerar uma redução de custo nos SLL’s, conforme previsto nos respectivos contratos.

A Companhia realizou emissões de títulos baseados nos SLB Principles, ampliando ao longo do tempo o escopo das metas vinculadas a esses instrumentos, que passaram a contemplar, além de objetivos ambientais, metas sociais, incluindo diversidade, equidade e inclusão. As metas estabelecidas e seus respectivos impactos financeiros nos instrumentos classificados como SLBs estão detalhados nos prospectos públicos de cada operação.

Adicionalmente, a Companhia contratou Sustainability-Linked Loans (SLLs) junto a instituições financeiras e sindicatos de bancos comerciais, em conformidade com as diretrizes dos SLL Principles, reforçando a integração de critérios de sustentabilidade em sua estratégia de financiamento.

4.8.3 Gestão de riscos climáticos

A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, a identificação das variáveis envolvidas e o acompanhamento de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.8.4 Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

4.8.4.1 Títulos com cláusulas relacionadas à sustentabilidade

Conforme divulgado na nota 4.8.2, a Suzano tem emissões de Sustainability Linked Bonds (SLB) e Sustainability Linked Loan (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, biodiversidade e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Companhia como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de suas metas de longo prazo. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas de juros diferenciadas.

4.9 Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos ⁽¹⁾	4,00%	948.712	56.006	9.881.326	6.596.510
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo	101,37% do CDI	3.204.403	2.416.671	3.204.403	2.422.308
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo ⁽²⁾	4,58%			2.094.024	
		4.153.115	2.472.677	15.179.753	9.018.818

- (1) Refere-se, substancialmente, a aplicações em moeda estrangeira na modalidade Sweep Account, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado de forma automática e diariamente.
- (2) Refere-se a aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	99,71% do CDI	356.897	454.862	526.526	552.635
Títulos privados (CDBs)	100,91% do CDI	7.036.521	11.129.416	7.045.434	11.144.881
Títulos públicos	IPCA + 6,14%	1.274.439	1.203.776	1.274.439	1.203.776
Títulos privados (CDBs) ⁽¹⁾	99,61% do CDI	319.680	391.964	319.680	391.964
Título público - Instituto de Crédito Oficial (ICO)	12,64%	633.428		633.428	
Outros	99,99% do CDI	25.618		25.618	
		9.646.583	13.180.018	9.825.125	13.293.256
Em moeda estrangeira					
Títulos privados ⁽²⁾	4,68%			421.291	
Outros				6.038	70.255
				427.329	70.255
		9.646.583	13.180.018	10.252.454	13.363.511
Circulante		9.326.903	12.788.054	9.932.774	12.971.547
Não circulante		319.680	391.964	319.680	391.964

- (1) Refere-se a depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.
- (2) Refere-se as aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes no país				
Terceiros	1.917.786	1.989.455	1.918.437	1.989.455
Partes relacionadas (nota 11.1) ⁽¹⁾	68.209	83.343	68.209	83.343
Cientes no exterior				
Terceiros	423.488	614.293	4.705.509	7.090.160
Partes relacionadas (nota 11.1)	10.165.127	6.238.753		202
Perdas de crédito esperadas	(47.420)	(26.728)	(131.548)	(30.300)
	12.527.190	8.899.116	6.560.607	9.132.860

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. A decisão de ceder os recebíveis é continuamente reavaliada com base nas condições de mercado e na estratégia de fluxo de caixa da Companhia, podendo o volume de descontos variar ao longo do tempo. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6.616.450 no consolidado (R\$6.821.539 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

7.2 Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	12.225.818	8.569.103	5.794.713	8.216.570
Valores vencidos				
até 30 dias	171.946	194.975	465.967	682.142
31 a 60 dias	46.243	61.625	89.398	134.674
61 a 90 dias	28.664	24.963	44.305	38.187
91 a 120 dias	12.213	17.700	21.225	17.701
121 a 180 dias	12.205	10.045	45.072	12.402
A partir de 181 dias	30.101	20.705	99.927	31.184
	12.527.190	8.899.116	6.560.607	9.132.860

7.3 Movimentação das perdas de crédito esperadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(26.728)	(27.748)	(30.300)	(31.962)
(Provisão)/Reversões, líquidas	(37.932)	(3.772)	(119.417)	(2.585)
Baixa	16.611	5.589	16.937	5.790
Variação cambial	629	(797)	1.232	(1.543)
Saldo no final do exercício	(47.420)	(26.728)	(131.548)	(30.300)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4 Informações sobre os principais clientes

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 1 (um) cliente responsável por 11,05% da receita líquida total do segmento operacional celulose e 1 (um) cliente responsável por 12,45% no segmento operacional papel. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía cliente responsável acima de 10,00% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e papel.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	597.960	754.593	644.881	801.623
No exterior			1.713.394	1.510.985
Papel				
No Brasil	587.216	561.409	587.216	561.409
No exterior			507.999	362.027
Produtos em elaboração	100.742	101.068	113.212	135.380
Matérias-primas				
Madeira para produção	2.194.855	2.212.561	2.267.720	2.287.406
Insumos e embalagens	922.769	925.285	1.037.696	1.098.894
Materiais de almoxarifado e outros	1.199.345	1.030.776	1.491.820	1.302.534
Perdas estimadas	(195.857)	(87.566)	(208.091)	(97.934)
	5.407.030	5.498.126	8.155.847	7.962.324

8.1 Movimentação de perdas estimadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(87.566)	(81.517)	(97.934)	(95.053)
Adições	(142.697)	(77.921)	(150.133)	(83.705)
Reversões	3.263	3.105	8.498	6.352
Baixas	31.143	68.767	31.478	74.472
Saldo no final do exercício	(195.857)	(87.566)	(208.091)	(97.934)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia estoques oferecidos em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL – antecipações e impostos retidos	489.398	190.326	706.048	227.464
PIS/COFINS – sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	127.451	182.286	128.631	187.126
PIS/COFINS – operações	531.958	753.996	567.872	789.667
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽²⁾	320.956	400.556	324.819	405.407
ICMS – sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	461.048	462.862	472.382	471.825
ICMS – operações ⁽⁴⁾	1.642.105	1.422.981	1.889.151	1.654.162
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	57.110	69.462	58.790	70.610
Outros impostos e contribuições	111.625	56.471	119.406	64.444
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.566.791)	(1.397.163)	(1.775.113)	(1.581.961)
	<u>2.174.860</u>	<u>2.141.777</u>	<u>2.491.986</u>	<u>2.288.744</u>
Circulante	1.256.811	996.934	1.546.287	1.109.619
Não circulante	918.049	1.144.843	945.699	1.179.125

(1) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.

(2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.

(3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado (“CIAP”).

(4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de papel e bens de consumo (tissue) no mercado interno.

(5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras (“Reintegra”): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

(6) Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização.

9.1 Movimentação da provisão para perda

	Controladora		ICMS Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.397.163)	(1.265.236)	(1.581.961)	(1.452.435)
Adição	(349.824)	(293.128)	(374.166)	(316.741)
Reversão ⁽¹⁾	180.196	160.000	181.014	186.014
Baixa		1.201		1.201
Saldo no final do exercício	(1.566.791)	(1.397.163)	(1.775.113)	(1.581.961)

(1) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros.

9.2 Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2026	1.546.287
2027	297.806
2028	328.441
2029	162.888
2030 em diante	156.564
	2.491.986

10 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa de fomento florestal	2.675.673	2.402.200	2.788.262	2.503.537
Adiantamentos a fornecedores - outros	64.630	76.799	76.818	92.133
	2.740.303	2.478.999	2.865.080	2.595.670
Circulante	64.630	76.799	76.818	92.133
Não circulante	2.675.673	2.402.200	2.788.262	2.503.537

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11 PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber; (iii) reembolso de despesas e (iv) serviços sociais.

Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas; (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária e (ix) juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários; (v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1 Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional ⁽⁶⁾	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com acionista controlador								
Suzano Holding S.A. ⁽¹⁾		4	(412.146)	(630.387)			(310)	66
Controladores ⁽¹⁾			(219.817)	(336.205)				
Administradores e pessoas vinculadas ⁽¹⁾			(36.053)	(55.627)				
Alden Fundo de Investimento em Ações ⁽¹⁾			(30.444)	(52.764)				
		4	(698.460)	(1.074.983)			(310)	66
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Fibria Celulose (U.S.A.) INC.	1.976.294	1.832.466		(5.996)	(236.645)	198.676	5.591.480	5.976.482
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	383	30	(12.398)	(13.961)	(14)	7	(65.756)	(30.027)
FuturaGene Ltd.					26	(10)	(776)	(1.188)
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	75	52	(56.414)	(41.766)	7	8	(73.185)	(70.883)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.		449						
Mucuri Energética S.A.	356	45		(2.259)	1	7	163	(2.254)
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	84	94	(22.500)	(22.055)			(71.656)	(83.795)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	10.151	6.949	(10.235)	(5.946)	25	33	(87.842)	(82.209)
SBFC Participações Ltda.			(2.025)	(3.649)			7	56
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	20.568	22.899	(808)	(778)	(4.467)	5.723	137.621	77.130
Suzano Austria GmbH ⁽²⁾			(36.880.870)	(45.963.468)	2.929.161	(12.090.598)		
Suzano Ecuador S.A.S.	65.670	38.649			(5.022)	7.740	64.381	46.492
Suzano Finland Oy								(36)
Suzano International Finance B.V. ⁽²⁾		17.557	(11.817.854)	(16.587.269)	966.952	(4.371.803)		
Suzano International Trading GmbH ⁽²⁾	6.297.405	3.028.890	(7.571.923)	(8.569.050)	59.274	(2.045.809)	20.424.253	24.266.289
Suzano Material Technology Development Ltd.		95			(11)	20		147
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.							688	974
Suzano Pulp and Paper America Inc.	466.058	222.692		(16.680)	(22.242)	31.414	379.776	385.185
Suzano Shanghai Ltd. ⁽²⁾	1.339.133	1.075.599			(110.915)	84.223	4.874.006	1.534.805

Suzano Ventures LLC		156			(5)	(6)	(413)	156
Veracel Celulose S.A.	11						6.576	(11.593)
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.			(8.342)	(8.342)				
Suzano Netherlands B.V. ⁽²⁾			(4.588.858)		(95.902)			
Suzano Packaging LLC	48						48	
	10.176.240	6.246.622	(60.972.227)	(71.241.219)	3.480.223	(18.180.375)	31.179.371	32.005.731
	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional ⁽⁶⁾	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores	914	61					1.399	538
Bexma Participações Ltda.	6						21	7
Naman Capital Ltda.							7	9
Civelec Participações Ltda.	2.895	3.860			93	28		
Fundação Arymax	5						13	5
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽³⁾	68.209	83.343	(658)	(1.413)			189.280	211.482
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	2	21					(4.961)	(5.173)
IPLF Holding S.A.		1					5	10
Mabex Representações e Participações Ltda.			(16)	(23)			(1.165)	(915)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.			(7)				(186)	(177)
	72.031	87.286	(681)	(1.436)	93	28	184.413	205.786
	10.248.271	6.333.912	(61.671.368)	(72.317.638)	3.480.316	(18.180.347)	31.363.474	32.211.583
Ativo								
Contas a receber de clientes (nota 7)	10.233.336	6.322.096						
Dividendos a receber	5.730	6.113						
Outros ativos	9.205	5.703						
Passivo								
Fornecedores (nota 17)			(119.869)	(144.898)				
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽⁴⁾			(698.460)	(1.074.962)				
Empréstimos com partes relacionadas – circulante ⁽⁵⁾			(6.188.353)	(5.610.208)				
Empréstimos com partes relacionadas – não circulante ⁽⁵⁾			(54.664.686)	(65.487.570)				
	10.248.271	6.333.912	(61.671.368)	(72.317.638)				

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

(2) Refere-se ao total entre curto e longo prazo dos empréstimos com partes relacionadas.

(3) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

(4) O montante de R\$698.460 refere-se aos dividendos a pagar para os acionistas controladores e o montante de R\$689.160 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R\$1.387.620.

(5) Os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo de vencimento remanescente entre 2 e 22 anos, sendo remunerados à taxa variável de SOFR acrescida de spread entre 1,41% a.a. e 2,74% a.a., bem como a taxas fixas entre 3,53% a.a. e 7,59% a.a., compatíveis com condições de mercado. As operações estão sujeitas aos encargos contratuais usuais.

(6) Refere-se à transações de compra e venda.

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado operacional	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com acionista controlador						
Suzano Holding S.A. ⁽¹⁾		4	(412.146)	(630.387)	(310)	66
Controladores ⁽¹⁾			(219.817)	(336.205)		
Administradores e pessoas vinculadas ⁽¹⁾			(36.053)	(55.627)		
Alden Fundo de Investimento em Ações ⁽¹⁾			(30.444)	(52.764)		
		4	(698.460)	(1.074.983)	(310)	66
Transações com empresas controladas e operações em conjunto						
Administradores	914	61			1.399	538
Bexma Participações Ltda.	6				21	7
Naman Capital Ltda.					7	9
Civelec Participações Ltda.	2.895	3.860				
Fundação Arymax	5				13	5
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽²⁾	68.209	83.343	(658)	(1.413)	189.280	211.482
Instituto Ecofuturo – Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	2	21			(4.961)	(5.173)
IPLF Holding S.A.		1			5	10
Mabex Representações e Participações Ltda.			(16)	(23)	(1.165)	(915)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.			(7)		(186)	(177)
Woodspin Oy		203			625	854
	72.031	87.489	(681)	(1.436)	185.038	206.640
	72.031	87.493	(699.141)	(1.076.419)	184.728	206.706
Ativo						
Contas a receber de clientes (nota 7)	68.209	83.545				
Outros ativos	3.822	3.948				
Passivo						
Fornecedores (nota 17)			(681)	(1.457)		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽³⁾			(698.460)	(1.074.962)		
	72.031	87.493	(699.141)	(1.076.419)		

(1) Refere-se à juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

(2) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

(3) O montante de R\$698.460 refere-se aos dividendos a pagar para os acionistas controladores e o montante de R\$694.661 refere-se, aos outros acionistas não controladores pulverizados, totalizando R\$1.393.121.

11.2 Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	40.480	48.469
Benefícios direto ou indireto	1.331	1.896
Bônus	23.901	14.881
	65.712	65.246
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	92.114	99.051
	92.114	99.051
	157.826	164.297

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social – INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem planos de ações fantasmas (*"Phantom Shares - PS"*), ações de desempenho (*"Performance Shares"*) e direitos de valorização de ações (*share appreciation rights - SAR*) destinados a executivos e membros-chave da Administração, conforme regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não bitributação ao lucro da referida controlada em 2025. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22/IFRIC 23) estão apresentadas na nota 20.2.

12.1 Impostos diferidos

12.1.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda	975.963	783.307	982.480	796.831
Base negativa da contribuição social	379.179	302.233	381.600	307.143
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	256.624	309.387	269.757	324.873
Provisões operacionais	538.737	500.193	559.288	515.779
Provisões para perdas diversas	548.737	484.411	619.567	547.242
Provisão para passivo atuarial	242.783	237.893	251.990	245.331
Variação cambial	3.443.822	7.385.034	3.443.822	7.385.034
Perdas com derivativos ("MtM") ⁽¹⁾		2.230.835		2.230.835
Amortização da mais valia decorrente de combinação de negócios	620.973	625.745	620.973	625.745
Lucro não realizado nos estoques	237.740	539.157	237.740	539.157
Arrendamento ⁽¹⁾	537.915	602.349	541.431	606.944
	7.782.473	14.000.544	7.908.648	14.124.914
Diferenças temporárias passivas				
Ágio – Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.878.119	1.589.887	1.878.119	1.589.887
Imobilizado - Custo atribuído	985.082	1.065.042	985.901	1.066.883
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração ⁽²⁾	668.603	733.640	668.603	733.640
Juros capitalizados	937.829	947.482	937.829	947.482
Valor justo dos ativos biológicos	1.404.683	1.318.223	1.425.535	1.317.095
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/ menos valia alocado, líquido			313.464	342.141
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	113.690	136.189	115.003	137.928
Ganhos com derivativos ("MtM") ⁽¹⁾	64.635		66.308	
Demais diferenças temporárias	17.712	8.396	13.872	18.439
	6.070.353	5.798.859	6.404.634	6.153.495
Ativo não circulante	1.712.120	8.201.685	1.504.014	7.984.015
Passivo não circulante				12.596

- (1) A Companhia apresenta o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R\$3.065.768 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.001.133 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.552.449 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R\$1.767.605 e a diferença temporária ativa de R\$2.309.036 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R\$2.370.791 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).
- (2) A depreciação incentivada é atribuída somente ao IRPJ.

12.1.2 Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	3.903.852	3.133.228	3.929.920	3.187.324
Base negativa da contribuição social a compensar	4.213.100	3.358.144	4.240.000	3.412.700

12.1.3 Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	8.201.685	813.936	7.971.419	533.836
Prejuízo fiscal do imposto de renda	192.656	(421.334)	185.649	(413.137)
Base negativa da contribuição social	76.946	(152.855)	74.457	(149.887)
Provisão para passivos judiciais	(52.763)	(579)	(55.116)	715
Provisões operacionais e para perdas diversas	107.760	95.133	122.493	93.545
Variação cambial	(3.941.212)	5.000.881	(3.941.212)	5.000.881
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	(2.295.470)	2.908.925	(2.297.143)	2.908.925
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	(4.772)	(28.613)	23.905	193
Lucro não realizado nos estoques	(301.417)	387.579	(301.417)	387.579
Arrendamento	(64.434)	247.067	(65.513)	250.834
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(288.232)	(288.233)	(288.232)	(288.233)
Imobilizado - custo atribuído	79.960	69.907	80.982	70.600
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	65.037	66.217	65.037	66.217
Juros capitalizados	9.653	(307.419)	9.653	(307.419)
Valor justo do ativo biológico	(86.460)	(207.863)	(108.440)	(201.663)
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	22.499	12.558	22.925	12.763
Demais diferenças temporárias	(9.316)	6.378	4.567	5.670
No final do exercício	1.712.120	8.201.685	1.504.014	7.971.419

12.1.4 Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com suas controladas no exterior. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no

mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2026	1.169.837
2027	1.524.427
2028	161.503
2029	1.216.787
2030	635.656
2031 a 2033	623.567
2034 a 2035	2.576.871
	7.908.648

O prazo de realização dos tributos diferidos ativo acompanha, substancialmente a realização da variação cambial, quando da liquidação dos empréstimos e financiamentos.

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	20.009.376	(13.440.238)	20.411.174	(13.111.053)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(6.803.188)	4.569.681	(6.939.799)	4.457.758
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Impacto da diferença de tributação de resultado de controladas no Brasil e no exterior ⁽¹⁾	(171.222)	(128.388)	(323.634)	484.717
Resultado de equivalência patrimonial	73.262	746.521	(32.580)	(4.707)
Juros sobre capital próprio		850.000		850.000
Crédito Programa Reintegra	11.122	11.581	11.449	11.896
Gratificações dos diretores	(26.605)	(9.530)	(26.950)	(9.587)
Incentivos fiscais aplicáveis (nota 12.3)	258.063	322.484	289.309	336.541
Outras (adições)/ exclusões permanentes	57.381	3.691	48.718	(60.271)
	(6.601.187)	6.366.040	(6.973.487)	6.066.347
Imposto de renda				
Corrente	(60.520)	(740.352)	(409.896)	(999.421)
Diferido	(4.732.203)	5.505.895	(4.733.439)	5.482.647
	(4.792.723)	4.765.543	(5.143.335)	4.483.226
Contribuição social				
Corrente	(92.301)	(356.594)	(108.483)	(366.178)
Diferido	(1.716.163)	1.957.091	(1.721.669)	1.949.299
	(1.808.464)	1.600.497	(1.830.152)	1.583.121
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	(6.601.187)	6.366.040	(6.973.487)	6.066.347

(1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior.

12.3 Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2032
São Luís (MA)	Itacel	2033
Eunápolis (BA)	Veracel	2033
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2034

12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva Global Anti-Base Erosion Rules ("GloBE"). No contexto da Suzano, a conformidade com as diretrizes da OCDE em matéria de tributação internacional é uma prioridade estratégica.

Muitos dos países já divulgaram legislações ou planos sobre a adoção das regras do Pilar Dois e do cálculo da receita GloBE, considerando a taxa mínima global de 15% para as multinacionais com receita consolidada acima de EUR750 milhões.

Desde 2024, a Companhia está sujeita a essas novas regras em determinadas jurisdições europeias onde opera, destacando-se a Áustria como operação relevante.

E a partir de 2025, a Companhia está sujeita ao Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que consiste na resposta da legislação brasileira às regras GloBE e atinge grupos empresariais com carga tributária de IRPJ e CSLL inferior a 15% no Brasil.

Considerando as apurações das Regras Simplificadoras GloBE de Transição (RSGT) que têm sido realizadas, até o momento não houve impacto nas demonstrações financeiras em função deste tema.

A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade tributária e continuará conduzindo ações necessárias para assegurar a implementação adequada da nova regra nas jurisdições que atua, alinhando-se às melhores práticas globais e à legislação vigente.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	21.523.239	17.613.303	22.283.001	18.278.582
Adições	7.681.024	6.874.237	7.913.483	7.180.450
Incorporação de controladas		386.518		
Aquisição de controladas				366.785
Exaustões	(5.113.616)	(4.611.039)	(5.352.271)	(4.831.916)
Transferências	15.233	102.790	15.233	102.790
Ganho na atualização do valor justo (nota 29)	1.379.626	1.399.808	1.516.458	1.431.530
Alienações	(107.815)	(130.264)	(107.815)	(130.922)
Baixas	(171.234)	(112.114)	(170.925)	(114.298)
Saldo no final do exercício	25.206.457	21.523.239	26.097.164	22.283.001

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio de dados não observáveis, portanto se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo.

As premissas de Incremento Médio Anual ("IMA") e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- (i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- (ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- (iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- (iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- (v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia e com terceiros independentes; e
- (vi) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost of Capital – WACC").

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Área útil plantada produtiva (hectare) elegível ao cálculo do valor justo	1.228.834	1.243.191
Ativos maduros (6 a 7 anos)	173.476	191.737
Ativos imaturos (1 a 5 anos)	1.055.358	1.051.454
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	37,46	37,62
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	111,90	101,38
Taxa de desconto (após os impostos)	8,10%	8,80%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Mudanças físicas e taxa de desconto ⁽¹⁾	325.445	609.259
Preço da madeira	1.191.013	822.271
	1.516.458	1.431.530

1) Inclui a variação dos indicadores: IMA, taxa de desconto e área.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento por meio de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Companhia especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.8).

A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

14 INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	9.963.363	9.940.193	264.312	453.371
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	610.201	661.111		
Investimentos - Ágio ⁽¹⁾		225.486	29.384	225.486
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽²⁾	25.975	27.823	901.181	1.138.066
	10.599.539	10.854.613	1.194.877	1.816.923
Investimentos	10.606.590	10.880.920	1.194.877	1.816.923
Provisão para perda em investimentos em controladas	(7.051)	(26.307)		
	10.599.539	10.854.613	1.194.877	1.816.923

(1) Refere-se à operação com a coligada Spinnova Plc, envolvendo a joint venture Woodspin Oy e a controlada Suzano Finland Oy, bem como à operação com a coligada Ensyn Corporation, envolvendo a joint venture F&E Technologies LLC e a controlada F&E Tecnologia do Brasil S.A. (nota 14.3).

(2) Inclui valor justo da mensuração da Lenzing Aktiengesellschaft. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do investimento era de R\$865.986 no consolidado (R\$1.099.870 em 31 de dezembro de 2024).

14.2 Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em			Participação da Companhia			
	31/12/2025			No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	214	18	100,00%		200	(198)	1
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	318.396	(14.135)	100,00%	318.396	327.430	(14.135)	(15.118)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	393.284	(803)	100,00%	393.284	394.086	(803)	1.890
Mucuri Energética S.A.	113.935	7.796	100,00%	113.935	106.136	7.796	7.578
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	34.181	721	100,00%	34.181	33.458	721	1.779
Portocel – Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	285.976	60.200	51,00%	145.848	131.071	30.702	30.696
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	9.064	(503)	100,00%	9.064	9.567	(503)	8.412
SFBC Participações Ltda.	7.156	157	100,00%	7.156	6.998	157	616
Veracel Celulose S.A.	3.000.045	228.848	50,00%	1.500.022	1.386.559	114.424	(42.988)
Timber							(67.525)
No exterior							
Ensyn Corporation					2	4.657	(6.966)
Fibria Celulose (USA) Inc.	132.527	155.831	100,00%	132.527	(23.305)	155.831	9.044
FuturaGene Ltd.	15.177	(79.257)	100,00%	15.177	4.700	(79.257)	(38.024)
Spinova Plc. ⁽¹⁾	289.950	(217.242)	18,76%	54.393	95.254	(40.714)	(19.690)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	45.726	(40.522)	100,00%	45.726	86.248	(40.522)	34.403
Suzano Austria GmbH.	453.188	143.241	100,00%	453.188	309.946	143.241	253.424
Suzano Canada Inc.	6.869	(23.476)	100,00%	6.869	14.460	(23.476)	(18.988)
Suzano Ecuador S.A.S.	(7.051)	(6.826)	100,00%	(7.051)	(236)	(6.826)	(3.219)
Suzano Finland Oy ⁽²⁾					84.578	(114.654)	(38.651)
Suzano International Finance B.V.	223.614	(53.305)	100,00%	223.614	222.981	(53.305)	43.321
Suzano International Holding B.V.	344	(47.395)	100,00%	344	33	(47.395)	(236)
Suzano International Trade GmbH.	5.877.460	(660)	100,00%	5.877.460	6.200.964	(660)	1.963.144
Suzano Material Technology Development Ltd.	23.811	(13.728)	100,00%	23.811	37.539	(13.728)	(5.559)
Suzano Netherlands B.V.	39.191	(17.131)	100,00%	39.191	44	(17.131)	(279)
Suzano Pulp and Paper America Inc.	21.333	8.338	100,00%	21.333	12.995	8.338	13.610
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	14.135	(4.360)	100,00%	14.135	18.495	(4.360)	(113)
Suzano Shanghai Ltd.	258.372	179.789	100,00%	258.372	78.584	179.789	71.053
Suzano Shanghai Trading	2.520	(254)	100,00%	2.520	2.775	(254)	174
Suzano Singapore PTE. LTD.	3.337	6.103	100,00%	3.337	(2.766)	6.103	(3.541)
Suzano Trading International KFT	289	(276)	100,00%	289	64	(276)	(140)
Suzano Ventures LLC	74.855	(8.918)	100,00%	74.855	73.278	(8.918)	4.731
				9.761.976	9.612.138	184.644	2.182.839
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Biomás - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	23.678	(40.506)	16,66%	3.945	2.923	(6.476)	(4.875)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	395.675	32.526	49,90%	197.442	193.901	16.230	37.199
No Exterior							
F&E Technologies LLC					6.378	(4.041)	
Woodspin Oy ⁽²⁾					124.853	(124.372)	(19.513)
				201.387	328.055	(118.659)	12.811
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				610.201	661.111		
Ágio ⁽²⁾					225.486	(224.096)	
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				25.975	27.823		
				636.176	914.420	(224.096)	
Total				10.599.539	10.854.613	(158.111)	2.195.650

- (1) Em 31 de dezembro de 2025, o preço da ação cotado na *Nasdaq First North Growth Market* (NFNGM) era no valor nominal de EUR 0,61 e de EUR 0,95 em 31 de dezembro de 2024.
- (2) Refere-se à operação com a coligada Spinova Plc, envolvendo a joint venture Woodspin Oy e a controlada Suzano Finland Oy, bem como à operação com a coligada Ensyn Corporation, envolvendo a joint venture F&E Technologies LLC e a controlada F&E Tecnologia do Brasil S.A. (nota 14.3).

14.3 Movimentação dos investimentos, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	10.854.613	15.344.834	1.816.923	608.013
Resultado de equivalência patrimonial ^{(1) (2)}	(181.758)	2.195.650	(403.969)	(13.845)
Aumento de capital em controladas	332.892	486.449	21.979	41.281
Amortização de mais valia de controladas	(50.910)	(51.160)		
Aquisição de controladas		2.143.821		1.440.507
Dividendos distribuídos	(28.619)	(6.992.657)	(12.689)	
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(220.314)	(362.797)	(220.314)	(362.797)
Ganho atuarial de benefícios pós emprego das Controladas, líquido de IR/CSLL	(960)	3.584		
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, líquido de IR/CSLL	(105.405)	163.185	(16.444)	73.708
Incorporação de controladas		(2.076.296)		
Outras movimentações			9.391	30.056
	10.599.539	10.854.613	1.194.877	1.816.923
Reclassificação para provisão para perda em investimentos em controladas	7.051	26.307		
Saldo no final do exercício	10.606.590	10.880.920	1.194.877	1.816.923

- (1) Em agosto de 2025, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação na Woodspin Oy e na Suzano Finland Oy para a Spinnova Plc, pelo valor simbólico de 1 euro cada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em decorrência dessa transação, foram reconhecidos os seguintes efeitos contábeis que impactaram substancialmente a rubrica de equivalência patrimonial: R\$ (117.447) referentes ao impairment do investimento, R\$ (28.679) referentes à obrigação de aporte adicional de capital e R\$ 15.636 referentes à realização de outros resultados abrangentes da joint venture Woodspin Oy; R\$ (63.634) relativos à baixa do ágio da coligada Spinnova Plc; e R\$ (88.871) referentes ao impairment do investimento na controlada Suzano Finland Oy.
- (2) Em novembro de 2025, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na Ensyn Corporation, liquidou a empresa F&E Technologies LLC e reconheceu impairment dos investimentos na F&E Tecnologia do Brasil S.A., ambos relacionados à mesma tecnologia desenvolvida pela Ensyn. Em 31 de dezembro de 2025, como resultado dessa transação, foram registrados os seguintes efeitos contábeis, que impactaram a rubrica de equivalência patrimonial: (i) R\$ (160.462) referentes à baixa do ágio da Ensyn, R\$ 371 relativos à realização da provisão para perdas em investimentos e R\$ 9.896 referentes à realização de outros resultados abrangentes.

15 IMOBILIZADO

	Controladora					Consolidado	
	Total	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média a.a. %			3,28	7,46		20,69	
Custo acumulado	88.160.426	14.859.189	10.032.317	48.456.537	17.485.109	1.491.663	92.324.815
Depreciação acumulada	(31.154.253)		(4.125.823)	(27.918.585)		(991.338)	(33.035.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.006.173	14.859.189	5.906.494	20.537.952	17.485.109	500.325	59.289.069
Adições	7.763.746	697	558	415.147	7.490.762	28.904	7.936.068
Incorporação de controladas	1.702.655						
Aquisição de controladas		1.699.588	775	413		1.992	1.702.768
Baixas	(136.940)	(10.724)	(7.455)	(118.499)		(9.324)	(146.002)
Depreciação	(3.600.107)		(366.398)	(3.214.550)		(222.993)	(3.803.941)
Transferências e outros	8.078	226.598	3.988.619	16.660.035	(21.465.336)	598.162	8.078
Custo acumulado	94.420.319	16.775.348	13.816.631	62.822.096	3.510.535	1.806.592	98.731.202
Depreciação acumulada	(31.676.714)		(4.294.038)	(28.541.598)		(909.526)	(33.745.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.743.605	16.775.348	9.522.593	34.280.498	3.510.535	897.066	64.986.040
Adições	4.083.644	3.080	262	649.533	3.880.270	45.681	4.578.826
Baixas	(339.874)	(64.222)	(54.566)	(152.457)		(154.907)	(426.152)
Depreciação	(4.631.292)		(434.875)	(4.123.031)		(287.270)	(4.845.176)
Transferências e outros	2.649	5.980	896.470	3.524.210	(4.626.006)	201.995	2.649
Custo acumulado	97.574.890	16.720.186	14.589.194	66.353.229	2.764.799	1.830.011	102.257.419
Depreciação acumulada	(35.716.158)		(4.659.310)	(32.174.476)		(1.127.446)	(37.961.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.858.732	16.720.186	9.929.884	34.178.753	2.764.799	702.565	64.296.187

- (1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento material que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

15.1 Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia, compostos substancialmente pelas unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Imperatriz, estão apresentados a seguir:

	Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	Financeiro/Jurídico	25.562	24.427
Imóveis	Financeiro	1.719.004	1.755.082
Máquinas, equipamentos e instalações	Financeiro	19.437.703	20.442.189
Imobilizado em andamento	Financeiro	339.063	427.998
Outros	Financeiro	48.475	43.487
		21.569.807	22.693.183

15.2 Custos de empréstimos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$274.731 na controladora e no consolidado (R\$959.968 em 31 de dezembro de 2024). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 13,35% a.a. na controladora e no consolidado (11,17% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

15.3 Descomissionamento de ativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava o montante de R\$68.681 na controladora e no consolidado (R\$65.327 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de uma obrigação presente baseada em eventos futuros de descomissionamento de aterros industriais. O passivo correspondente está registrado a rubrica de "Outros passivos", segregado entre circulante e não circulante, conforme a expectativa de liquidação.

16 INTANGÍVEL

16.1 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ágio – Facepa (Fábrica de Tissue em Belém/PA)	119.332	119.332
Ágio – Fibria	7.897.051	7.897.051
Ágio – MMC Brasil (Fábrica de Tissue em Mogi das Cruzes/SP)	170.859	170.859
Outros ⁽¹⁾	5.097	5.097
	8.192.339	8.192.339

(1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 28.4.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Celulose, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2025 foram utilizados, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2030 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,63% a.a., a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,87% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital – WACC*").

Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (US\$/tonelada)	634,3
Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (US\$/tonelada)	681,4
Taxa de câmbio médio (R\$/US\$)	5,46
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,87% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,3% a.a.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2025, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Papel, o teste de recuperabilidade dos ativos é realizado anualmente com base na estimativa do valor justo líquido de despesas de venda, determinado por meio da aplicação de múltiplos de mercado EV/EBITDA, considerando empresas comparáveis do mesmo setor e as características específicas das operações da Companhia. Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2025, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

Se a taxa de desconto depois dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa de ambas as unidades geradoras de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (9,87% ao invés de 8,87%), a Companhia ainda não precisaria registrar uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia avaliou possíveis mudanças nas premissas de preço e câmbio e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil das unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício		5.076.605	5.941.202	5.709.964	6.557.009
Adições		70.781	114.118	82.492	161.779
Baixas				(3.015)	
Amortização		(975.848)	(978.715)	(1.011.088)	(1.008.824)
No final do exercício		4.171.538	5.076.605	4.778.353	5.709.964
		Taxa média % a.a.			
Representados por					
Acordo de não competição					4.508
Concessão de portos	3,94	39.444	41.591	621.842	632.253
Contratos de fornecedores	12,70	11.111	25.925	11.111	25.925
Contratos de serviços portuários	4,26	489.054	518.417	491.094	520.459
Cultivares			20.391		20.391
Marcas e patentes	8,14	154.317	169.861	154.846	170.306
Relacionamento com clientes	9,10	3.283.919	4.104.900	3.283.919	4.104.900
Softwares	25,45	193.598	193.470	206.635	201.476
Outros	10,00	95	2.050	8.906	29.746
		4.171.538	5.076.605	4.778.353	5.709.964
Custo		11.764.078	11.694.111	12.617.166	12.540.497
Amortização		(7.592.540)	(6.617.506)	(7.838.813)	(6.830.533)
No final do exercício		4.171.538	5.076.605	4.778.353	5.709.964

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento material que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) dos ativos intangíveis com vida útil definida.

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional				
Terceiros ⁽¹⁾	3.739.280	4.353.503	4.065.115	4.681.065
Partes relacionadas (nota 11.1) ⁽²⁾	112.595	105.431	681	1.457
Em moeda estrangeira				
Terceiros	197.406	529.964	1.075.590	1.350.763
Partes relacionadas (nota 11.1)	7.274	39.467		
	4.056.555	5.028.365	5.141.386	6.033.285

(1) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2025 era de R\$438.830 (R\$555.063 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado.

(2) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

17.1 Compromissos de longo prazo – Consolidado

17.1.1 Contratos de longo prazo com cláusula de fornecimento mínimo

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade take or pay com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$25.236.794 (R\$26.239.939 em 31 de dezembro de 2024).

17.1.2 Permuta e Aquisição de ativos biológicos

Em linha com a estratégia da Companhia de expansão florestal e otimização do abastecimento de madeira para suas operações no Estado de Mato Grosso do Sul, foram celebrados, em agosto de 2025, contratos de permuta e aquisição de ativos biológicos. Nos termos desses contratos, a Companhia receberá volumes determinados de ativos biológicos entre os anos de 2025 e 2027. Em contrapartida, no âmbito do contrato de permuta, deverá ceder volumes equivalentes entre 2028 e 2031.

Em 15 de setembro de 2025, foi realizado um pagamento no valor de R\$878.049 referente ao contrato de permuta. Os valores remanescentes a pagar totalizam R\$1.962.554, sendo R\$819.970 com vencimento em 2026 e R\$1.142.584 em 2028, conforme cronograma contratual.

18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Controladora					
				Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda estrangeira									
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,2%	21.416	965.246	1.925.230		1.946.646	965.246
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,0%	107.159	137.300	178.529	298.252	285.688	435.552
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	5,5%	6.039	7.297	684.513	769.702	690.552	776.999
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	USD	SOFR	5,2%	(5.485)	(12.051)	5.182.737	5.858.208	5.177.252	5.846.157
Outros				2.533	880			2.533	880
				131.662	1.098.672	7.971.009	6.926.162	8.102.671	8.024.834
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBDES	6,6%	5.794	157	468.025	157.555	473.819	157.712
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	85.372	79.869		86.444	85.372	166.313
BNDES	BRL	TLP	13,5%	177.227	93.426	5.350.771	4.410.560	5.527.998	4.503.986
BNDES	BRL	SELIC	16,1%	282.017	243.223	514.605	704.825	796.622	948.048
BNDES	BRL	TR	4,0%	9.933	84	153.762	70.015	163.695	70.099
Financiamento de ativos	BRL	CDI	15,5%	18.799	18.427	38.214	56.956	57.013	75.383
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	13,7%	369.572	312.652	5.000.000	2.000.000	5.369.572	2.312.652
CPR - Cédula de produto rural	BRL	CDI/IPCA	14,2%	41.894		1.954.436		1.996.330	
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	14,1%	127.247	120.931	9.179.399	9.738.616	9.306.646	9.859.547
				1.117.855	868.769	22.659.212	17.224.971	23.777.067	18.093.740
				1.249.517	1.967.441	30.630.221	24.151.133	31.879.738	26.118.574
Juros sobre financiamento				337.378	313.081			337.378	313.081
Financiamentos captados a longo prazo				912.139	1.654.360	30.630.221	24.151.133	31.542.360	25.805.493
				1.249.517	1.967.441	30.630.221	24.151.133	31.879.738	26.118.574

(1) Os saldos apresentados como negativos incluem custos de captação ("fees").

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda estrangeira									
Bonds	USD	Fixo	5,0%	815.478	3.229.641	42.405.964	49.166.804	43.221.442	52.396.445
Panda Bonds	CNY	Fixo	2,7%	6.785	4.224	2.039.941	1.016.331	2.046.726	1.020.555
Créditos de exportação (“Pré-pagamento de exportação”)	USD	SOFR/Fixo	5,1%	923.820	6.236.806	16.901.305	16.283.736	17.825.125	22.520.542
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	5,7%	17.426	7.297	1.778.184	769.702	1.795.610	776.999
Financiamento de ativos	USD	SOFR	2,9%	107.159	137.300	178.526	298.252	285.685	435.552
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	USD	SOFR	5,2%	(5.485)	(12.051)	5.182.737	5.858.208	5.177.252	5.846.157
Outros				5.516	4.210		4.455	5.516	8.665
				1.870.699	9.607.427	68.486.657	73.397.488	70.357.356	83.004.915
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBDES	6,6%	5.794	157	468.025	157.555	473.819	157.712
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	89.150	100.556	11.802	101.587	100.952	202.143
BNDES	BRL	TLP	13,5%	178.549	94.903	5.562.188	4.607.102	5.740.737	4.702.005
BNDES	BRL	SELIC	16,1%	282.017	243.223	514.605	704.825	796.622	948.048
BNDES	BRL	TR	4,0%	9.933	84	153.762	70.015	163.695	70.099
Financiamento de ativos	BRL	CDI	15,5%	18.799	18.427	38.214	56.956	57.013	75.383
NCE (“Nota de Crédito à Exportação”)	BRL	CDI	16,2%	4.157	3.027	100.000	100.000	104.157	103.027
NCR (“Nota de Crédito Rural”)	BRL	CDI	13,7%	369.572	312.652	5.000.000	2.000.000	5.369.572	2.312.652
ECO INVEST - Crédito Agroindustria	BRL	CDI	13,4%	7.094		327.263		334.357	
CPR - Cédula de produto rural	BRL	CDI/IPCA	14,2%	41.894		1.954.437		1.996.331	
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	14,1%	127.247	120.931	9.179.399	9.738.616	9.306.646	9.859.547
				1.134.206	893.960	23.309.695	17.536.656	24.443.901	18.430.616
				3.004.905	10.501.387	91.796.352	90.934.144	94.801.257	101.435.531
Juros sobre financiamento				1.525.436	1.541.312			1.525.436	1.541.312
Financiamentos captados a longo prazo				1.479.469	8.960.075	91.796.352	90.934.144	93.275.821	99.894.219
				3.004.905	10.501.387	91.796.352	90.934.144	94.801.257	101.435.531

(1) Os saldos apresentados como negativos incluem custos de captação ("fees").

18.2 Cronograma de vencimentos - não circulante

							Controladora
	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Financiamento de ativos	106.899	65.487	6.143				178.529
ECA - Export Credit Agency					684.513		684.513
IFC - International Finance Corporation	278.177	1.415.340	2.304.815	1.184.405			5.182.737
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")			122.276	1.619.817	183.137		1.925.230
	<u>385.076</u>	<u>1.480.827</u>	<u>2.433.234</u>	<u>2.804.222</u>	<u>867.650</u>		<u>7.971.009</u>
Em moeda nacional							
BNDES – TLP	159.985	157.152	142.987	364.253	456.098	4.070.296	5.350.771
BNDES - UMBNDES	10.100	10.100	10.100	10.100	10.100	417.525	468.025
BNDES – Selic	39.390	39.390	39.390	39.390	39.390	317.655	514.605
BNDES – TR	11.068	11.068	11.068	11.068	11.068	98.422	153.762
CPR ("Cédula de produto rural")						1.954.436	1.954.436
NCR ("Nota de Crédito Rural")				2.000.000	3.000.000		5.000.000
Financiamento de ativos	19.113	19.033	68				38.214
Debêntures				553.536	500.000	8.125.863	9.179.399
	<u>239.656</u>	<u>236.743</u>	<u>203.613</u>	<u>2.978.347</u>	<u>4.016.656</u>	<u>14.984.197</u>	<u>22.659.212</u>
	<u>624.732</u>	<u>1.717.570</u>	<u>2.636.847</u>	<u>5.782.569</u>	<u>4.884.306</u>	<u>14.984.197</u>	<u>30.630.221</u>

						Consolidado	
	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
Bonds		2.738.532	9.483.763	5.432.629	6.880.029	17.871.011	42.405.964
Panda Bonds	942.700	1.018.648		78.593			2.039.941
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	3.298.964	3.433.498	3.905.821	5.382.592	880.430		16.901.305
Financiamento de ativos	106.899	65.487	6.140				178.526
ECA - Export Credit Agency					684.513	1.093.671	1.778.184
IFC - International Finance Corporation	278.177	1.415.340	2.304.815	1.184.405			5.182.737
	<u>4.626.740</u>	<u>8.671.505</u>	<u>15.700.539</u>	<u>12.078.219</u>	<u>8.444.972</u>	<u>18.964.682</u>	<u>68.486.657</u>
Em moeda nacional							
BNDES – TJLP	3.727	3.727	3.727	621			11.802
BNDES – TLP	159.985	157.152	142.987	377.906	477.203	4.246.955	5.562.188
BNDES – Fixo	10.100	10.100	10.100	10.100	10.100	417.525	468.025
BNDES – Selic	39.390	39.390	39.390	39.390	39.390	317.655	514.605
BNDES – TR	11.068	11.068	11.068	11.068	11.068	98.422	153.762
Ecoinvest			73.617	73.617	73.617	106.412	327.263
Financiamento de ativos	19.113	19.033	68				38.214
NCE ("Nota de crédito à exportação")	25.000	25.000	25.000	25.000			100.000
CPR - Cédula de produto rural						1.954.437	1.954.437
NCR ("Nota de Crédito Rural")				2.000.000	3.000.000		5.000.000
Debêntures				553.536	500.000	8.125.863	9.179.399
	<u>268.383</u>	<u>265.470</u>	<u>305.957</u>	<u>3.091.238</u>	<u>4.111.378</u>	<u>15.267.269</u>	<u>23.309.695</u>
	<u>4.895.123</u>	<u>8.936.975</u>	<u>16.006.496</u>	<u>15.169.457</u>	<u>12.556.350</u>	<u>34.231.951</u>	<u>91.796.352</u>

18.3 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	26.118.574	19.445.329	101.435.531	77.172.692
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	8.179.487	10.640.543	23.871.760	15.692.905
Juros apropriados	2.567.868	1.809.579	5.953.778	5.413.707
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(395.543)	1.627.478	(8.384.101)	17.728.324
Pagamento de principal	(2.357.582)	(5.671.021)	(22.353.325)	(9.410.807)
Pagamento de juros	(2.267.089)	(1.760.312)	(5.817.907)	(5.241.389)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	34.023	26.978	101.803	80.099
Outras			(6.282)	
Fim do exercício	31.879.738	26.118.574	94.801.257	101.435.531

18.4 Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31/12/2025	31/12/2024
<i>Bonds</i>	411.818	269.220	142.598	168.450
<i>Panda Bonds</i>	6.183	566	5.617	
CPR - Cédula de produto rural	65.177	1.358	63.819	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	180.466	108.854	71.612	63.080
Debêntures	156.800	46.391	110.409	125.663
BNDES	97.685	56.662	41.023	25.777
ECA - Export Credit Agency	13.615	1.543	12.072	
IFC - International Finance Corporation	81.956	24.770	57.186	78.719
Outros	4.797	156	4.641	6.799
	1.018.497	509.520	508.977	468.488

18.5 Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

18.6 Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1 Pré-pagamento de exportação

Em 10 de março de 2025, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US\$1.200.000 (equivalentes a R\$6.951.600), com taxa flutuante em Term SOFR 3 meses + 1,45% a.a. com vencimento final em março de 2031.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE com valor de US\$250.000 (equivalentes a R\$ 1.418.488), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE como estratégia de renovação de vencimento de dívida, com valor de US\$151.000 (equivalentes a R\$ 856.552), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030.

Em 03 de julho de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco MUFG, a captação de um PPE com valor de US\$100.000 (equivalentes a R\$542.080), com taxa flutuante em Term SOFR 3 meses + 1,5% a.a. com vencimento final em julho de 2031.

18.6.2 Nota de Crédito Rural ("NCR")

Em 23 de maio de 2025, a Companhia efetuou, junto ao banco Itaú Unibanco, a captação de uma Nota de Crédito Rural ("NCR") com valor de R\$3.000.000, indexados pela taxa fixa de 13,54% a.a., com vencimento em 31 de janeiro de 2031.

18.6.3 Eco Invest ("Ecoinvest")

Em 27 de junho de 2025, a Companhia efetuou, através de sua joint operation Veracel, junto ao Banco do Brasil, a captação de um crédito agroindustrial do programa Eco Invest Brasil com valor de R\$331.278, com taxa 101% do CDI e vencimento em 05 de abril de 2030.

18.6.4 Export Development Canada ("EDC")

Em 21 de julho de 2025, a Companhia efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$200.000 (equivalentes a R\$1.112.500) com taxa flutuante de Daily SOFR + 1,75% a.a., com vencimento final em julho de 2032.

18.6.5 Cédula do Produto Rural ("CPR")

Em 15 de setembro de 2025, a Companhia captou a CPR no valor total de R\$2.000.000. A CPR é composta por três partes: (i) montante de R\$293.255 ao custo de 96,50% do CDI e prazo total de oito anos, com amortização integral em setembro de 2033; (ii) montante de R\$956.745 ao custo de IPCA + 7,0753% a.a. e prazo total de dez anos, com amortização integral em setembro de 2035; e (iii) montante de R\$750.000 ao custo de IPCA + 7,0968% a.a. e prazo total de doze anos, com amortizações integral em setembro de 2037.

18.6.6 Bonds 2036

Em 10 de setembro de 2025, a Companhia, através de sua subsidiária integral Suzano Netherlands B.V., efetuou junto ao mercado a captação de um bond no valor de US\$1.000.000 (equivalentes a R\$5.412.300) com taxa fixa de 5,5% a.a. e vencimento final em janeiro de 2036.

18.6.7 Panda Bonds

Em 21 de outubro de 2025, a Companhia, através da sua subsidiária integral Suzano International Finance B.V, efetuou a emissão de duas séries de Panda Bonds na China, a primeira série no valor de CNY1.300.000 (equivalentes a US\$182.734 e R\$983.986), ao custo fixo de 2,55% a.a. e vencimento em outubro de 2028 e a segunda série no valor de CNY100.000 (equivalente a US\$14.056 e R\$75.691) ao custo de 2,90% a.a. e vencimento em outubro de 2030.

18.7 Operações relevantes liquidadas no exercício

Em 14 de janeiro de 2025, a Companhia liquidou, conforme vencimento, um bond ao custo 4% a.a., operação à mercado, no valor total de US\$346.445 (equivalentes a R\$ 2.101.917 (principal e juros)).

Em 10 de março de 2025, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$1.486.064 (equivalentes a R\$8.608.769 (principal e juros)).

O valor residual da operação manteve seu vencimento original em março de 2027 com taxa flutuante em SOFR + 1,4% a.a.

Em 24 de março de 2025, a Companhia liquidou, uma Cédula de Produtor Rural ("CPR"), junto ao banco Safra, no valor total de R\$221.942 (principal e juros). O vencimento da CPR foi em março de 2025 e a taxa de 100% do CDI a.a.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,93% a.a., junto ao banco JP Morgan, no valor total de US\$153.869 (equivalentes a R\$873.023 (principal e juros)).

Em 17 de maio de 2025, a Companhia liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$106.585 (equivalentes a R\$605.819 (principal e juros)).

Em 21 de maio de 2025, a Companhia liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$37.123 (equivalentes a R\$210.942 (principal e juros)).

Em 09 de junho de 2025, a Companhia liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$ 15.988 (equivalentes a R\$89.170 (principal e juros)).

Em 11 de setembro de 2025, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$401.545 (equivalentes a R\$2.162.639 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O montante restante do instrumento foi liquidado em 19 de setembro de 2025, através de uma operação de make whole, no valor de US\$304.737 (equivalente a R\$ 1.623.519 (principal e juros)). O vencimento original do bond era em janeiro de 2027 e a taxa de 5,5% a.a.

Em 11 de setembro de 2025, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$233.807 (equivalentes a R\$1.259.239 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original do bond era em janeiro de 2026 e a taxa de 5,75% a.a.

Em 26 de setembro de 2025, a Companhia realizou a amortização extraordinária total sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da 8ª emissão, mediante o pagamento do valor total de R\$811.766 (Principal e juros).

Em 14 de outubro de 2025, a Companhia liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,41% a.a., junto ao banco Bank of China, no valor total de US\$ 47.350 (equivalentes a R\$260.342 (principal e juros)).

Em 15 de outubro de 2025, a Companhia liquidou de forma antecipada, através de uma operação de make Whole, o montante restante do bond com vencimento original em janeiro de 2026 e taxa de 5,75% a.a. A operação foi no valor de US\$ 289.069 (equivalente a R\$ 1.574.386 (principal e juros)).

Em 13 de novembro de 2025, a Companhia liquidou totalmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$ 51.850 (equivalentes a R\$273.873 (principal e juros)). O vencimento original era março de 2027 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

Em 08 de dezembro de 2025, a companhia liquidou totalmente o saldo remanescente do PPE liquidado parcialmente em 10 de março de 2025, no valor de US\$ 81.124 (equivalente a R\$440.091 (principal e juros)). A linha possuía com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

19 ARRENDAMENTO

19.1 Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora					Consolidado	
	Total	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.101.922	3.380.298	184.813	127.432	1.498.228	5.860	5.196.631
Adições/atualizações	680.887	506.373	157.542	41.235		39.076	744.226
Depreciação ⁽¹⁾	(733.645)	(408.000)	(167.312)	(54.275)	(124.890)	(2.587)	(757.064)
Baixas ⁽²⁾	(3.102)	(3.102)					(3.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.046.062	3.475.569	175.043	114.392	1.373.338	42.349	5.180.691
Adições/atualizações	945.206	618.637	212.173	135.659	10.765		977.234
Depreciação ⁽¹⁾	(791.762)	(441.499)	(200.883)	(58.630)	(122.833)	(1.622)	(825.467)
Baixas ⁽²⁾	(669)	(327)	(277)	(65)			(669)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.198.837	3.652.380	186.056	191.356	1.261.270	40.727	5.331.789

(1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

(2) Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2 Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Vencimento final ⁽²⁾	Controladora	Consolidado
			Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,62%	setembro/2053	4.110.460	4.173.418
Máquinas e equipamentos	11,65%	abril/2035	278.485	312.782
Imóveis	11,27%	fevereiro/2035	170.788	191.085
Navios e embarcações	11,25%	fevereiro/2039	2.220.999	2.231.092
Veículos	11,10%	novembro/2028	206	21.513
			6.780.938	6.929.890

(1) Para a determinação das taxas de desconto, foi utilizada a taxa de mercado CDI obtida na curva do site oficial da B3, considerando o prazo equivalente ao vencimento final e a natureza dos contratos.

(2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	6.817.676	6.146.869	6.972.915	6.243.782
Adições/atualizações	945.206	680.887	977.234	744.226
Baixas	(669)	(3.102)	(669)	(3.102)
Pagamentos	(1.412.748)	(1.294.716)	(1.447.973)	(1.325.398)
Apropriação de encargos financeiros ⁽¹⁾	728.466	691.480	733.342	700.283
Variação cambial	(296.993)	596.258	(304.959)	613.124
Saldo no final do exercício	6.780.938	6.817.676	6.929.890	6.972.915
Circulante	835.020	838.537	857.810	872.228
Não circulante	5.945.918	5.979.139	6.072.080	6.100.687

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$265.463 na controladora e no consolidado (R\$245.318 na controladora e R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1 Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de curto prazo	809	1.916	3.191	6.477
Ativos de baixo valor		353	56	4.083
	809	2.269	3.247	10.560

19.2.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ajustado a valor presente		Ajustado a valor presente	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	13.281.230	6.929.890	12.099.294	6.972.915
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	592.411	336.037	525.383	294.446

(1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

19.2.3 Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo real		
Direito de uso	5.331.789	5.180.691
Passivo de arrendamento	11.903.761	12.138.174
Encargos financeiros	(4.973.871)	(5.165.259)
	6.929.890	6.972.915
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	6.838.701	6.654.112
Passivo de arrendamento	14.537.920	14.672.421
Encargos financeiros	(6.127.489)	(6.264.348)
	8.410.431	8.408.073

20 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

					Consolidado
					31/12/2025
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ⁽¹⁾⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Pagamentos	(71.692)	(113.840)	(9.176)		(194.708)
Reversões	(51.228)	(99.936)	(55.513)	(32.368)	(239.045)
Adições	14.650	128.217	14.056		156.923
Atualização monetária	40.069	27.991	20.491		88.551
Saldo de provisão	339.763	296.358	185.411	2.095.357	2.916.889
Depósitos judiciais ⁽³⁾	(31.579)	(62.334)	(21.238)		(115.151)
Saldo no final do exercício	308.184	234.024	164.173	2.095.357	2.801.738

(1) Montantes decorrentes de passivos contingentes de naturezas tributária no montante de R\$1.962.549 e cível no montante de R\$132.808, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

(3) Os valores apresentados referem-se exclusivamente aos depósitos judiciais que possuem direito legal de compensação.

					Consolidado
					31/12/2024
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ⁽¹⁾⁽²⁾	Total
Saldo no início do exercício	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Pagamentos	(60.081)	(89.221)	(6.795)		(156.097)
Reversões	(9.540)	(89.941)	(1.951)	(27.820)	(129.252)
Adições	4.689	162.456	72.605		239.750
Atualização monetária	4.057	21.574	12.259		37.890
Saldo de provisão	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Depósitos judiciais	(66.746)	(91.596)	(20.076)		(178.418)
Saldo no final do exercício	341.218	262.330	195.477	2.127.725	2.926.750

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária no montante de R\$1.994.444 e cível no montante de R\$133.281, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

20.1.1 Tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 56 (58 em 31 de dezembro de 2024) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2 Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 1.152 (1.178 em 31 de dezembro de 2024) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 73 (97 em 31 de dezembro de 2024) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2 Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	10.026.291	9.493.177	10.417.734	9.837.082
Trabalhistas	143.874	138.422	189.506	171.480
Cíveis, ambientais e imobiliários ^{(1) (2)}	493.208	4.525.251	1.023.689	5.065.714
	10.663.373	14.156.850	11.630.929	15.074.276

(1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.076.296 na controladora e no consolidado (R\$2.108.635 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

(2) A Companhia é ré em uma Ação Civil Pública ("ACP") que dispõe sobre indenização por danos causados às rodovias federais em razão do transporte de madeira acima do peso permitido. Com base em decisão recente do Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), a qual fixou a tese de responsabilidade civil sem critérios claros e objetivos de liquidação, bem como alteração do índice de correção monetária de IGPM/FGV para SELIC, a Companhia reavaliou o valor de exposição desta ação em aproximadamente R\$ 352.442. Essa estimativa realizada pela administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, é baseada em cenários com maior similaridade de autos de infração sofridos por outras companhias e apurados conforme critérios de quantificação aplicados pelo Ministério Público Federal ("MPF"). Dessa forma, diante da ausência de critérios claros e objetivos para a mensuração de tais causas por parte do MPF em causas de natureza similar, a estimativa atual da administração pode sofrer alterações, sendo superior ou inferior, condicionado à decisão final do MPF/TRF1 com relação a causa da Companhia.

20.2.1 Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 631 processos tributários e previdenciários no total de R\$10.417.734 (673 processos no total de R\$9.837.082 em 31 de dezembro de 2024).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Permuta de ativos industriais e florestais: Trata-se de ação anulatória que visa a anulação de Processo Administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, em decorrência da permuta de ativos realizada com a International Paper ("IP"). Em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela RFB, e, em janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), por voto de qualidade do Presidente do CARF, julgou a defesa da Companhia improcedente. A Companhia foi intimada da decisão em maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. O processo encontra-se devidamente garantido. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Companhia e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, nos termos do 2º artigo da Lei nº 14.689/23, relacionada ao artigo 25, § 9º-A, do Decreto nº 70.235/72, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$1.861.899 (R\$1.688.690 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Ato seguinte, foi apresentado recurso voluntário pela Companhia que teve seu provimento parcial. Atualmente, aguarda-se a intimação do acórdão. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$1.008.823 (R\$920.628 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Glosa da depreciação, amortização e exaustão - Período 2010: Em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$931.979 (R\$875.466 em 31 de dezembro de 2024).

- (iv) **Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL:** Em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd. nos anos de 2014, 2015 e 2016. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia. A Companhia apresentou a defesa administrativa e o julgamento foi convertido em diligência. A impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente, e irá apresentar recurso voluntário para a parcela que foi desfavorável. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$663.188 (R\$609.548 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) **PIS/COFINS – Bens e Serviços – Período 2009 a 2011:** Em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela RFB exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, foi interposto recurso especial pela Companhia, e foram admitidas determinadas divergências para apreciação da Câmara Superior de Recursos Fiscais (“CSRF”). A Fazenda Nacional também interpôs recurso especial à Câmara Superior. A CSRF negou provimento ao recurso da Fazenda Nacional e deu parcial provimento ao recurso da Companhia. Atualmente, aguarda-se a intimação do acórdão da CSRF. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$213.286 (R\$201.199 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) **Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (“ADENE”):** Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial e aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em face da sentença desfavorável. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$159.012 (R\$150.869 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) **Compensação – IRRF – Período 2000:** A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à RFB. Em abril de 2008, a RFB reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. No julgamento realizado em segunda instância administrativa, houve o provimento parcial do recurso da Companhia. Atualmente, aguardamos a intimação do acórdão. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como

possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$130.895 (R\$125.489 em 31 de dezembro de 2024).

- (viii) IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 1997: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à RFB. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para a outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$128.393 (R\$122.319 em 31 de dezembro de 2024).
- (ix) Auto de infração – IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Companhia apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$121.327 (R\$112.168 em 31 de dezembro de 2024).
- (x) IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 2000: Em 2024, a Companhia apresentou pedido de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano 2000, com débitos devidos à RFB. A RFB glosou integralmente o crédito tributário. Após apresentada a defesa e os recursos competentes, o processo se encerrou de maneira desfavorável para a Companhia na esfera administrativa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) ajuizou execução fiscal para cobrança dos valores, ocasião em que a Companhia opôs os competentes embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos. A Companhia interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$105.556 (R\$101.654 em 31 de dezembro de 2024).
- (xi) ICMS - Créditos - Período 05/2014 a 12/2014: A Companhia é parte em execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança de ICMS relativo ao período de maio de 2014 a dezembro de 2014. A exigência decorre da alegada ausência de estorno de créditos de ICMS vinculados à substituição de Notas Fiscais de Contas de Energia Elétrica originalmente emitidas pela concessionária de energia, bem como da suposta falta de escrituração das referidas notas fiscais relativas à entrada de energia elétrica no estabelecimento. Após a intimação da Companhia, foi apresentado Seguro Garantia e requerido prazo para a oposição dos competentes embargos à execução fiscal. Atualmente, aguarda-se a intimação para oposição dos embargos à execução fiscal. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$118.867 (R\$98.197 em 31 de dezembro de 2024).

20.2.2 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 1.211 processos de natureza trabalhista, no total de R\$189.506 (1.135 processos no total de R\$171.480 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 222 processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$1.023.689 (201 processos no total de R\$5.065.714 em 31 de dezembro de 2024).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se:

- (i) A Companhia está envolvida em 3 Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e, (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. As outras duas ACPs foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 todas estas ações foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Em dezembro 2024, os recursos repetitivos foram julgados pelo STJ no sentido de possibilitar a aplicação de dupla penalidade (administrativa e judicial), fixando tese autorizando a imposição de tutela inibitória e responsabilização civil. Foram apresentados recursos ao longo do último ano, sem alteração da decisão recorrida até o momento. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível.
- (ii) A Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente fora protegida por decisão liminar, a qual fora confirmada em sentença favorável à Companhia, com início do procedimento de liquidação de sentença pela Companhia. Contudo, em fase de apelação e em julgamento ampliado, houve acórdão desfavorável à Cia reconhecendo uma suposta nulidade incidental do cultivar. Opostos Embargos de Declaração em que restou determinada a suspensão da ação até o final julgamento da ação anulatória existente na Justiça Federal. Interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido e motivou a interposição de Agravo em Recurso Especial. Como mencionado, em paralelo, há uma demanda na Justiça Federal em que o concorrente ajuizou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, o feito aguarda produção de provas de forma que não há qualquer decisão determinando a nulidade ou restringindo o direito da Companhia. Na opinião da Companhia, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível.

21 PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir:

21.1 Planos de aposentadoria suplementar – contribuição definida

A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir:

21.1.1 Suzano Prev

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$24.287, reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$21.719 em 31 de dezembro de 2024).

21.2 Planos de benefícios definidos

A Companhia oferece assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores mensurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos como gastos com pessoal no resultado, conforme detalhado a seguir:

21.2.1 Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes, até estes completarem a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2 Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3 Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	699.684	810.137	721.560	833.683
Juros sobre passivo atuarial	75.094	71.740	77.348	73.853
Custo do serviço corrente	87	69	1.939	1.997
(Ganho) / perda atuarial - experiência	(17.105)	(125)	(13.340)	(125)
(Ganho) / perda atuarial - hipóteses econômicas	8.336	(132.219)	6.026	(137.649)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(52.031)	(49.918)	(52.390)	(50.199)
Saldo no final do exercício	714.065	699.684	741.143	721.560

21.2.4 Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Econômicas		
Taxa de desconto – plano médico e seguro de vida	11,02% a.a.	11,16% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homens 4 anos + velhos e 90% casados	Homens 4 anos + velhos e 90% casados
Permanência no plano	100%	100%

21.2.5 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios demonstram o impacto no saldo consolidado:

Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
+0.50 %	711.035	+1.00 %	807.480

21.2.6 Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos nominais futuros dos benefícios esperados, referentes aos próximos 10 anos e calculados com base na obrigação dos benefícios concedidos, são apresentados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2026	56.551
2027	60.184
2028	63.864
2029	67.549
2030	71.203
2031 a 2035	406.811

22 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia concede aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, colaboradores chave e os membros do Conselho de Administração ("Beneficiários") planos de incentivo de longo prazo baseados em ações, aprovados em Assembleia Geral com os objetivos de: (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos interesses da Companhia e de seus acionistas, (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários a conduzirem os negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas, e (iii) conceder um incentivo financeiro aos beneficiários.

Os planos concedidos pela Companhia são: (i) Plano de Outorga de Ações Fantasma ("Phantom Shares - PS"), liquidado em dinheiro e (ii) Plano de Outorga de Ações com Performance, liquidado em ações.

As características e os critérios de mensuração de cada plano estão divulgados a seguir:

22.1 Plano de ações fantasmas

A quantidade de ações fantasmas a ser outorgada para cada beneficiário é calculada com base em montante financeiro.

O beneficiário somente poderá exercer os direitos às ações fantasmas, uma vez cumprido o período de carência, com duração de até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A liquidação das ações fantasmas é efetuada em dinheiro, e o montante será calculado pela multiplicação da quantidade de ações outorgadas, pelo valor da ação mensurado com base na média da cotação dos últimos 90 (noventa) pregões, ajustado conforme o desempenho do Total Shareholder Return (TSR) da Companhia, quando aplicável, de acordo com os critérios estabelecidos em cada plano.

O TSR (*Total Shareholder Return*) constitui condição de mercado e seu efeito é considerado na mensuração do valor justo das ações fantasmas na data da outorga.

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, durante o período de carência, perderão o direito de exercer as ações fantasmas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Consolidado										
Quantidade de opções de ações										
Ano da outorga	Valor justo na outorga	31/12/2024	Outorgadas	Canceladas	Exercidas ⁽¹⁾	31/12/2025	Disponíveis para realização	Carência a cumprir/ provisionadas		
								2026	2027	2028
2020	R\$38,50	33.384	1.083		(34.467)					
2021	R\$62,25	874.480	28.375	(13.046)	(882.074)	7.735	7.735			
2022	R\$57,48	3.461.437	112.251	(109.908)	(2.983.596)	480.184	156.930	299.281	23.973	
2023	R\$48,84	3.052.179	98.965	(246.315)	(209.268)	2.695.561		2.439.228	256.333	
2024	R\$56,53	2.675.017	86.771	(207.385)	(95.013)	2.459.390			2.286.297	173.093
2025	R\$60,53		3.684.754	(168.804)	(105.413)	3.410.537				3.410.537
Quantidade de opções de ações		10.096.497	4.012.199	(745.458)	(4.309.831)	9.053.407	164.665	2.738.509	2.566.603	3.583.630
Valor contábil		361.974	209.842	(17.843)	(221.651)	332.322				
Valor contábil do exercício anterior		268.489	196.956	(23.470)	(80.001)	361.974				

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o preço médio das ações exercidas foi de R\$56,57.

22.2 Plano de ações restritas

Cada ação com *performance* corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste plano.

A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) permanência contínua dos beneficiários como administradores da Companhia durante o período de carência, (ii) atingimento das metas atribuídas nos programas e (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada.

O período de carência pode durar até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A quantidade de ações com *performance* a ser efetivamente entregue para cada beneficiário dependerá do atingimento das metas atreladas nos respectivos programas e contratos, e serão apuradas após o período de carência. Neste cálculo, também será considerado o *Total Shareholder Return* ("TSR"), que é um indicador utilizado para medir o desempenho das ações do grupo de empresas caracterizadas como competidoras da Suzano.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do cumprimento das condições para a obtenção dos direitos, perderão o direito de exercer a opção das ações restritas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado										
Quantidade de opções de ações										
Ano da outorga	Valor justo na outorga	Término do período de <i>lockup</i>								
		31/12/2024	Outorgadas	Exercidas	31/12/2025	2026	2027	2028	2029	2030
2022	R\$53,81	115.800	3.758	(119.558)						
2023	R\$51,41	383.568	12.448		396.016	277.249	118.767			
2024	R\$55,77	2.480.743	80.509	(348.417)	2.212.835	227.697	312.564		1.672.574	
2025	R\$61,39		467.265		467.265			230.773		236.492
Quantidade de opções de ações		2.980.111	563.980	(467.975)	3.076.116	504.946	431.331	230.773	1.672.574	236.492

Valor contábil	60.226	45.642	(25.126)	80.742
Valor contábil do exercício anterior	26.744	81.276	(47.794)	60.226

23 CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Combinação de negócios		
Facepa ⁽¹⁾	28.394	27.182
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽²⁾	66.446	93.308
	94.840	120.490
Circulante	17.719	21.166
Não circulante	77.121	99.324

(1) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimento em março de 2028.

(2) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do US\$ e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Suzano era de R\$24.269.281 dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com oferta pública foram de R\$33.735, totalizando um capital social líquido de R\$24.235.546. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas controladores				
Suzano Holding S.A.	367.612.329	29,08%	367.612.329	29,08%
Controladores	196.065.636	15,51%	196.065.636	15,51%
Administradores e pessoas vinculadas	32.157.608	2,54%	32.784.440	2,59%
Alden Fundo de Investimento em Ações	27.154.744	2,15%	26.154.744	2,07%
	622.990.317	49,28%	622.617.149	49,25%
Tesouraria (nota 24.5)	28.208.827	2,23%	24.875.787	1,97%
Outros acionistas	612.918.471	48,49%	616.624.679	48,78%
	1.264.117.615	100,00%	1.264.117.615	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as ações ordinárias SUZB3 foram cotadas a R\$51,45 e em 31 de dezembro de 2024 a R\$61,78.

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$5.000.000, conforme descrito na nota 1.2.2.

24.2 Dividendos, juros sobre capital próprio e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

- (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76, ou
- (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado ("GCO") da Companhia no exercício.

Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$2.500.000, distribuídos à conta de reservas de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item (ii) acima, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
EBITDA Contábil	21.946.267
Ajustes ao EBITDA (nota 28.2)	(209.947)
EBITDA Ajustado	21.736.320
Capex Manutenção (Sustain)	(7.880.041)
GCO = EBITDA Ajustado - Capex Manutenção	13.856.279
Dividendos (10%) - Art. 26º, "c" do Estatuto Social	1.385.628
Dividendos intercalares (nota 1.2.3)	1.380.000
Dividendos a distribuir	5.628

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos mínimos obrigatórios, em decorrência do prejuízo apurado.

24.3 Reservas

24.3.1 Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

24.3.2 Reservas de lucros

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) legal: constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e limitada a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social, visando assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$2.517.519 e, em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$1.847.109.
- (ii) aumento de capital: constituída à base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia condições operacionais adequadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$2.807.632 para aumento de capital (nota 1.2.2), encerrando o

exercício com o saldo de R\$10.128.485 e, em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$2.807.632.

- (iii) estatutária especial: constituída à base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, com o objetivo de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$2.972.996 e, em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$1.847.109.
- (iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, a Companhia destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo esta parcela excluída da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$1.534.462 e, em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$1.319.908. Este acréscimo decorre da constituição de reservas referentes aos benefícios de Lucro da Exploração (nota 12.3) e Reinvestimento. O Lucro da Exploração, aplicável às unidades fabris localizadas nos estados do Espírito Santo, Maranhão e Bahia (sob aval da Sudene), além da fábrica em Belém do Pará (sob aval da Sudam), contribui com uma constituição de reserva de R\$214.555 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Quanto ao incentivo de Reinvestimento, não houve utilização do benefício, o que justifica a manutenção da reserva para o exercício, no valor de R\$14.574, relativo ao exercício anterior. Com relação ao incentivo fiscal de subvenção para investimento, em conformidade com a Lei nº 14.789/2023, a Companhia realizou a tributação dos resultados equivalentes a esses montantes, não havendo constituição de reserva para este incentivo fiscal no exercício corrente, apenas a manutenção da reserva no valor de R\$291.937, referente ao benefício de exercício anterior a 2024, sob o regramento anterior à Lei nº 14.789/2023.
- (v) reserva de investimentos: constituída de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, a retenção de lucros é realizada com base em um orçamento de capital. Essa prática visa atender às necessidades do plano de investimentos da Companhia, previamente aprovado em Assembleia Geral Ordinária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$2.192.368 para aumento de capital (nota 1.2.2), encerrando o exercício com o saldo de R\$2.964.772 e, em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$5.157.140.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito do valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(45.746)	(229.627)	1.298	8.396	1.803.975	1.538.296
Ganho atuarial		90.931				90.931
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente			(364.231)			(364.231)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior				163.185		163.185
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL					(79.385)	(79.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(45.746)	(138.696)	(362.933)	171.581	1.724.590	1.348.796
Ganho atuarial		4.828				4.828
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente			(219.685)			(219.685)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior				(129.061)		(129.061)
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL					(116.209)	(116.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(45.746)	(133.868)	(582.618)	42.520	1.608.381	888.669

24.5 Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 28.208.827 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria (24.875.787 em 31 de dezembro de 2024), com custo médio de R\$53,57 por ação, com valor histórico de R\$1.511.146 (R\$1.339.197 em 31 de dezembro de 2024) e de mercado correspondente à R\$1.451.344 (R\$1.536.826 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu 372.160 ações ordinárias ao custo médio de R\$53,66 por ação, com valor histórico de R\$19.969 para o cumprimento do plano de ações restritas.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.765.600	42,69	1.484.014	1.934.010
Exercidas	(1.005.113)	47,55	(47.794)	(54.213)
Recompra	51.115.300	54,91	2.806.764	2.806.764
Canceladas	(60.000.000)	48,40	(2.903.787)	(3.238.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.875.787	53,84	1.339.197	1.536.826
Exercidas	(372.160)	53,66	(19.969)	(20.251)
Recompra	3.705.200	51,80	191.918	191.918
Saldos em 31 de dezembro de 2025	28.208.827	53,57	1.511.146	1.451.344

24.6 Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado		Saldo de reservas	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(116.209)	(79.385)		
Reserva de incentivos fiscais		214.554	321.671	1.534.462	1.319.908
Reserva legal	20,00%	670.410		2.517.519	1.847.109
Reserva para aumento de capital	80,00%	10.128.485		10.128.485	2.807.632
Reserva estatutária especial	20,00%	1.125.887		2.972.996	1.847.109
Reserva de investimentos			(7.315.184)	2.964.772	5.157.140
Reserva de capital				80.742	60.226
Reversão de dividendos prescritos		(566)	(1.300)		
Dividendos mínimos obrigatórios		1.385.628			
		<u>13.408.189</u>	<u>(7.074.198)</u>	<u>20.198.976</u>	<u>13.039.124</u>

25 RESULTADO POR AÇÃO

25.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado atribuível aos acionistas controladores	13.408.189	(7.074.198)
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício – em milhares	1.264.118	1.289.637
Média ponderada das ações em tesouraria – em milhares	(27.416)	(24.836)
Média ponderada da quantidade de ações, líquida das ações em tesouraria – em milhares	1.236.702	1.264.801
Resultado básico por ação ordinária - R\$	10,84189	(5,59313)

25.2 Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado atribuível aos acionistas controladores	13.408.189	(7.074.198)
Média ponderada da quantidade de ações, líquida das ações em tesouraria – em milhares	1.236.702	1.264.801
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) – em milhares	3.012	
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) – em milhares	1.239.714	1.264.801
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	10,81555	(5,59313)

Em 31 de dezembro de 2024, o número médio de ações ordinárias potenciais dilutivas (stock options) era de 2.980 mil. No entanto, devido ao prejuízo no exercício, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

26 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(2.293.137)	(849.611)	(5.679.047)	(4.453.739)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(3.475.106)	(3.727.337)		
Prêmio sobre liquidação antecipada	(22.863)		(110.060)	
Amortização de custos de transação, ágio e deságio	(34.023)	(26.978)	(101.926)	(80.099)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento ⁽²⁾	(463.003)	(446.162)	(467.879)	(451.148)
Outras	(226.296)	(215.692)	(524.843)	(556.917)
	(6.514.428)	(5.265.780)	(6.883.755)	(5.541.903)
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.176.556	1.170.248	1.584.056	1.598.111
Juros sobre outros ativos	172.106	114.461	182.570	139.323
	1.348.662	1.284.709	1.766.626	1.737.434
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	9.972.075	2.669.394	10.033.761	2.669.394
Despesas	(2.685.728)	(11.775.637)	(2.705.077)	(11.782.077)
	7.286.347	(9.106.243)	7.328.684	(9.112.683)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	395.543	(1.627.478)	8.384.101	(17.728.324)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	7.726.480	(15.125.594)		
Arrendamento	296.993	(596.258)	304.959	(613.124)
Outros ativos e passivos ⁽³⁾	(671.487)	586.545	(1.138.450)	2.456.455
	7.747.529	(16.762.785)	7.550.610	(15.884.993)
Resultado financeiro, líquido	9.868.110	(29.850.099)	9.762.165	(28.802.145)

(1) Exclui R\$274.731 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R\$959.968 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

(2) Inclui R\$265.463 na controladora e no consolidado (R\$245.318 na controladora e R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

(3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

27 RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	44.872.314	46.763.864	60.463.610	57.017.142
Deduções				
Devoluções e cancelamentos	(178.243)	(233.815)	(174.694)	(234.643)
Descontos e abatimentos	(560.100)	(504.021)	(7.863.333)	(6.936.630)
	44.133.971	46.026.028	52.425.583	49.845.869
Impostos sobre vendas	(2.299.078)	(2.440.814)	(2.309.904)	(2.442.587)
Receita líquida	41.834.893	43.585.214	50.115.679	47.403.282

28 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA Ajustado. A Companhia revisou a nota de segmento para apresentar o EBITDA Ajustado como sua medida de desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- (i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo.
- (ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

28.2 Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	37.816.141	12.299.538	50.115.679
Mercado interno (Brasil)	1.786.984	7.462.804	9.249.788
Mercado externo	36.029.157	4.836.734	40.865.891
Ásia	17.987.863	45.083	18.032.946
Europa	10.532.908	344.813	10.877.721
América do Norte	6.901.189	3.321.114	10.222.303
América do Sul e Central	588.451	1.069.113	1.657.564
África	18.746	56.611	75.357
Custo dos Produtos Vendidos	(25.321.167)	(8.568.337)	(33.889.504)
EBITDA Ajustado	18.891.646	2.844.674	21.736.320
Ajustes ao EBITDA (*)			209.947
Depreciação, exaustão e amortização			(11.297.258)
Resultado financeiro			9.762.165
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			20.411.174

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	37.593.462	9.809.820	47.403.282
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	9.573.844
Mercado externo	35.298.204	2.531.234	37.829.438
Ásia	15.760.800	24.767	15.785.567
Europa	11.895.394	355.784	12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234	7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840	1.849.997
África	6.122	56.608	62.730
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(27.401.527)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	23.849.200
Ajustes ao EBITDA (*)			1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização			(9.223.995)
Resultado financeiro			(28.802.145)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			(13.111.053)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(*) Ajustes ao EBITDA		
Atualização do valor justo do ativo biológico	1.516.458	1.431.530
Equivalência patrimonial ^{(2) (3)}	(409.212)	(13.845)
Impairment de subsidiárias ⁽²⁾	(88.871)	
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes	(386.396)	(169.284)
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS (nota 9.1)	(193.152)	(130.726)
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios	(82.426)	(34.065)
Baixa de madeira em pilha	(78.203)	(11.930)
Gastos com reestruturações	(59.725)	(1.205)
Outros ⁽¹⁾	(8.526)	(4.588)
	209.947	1.065.887

(1) Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento; ii) multas e distrato de contratos; iii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; e iv) doações para catástrofes e pandemias.

(2) Inclui o impacto da operação com a coligada Spinnova Plc envolvendo a joint venture Woodspin Oy e a controlada Suzano Finland Oy (nota 14.3).

(3) Inclui o impacto da operação com a coligada Ensyn Corporation envolvendo a joint venture F&E Technologies LLC e a controlada F&E Tecnologia do Brasil S.A (nota 14.3).

28.3 Receita líquida por produto

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos		
Celulose de mercado ⁽¹⁾	37.816.141	37.593.462
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	8.260.804	8.072.722
Papelcartão ⁽³⁾	3.999.186	1.676.639
Outros	39.548	60.459
	50.115.679	47.403.282

(1) A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,7% em 31 de dezembro de 2024).

(2) A receita líquida de tissue representa 5,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,8% em 31 de dezembro de 2024).

(3) O aumento das receitas de papelcartão decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024.

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 39,30% e 13,80%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (China e EUA representaram 36,92% e 16,08%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América são os principais países, representando 5,79% e 67,53%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Argentina e EUA representaram 10,96% e 22,50%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). O aumento das receitas dos Estados Unidos da América decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024.

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

28.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrentes de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis que correspondem as unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados e são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Celulose	7.897.051	7.897.051
Papel	290.191	290.191
	<u>8.187.242</u>	<u>8.187.242</u>

29 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾				
Gastos com pessoal	(1.796.898)	(1.597.022)	(2.306.054)	(1.741.347)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(11.856.030)	(10.815.001)	(13.934.386)	(11.468.545)
Custos logísticos	(4.701.927)	(4.010.199)	(6.194.178)	(5.186.872)
Depreciação, exaustão e amortização	(9.851.112)	(7.823.467)	(10.210.462)	(8.135.016)
Outros ⁽²⁾	168.485	(1.987.444)	(1.244.424)	(869.747)
	<u>(28.037.482)</u>	<u>(26.233.133)</u>	<u>(33.889.504)</u>	<u>(27.401.527)</u>
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(236.869)	(217.853)	(375.408)	(330.178)
Serviços	(211.631)	(197.931)	(244.206)	(247.585)
Despesas com logística	(574.762)	(538.970)	(1.511.160)	(1.288.670)
Depreciação e amortização	(970.256)	(953.268)	(971.788)	(955.201)
Outros ⁽³⁾	(102.306)	(95.706)	(210.178)	(116.913)
	<u>(2.095.824)</u>	<u>(2.003.728)</u>	<u>(3.312.740)</u>	<u>(2.938.547)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(1.328.873)	(1.421.094)	(1.720.229)	(1.661.843)
Serviços	(426.779)	(383.297)	(595.948)	(503.086)
Depreciação e amortização	(101.579)	(113.806)	(129.135)	(143.600)
Outros ⁽⁴⁾	(201.049)	(226.870)	(344.842)	(311.315)
	<u>(2.058.280)</u>	<u>(2.145.067)</u>	<u>(2.790.154)</u>	<u>(2.619.844)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(118.506)	(26.277)	44.225	80.005
Resultado na alienação e baixa de ativos não circulantes	(378.255)	(157.278)	(386.396)	(163.033)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.379.626	1.399.808	1.516.458	1.431.530
Depreciação, amortização e outras realizações de PPA ⁽⁵⁾	(54.311)	(54.619)	14.127	9.822
Provisão para passivos judiciais	(151.966)	(145.422)	(153.988)	(148.952)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.158	(5.287)	(99.486)	52.201
	<u>684.746</u>	<u>1.010.925</u>	<u>934.940</u>	<u>1.261.573</u>

(1) Inclui R\$680.209 referentes aos gastos com parada de manutenção (R\$587.345 em 31 de dezembro de 2024).

(2) O efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da controladora para suas controladas, que é ajustado nas demonstrações consolidadas, também foi ajustado no resultado individual da controladora, para manter o patrimônio líquido igual entre controladora e consolidado, com reflexo em outros passivos circulantes (R\$855.380 em 31 de dezembro de 2025 e R\$(1.176.662) em 31 de dezembro de 2024).

(3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.

(4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

(5) No consolidado refere-se, substancialmente, a baixa de passivos contingentes assumidos no PPA da Fibria, conforme nota 20.1.

30 COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.225.000 equivalente a R\$6.740.440. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$110.048 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$412.680, com vigência até maio de 2027, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos administradores, executivos e diretores, de responsabilidade civil sobre produtos, de responsabilidade civil veicular, apólices de risco de crédito para clientes no mercado nacional e internacional e apólices de seguro de vida e de seguro saúde.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Contratação de linha de crédito

Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) através de sua subsidiária Suzano International Finance B.V., substituindo a linha de crédito rotativo vigente desde fevereiro de 2022, aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$1.275.000 para US\$1.775.000 (equivalentes a R\$9.766.760). A contratação da nova linha tem por objetivo ampliar a já robusta posição de liquidez, proporcionando maior flexibilidade do caixa ao longo dos próximos anos.

O valor contratado de US\$1.775.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2031. O custo de manutenção (*commitment fee*), caso a linha não seja desembolsada, será de 0,27% a.a., e caso a linha seja desembolsada, será de SOFR+ 0,90% a.a.

31.2 Programa de recompra de ações

Em 10 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 (quarenta milhões) ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 meses.

As operações serão realizadas na B3, a preços de mercado, à conveniência da Companhia, tendo em vista o valor de cotação de suas ações, podendo as ações adquiridas serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião iniciada em 6 de fevereiro e concluída em 10 de fevereiro de 2026, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Eraldo Soares Peçanha
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Rubens Barletta
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com o seu Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, o CAE funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho de Administração e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo: (i) pelo menos um dos membros do CAE ser também membro independente do Conselho; (ii) ao menos um dos membros do CAE ter comprovada capacitação em finanças ("financial literacy"), conforme estabelecido neste Regimento e na legislação aplicável (especialmente na Seção 10A do "Securities Exchange Act de 1934" e respectivas regras) e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados valores mobiliários da Companhia; (iii) todos os membros atender aos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última eleição realizada em 09 de maio de 2024, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. A maioria dos membros é independente. São membros do CAE, o Sr. Paulo Rogerio Caffarelli que atua como coordenador e especialista de riscos e integra também o Conselho de Administração da Companhia, juntamente com a Sra. Ana Paula Pessoa e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE, dentre outras funções, revisar, supervisionar e zelar (i) pela qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) avaliar, em conjunto com os auditores independentes as políticas e práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (iv) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a Política de Alçadas da Companhia (v) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (vi) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 10 de fevereiro de 2026, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela recomendação de aceitação ou rejeição do plano anual de auditoria interna, que posteriormente é aprovado pelo Conselho de Administração, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e ainda é responsável pela revisão da estrutura organizacional e qualificações dos membros da Auditoria Interna, e resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a

cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE

O CAE reuniu-se 9 (nove) vezes, sendo 5 (cinco) ordinariamente e 4 (quatro) vezes extraordinariamente no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- i. reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
- ii. agendas individuais com o CEO e CFO e demais administradores para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
- iii. aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
- iv. conhecimento e acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- v. monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
- vi. análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
- vii. análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- viii. acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- ix. acompanhamento do programa de Compliance da Companhia e as ações mitigatórias;
- x. acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. Deep dive dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;
- xi. acompanhamento da evolução do programa de cybersegurança durante o exercício de 2025;
- xii. acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;
- xiii. análise das provisões e contingências judiciais, bem como acompanhamento de temas jurídicos como Reforma Tributária, exaustão incentivada e fiscalizações Receita Federal do Brasil;
- xiv. revisão e recomendação de aprovação pelo Conselho de Administração de políticas corporativas, como Política Anticorrupção, Código de Ética;

- xv. acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- xvi. reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados; e
- xvii. atenção às transações com partes relacionadas com a sua recomendação para aprovação pelo CA, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho de Administração conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Paulo Rogerio Caffarelli
Coordenador - Especialista de Risco

Ana Paula Pessoa
Membro

Carlos Biedermann
Especialista Financeiro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso VIII do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Paulo Rogerio Caffarelli
Coordenador

Ana Paula Pessoa
Membro

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

- i. revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- ii. revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

João Alberto Fernandez de Abreu
Diretor Presidente

Marcos Moreno Chagas Assumpção
Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Aires Galhardo
Vice-Presidente Executivo de Operações Celulose, Engenharia, Energia, Digital e Novos Negócios

Douglas Seibert Lazaretti
Vice-Presidente Executivo de Florestal

Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi
Vice-Presidente Executivo de Comercial e Logística Celulose

Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva
Vice-Presidente Executivo de Sustentabilidade, Comunicação e Marca